

OSASCO: MIGRAÇÕES, CONDIÇÕES DE VIDA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO

REGINA CELIA BEGA DOS SANTOS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA AO DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA DA
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE DE
SÃO PAULO.

ORIENTADORA: PROFª DRª LÉA GOLDENSTEIN

SÃO PAULO - 1983

Ao
Rubens,
Glauco, Ivan e Vitor.

Aos meus pais.

Quero agradecer a todos aqueles que de uma forma ou de outra - material ou intelectualmente - auxiliaram-me para chegar ao fim desta tarefa : parentes, amigos, companheiros de pós-graduação, aos alunos do curso de Geografia da População de 1977 do Dept^o de Geografia da FFLCH-USP, aos diversos profissionais que em diferentes momentos tivemos que recorrer e à população pesquisada que sempre nos recebeu com muita boa vontade.

Não poderia deixar de salientar, no entanto, algumas pessoas que no decorrer do processo muito me emocionaram:

Rubens - sem o seu apoio e confiança, sem dúvida eu recuaría ante às dificuldades encontradas;

Myrna - grande amiga e companheira;

Arlete - no início apenas companheira, se tornando gradativamente na amiga para todos os momentos;

Sandra - minha irmã afetiva;

E muito especialmente, à Professora Doutora Léa Goldenstein, orientadora deste trabalho, mestra e amiga, exemplo de conduta profissional e humana.

Este trabalho foi realizada graças ao auxílio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

Í N D I C E

<u>INTRODUÇÃO</u>	1
1 - <u>O tema de pesquisa</u>	2
2 - <u>Os procedimentos</u>	15
I - <u>A POPULAÇÃO MIGRANTE</u>	21
1. <u>A origem da população</u>	30
1.1. <u>A saída do local de origem</u>	39
2. <u>Do local de origem à Grande São Paulo</u>	48
2.1. <u>O percurso migratório</u>	49
2.2. <u>A etapa selecionada</u>	51
2.3. <u>A saída da etapa selecionada</u>	59
2.4. <u>A última etapa migratória</u>	64
2.5. <u>Seletividade da migração</u>	65
II - <u>AS CONDIÇÕES DE EXISTÊNCIA NA CIDADE</u>	75
1. <u>A composição familiar</u>	75
1.1. <u>A estrutura etária e o nível de escolaridade</u>	78
1.2. <u>Renda mensal e tamanho da família</u>	78
1.3. <u>A reprodução da força de trabalho</u>	81
2. <u>A situação de trabalho</u>	83
2.1. <u>As atividades exercidas</u>	84
2.2. <u>Os ramos de atividade</u>	87
2.3. <u>Níveis salariais</u>	91
2.4. <u>O desemprego aberto e disfarçado</u>	92
3. <u>As condições de vida na reprodução da força de trabalho</u>	102
3.1. <u>Características da habitação</u>	106
<u>CONCLUSÃO</u> : <u>A dinâmica demográfica, a acumulação de capital e o espaço urbano</u>	121
<u>BIBLIOGRAFIA</u>	132

As grandes cidades são habitadas principalmente por operários, visto que, na melhor das hipóteses, há um burguês para dois, por vezes três e nalguns sítios para quatro operários; estes operários nada possuem e vivem do seu salário que na maior parte das vezes só permite subsistir no dia a dia. A sociedade, individualizada ao máximo, não se preocupa com eles, e deixa-lhes o cuidado de proverem as suas necessidades e da família, contudo, não lhes fornece os meios de o fazerem de forma eficaz e duradoura. Qualquer operário, mesmo o melhor, está pois constantemente exposto às privações, quer dizer, a morrer de fome, e um bom número sucumbe. Regra geral, as casas dos trabalhadores estão mal implantadas, mal construídas, mal conservadas, mal arejadas, úmidas e insalubres; nelas, os habitantes estão confinados a um espaço mínimo e, na maior parte dos casos, numa divisão dorme pelo menos uma família inteira.

(Engels, A situação da classe trabalhadora em Inglaterra).

INTRODUÇÃO

O presente trabalho resultou de uma pesquisa a respeito de migrações internas vinculadas ao processo de urbanização.

Em meados da década de 70, ainda empiricamente, sentiu-se que havia uma problemática urbana a ser estudada.

Foi percebendo as pequenas transformações que diariamente iam ocorrendo no espaço urbano que veio a preocupação em entendê-las.

As observações se referem principalmente a Osasco, município da Grande São Paulo, situado a oeste da cidade de São Paulo, e que começava a se incorporar ao nosso cotidiano. Era ali, que, diariamente, se observava uma grande agitação, um grande "burburinho", uma cidade que já nas primeiras horas do dia fervilhava de trabalhadores, indo e vindo, correndo loucamente atrás dos escassos e precários meios de transportes coletivos a fim de tentar chegar pontualmente ao trabalho.

Era evidente demais, mesmo partindo apenas da percepção, que a cidade não tinha condições para comportar tal contingente populacional. A falta de recursos em todos os sentidos era facilmente constatada: não havia infraestrutura urbana suficiente. Era como se a população "transbordasse" pela cidade, e no entanto, espaços vazios havia em quantidade.

As condições de moradia da população também chamavam a atenção. Apesar dos "espaços vazios" a população se "amontoava" em precárias habitações.

Era necessário estudar as causas daquilo que, no momento, ainda era considerado "um crescimento caótico e desordenado".

Outras companheiras de pós-graduação faziam as mesmas perguntas a respeito do crescimento das favelas no Município de São Paulo e do bairro de São Miguel Paulista, localizado na zona leste da mesma cidade⁽¹⁾.

Aceitando a sugestão e o estímulo de nossa orientadora desenvolvemos um projeto de pesquisa coletivo, a partir de um mesmo arcabouço teórico e metodológico, que levasse à resposta de nossas indagações e a possíveis generalizações para a ocupação do espaço urbano.

Já a partir das primeiras leituras e levantamentos estatísticos constatamos que o rápido crescimento da população estava ligado ao processo de migrações internas, intensificadas principalmente a partir da década de 50.

O estudo da população que migrou para os grandes centros urbanos e da maneira como participa das transformações que ocorrem nestes espaços, colocou-se como imprescindível para o entendimento da problemática urbana e de seu processo de evolução.

1. O tema de pesquisa

Historicamente a cidade se desenvolveu às expensas da população rural. O movimento migratório campo-cidade foi uma das pré-condições, básicas para o florescimento do capitalismo. Foi graças ao excedente populacional concentrado nas cidades que a indú-

(1) Arlete Moyses Rodrigues e Myrna Terezinha R. Viana, respectivamente.

tria capitalista pode se desenvolver. A disponibilidade de mão-de-obra abundante nos países de desenvolvimento capitalista clássico, como Holanda, Inglaterra, França, foi fundamental para que ocorresse o que conhecemos por "Revolução Industrial".

As perdas do direito de trabalhar a terra, bem como dos meios de produção conduzem boa parte da população do campo para as cidades em desenvolvimento. Estas são algumas das condições para que se viabilizem a produção e a reprodução do capital.

Em países em que o desenvolvimento capitalista foi posterior, os movimentos populacionais têm as suas especificidades, que precisam ser encontradas e analisadas.

"A migração é, pois, um evento historicamente determinado pela expansão do modo capitalista de produção"⁽²⁾. Esta relação antiga renova-se constantemente, de acordo com as novas exigências do processo de acumulação de capital. Procurar entender no que consistem estas renovações é uma necessidade. Se os movimentos populacionais respondem às exigências do avanço econômico, o seu significado deve variar de acordo com cada momento histórico.

O próprio processo de formação de núcleos urbanos foi diferente daquele que ocorreu nos países de desenvolvimento capitalista clássico. No Brasil, não foi através do êxodo rural que as cidades começaram a se adensar. Foi a partir de propostas externas que se deram as grandes linhas da evolução econômica brasileira, desde o descobrimento até a grande crise dos anos 30. Foi para atender às

(2) Martins, J.S. - A Imigração e a crise do Brasil Agrário. Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, S.P., 1973, p.22.

necessidades de ampliação de mercados, criadas pela realidade europeia a partir do século XIV, que ocorrem os grandes descobrimentos e a colonização subsequente. Parte do contingente populacional português possibilitou, num primeiro momento, o povoamento da colônia; logo a seguir teve que se recorrer à escravidão africana e mais tarde às migrações estrangeiras, principalmente italiana, para atender às necessidades de mão-de-obra para a economia do período colonial à Primeira República⁽³⁾.

A intensificação das migrações internas, que neste caso corresponde ao êxodo rural, ocorreu a partir de 1930, principalmente de 1940, quando as cidades se adensam, atingindo o seu ápice na década de 50. É o deslocamento em grandes proporções da população que não consegue mais, no campo, garantir o trabalho, ou as condições mínimas para a sobrevivência devido às perdas da propriedade, da posse ou do direito de trabalhar a terra, quer dizer, a reprodução do fenômeno clássico de formação do capitalismo: a formação de uma força de trabalho e de um excedente de força de trabalho urbanos.

O modo de produção capitalista no seu todo está numa fase de expansão e não de formação. O processo de urbanização dependente tem que ser estudado na sua especificidade para que o significado da migração seja analisado corretamente.

Pretende-se, assim, na primeira parte deste trabalho, evidenciar alguns dos aspectos específicos do fenômeno migratório. Trata-se da migração para as áreas "objetos de estudo" - alguns

(3) Singer, P. - "Implicações Econômicas e Sociais na Dinâmica Populacional Brasileira", in Cadernos Cebrap, nº 20, SP, p.5.

bairros periféricos do município de Osasco, na Grande São Paulo. O que ocorre nestas áreas não é mera exceção. Elas estão inseridas num contexto mais amplo, fazendo parte de um mesmo processo de evolução econômico-social, são exemplos do que ocorre, em diferentes graus, nos grandes centros urbanos e industriais do país.

Tendo em vista os objetivos e os limites restritos deste trabalho, o estudo das etapas migratórias visa a esclarecer muito mais as transformações ocorridas nas atividades econômicas exercidas pelos migrantes no decorrer do percurso, do que o processo histórico responsável pelas transformações na estrutura fundiária, nas relações de trabalho no campo e, em última instância, responsável pelo êxodo rural. Isto é, o estudo do processo de desenvolvimento econômico brasileiro e a análise das opções políticas responsáveis pelas políticas econômicas adotadas servem de apoio para as interpretações aqui feitas, mas não são objeto específico de análise.

Um sem número de estudiosos brasileiros e mesmo estrangeiros, têm-se dedicado arduamente a estudar e a esclarecer os processos referentes à nossa evolução histórica, principalmente com relação às décadas mais recentes, que são as mais controversas. A tarefa é grande e a polêmica é intensa, porém grandes avanços de interpretação têm ocorrido. Estudos como os de Warren Dean, Sérgio Silva, Wilson Cano, Conceição Tavares, Celso Furtado, Francisco de Oliveira, José de S. Martins, João Manoel Cardoso de Mello⁽⁴⁾, para

- (4) Dean, W. - A industrialização de São Paulo. DIFEL, SP, s/d.
 Silva, Sérgio - Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil. Alfa-Omega, SP, 1976.
 Cano, Wilson - Raízes da concentração industrial em São Paulo. - Difusão Europeia do Livro, SP, 1976.
 Oliveira, F. - A economia da dependência imperfeita. Graal, RJ, 1977.
 - Elegia para uma re(li)gião. Paz e Terra, RJ, 1977.
 Martins, J.S. - O cativo da Terra. Livr. Edit. Cienc. Hum., SP, 1979.
 Mello, J.M.C. - O capitalismo tardio. Campinas, 1975 (mimeo.).
 Furtado, C. - O mito do desenvolvimento econômico. Paz e Terra, RJ, 1974.
 - O Brasil pos-"milagre". Paz e Terra, SP, 1981.

falar apenas de alguns, têm servido como apoio teórico e analítico, e contribuído para a realização de muitas pesquisas como esta.

Procurou-se evidenciar alguns dos aspectos específicos no Brasil, a fim de contribuir para o entendimento da integração do migrante à sociedade urbano-industrial e de sua atuação nas transformações do espaço urbano.

As transformações ocorridas no espaço agrário e nos centros urbanos fazem parte de um mesmo processo de evolução econômica, cujo objetivo final é a integração de todo o espaço nacional na órbita do capitalismo.

No desenvolvimento da industrialização capitalista, a tendência é para a queda relativa do capital variável em relação ao constante, porém devido às necessidades crescentes de aumento da produtividade, ocorre paralelamente, o aumento absoluto do capital variável. Para isso é necessário não só o aumento do número de trabalhadores industriais, mas de toda a população urbana. Já na agricultura o capital variável necessário para o aumento da produtividade de um determinado pedaço de terra, diminui em termos absolutos e relativos. Só aumenta absolutamente quando novas terras são exploradas.

A expropriação dos pequenos produtores leva ao aumento do número de trabalhadores que, na cidade, vende a sua força de trabalho. Este número precisa ser sempre maior que a demanda média de trabalhadores por parte do capitalismo, que não pode dar ocupação permanente a todos, e a reserva de trabalhadores aumenta ou diminui de acordo com as suas crises.

No Brasil, o desenvolvimento capitalista na agricultura ocorre não só em extensão - a partir da incorporação de novas ter

ras para a exploração -, mas também em profundidade, - a partir da intensificação da aplicação de capitais na produção -, levando ao aumento relativo do capital constante. Para que a população rural abandone o campo e venha alimentar a cidade do exército industrial em ativo e de reserva, de que ela tanto necessita, são necessárias profundas transformações no meio rural. Por outro lado, deve haver a contrapartida urbana. Na cidade devem também estar acontecendo transformações de vulto, que sirvam de estímulo para que o migrante opte por esta e não por aquela localidade.

Assim sendo, as migrações internas são produto de uma reestruturação econômico-social. Trata-se de uma redistribuição espacial da população que se adapta à reorganização espacial das atividades.

O processo de expulsão do trabalhador do campo corresponde ao processo de desenvolvimento das cidades. Um não pode acontecer sem o outro. Embora interdependentes, não deixa de haver antagonismo ou contradição nessa complementaridade.

O modo como vive a população - objeto de análise da segunda parte deste trabalho - responde também às exigências da acumulação de capital. A população não é simplesmente uma abstração, nem tão pouco paciente do processo econômico. A forma como vive, as suas relações de trabalho, as relações que mantém com o espaço, não são apenas consequência das transformações econômicas. No capitalismo, os indivíduos, divididos em classes sociais, quer queiram ou não, são agentes do processo de acumulação de capitais. É através da apropriação da força de trabalho que se dá a acumulação; e a reprodução do capital se amplia mais e mais, ao se apossar, também, das formas

de existência do indivíduo.

Procura-se o entendimento de como essa população vai sobreviver na área metropolitana e de como participa do processo de urbanização, como força de trabalho necessária e excedente para o desenvolvimento da economia.

Neste capítulo pretende-se analisar, a partir dos resultados da pesquisa de campo, a inserção no mercado de trabalho e as conseqüências para o "modo de viver", principalmente no que se refere à moradia e ao local de moradia.

O enfoque desta análise será a família trabalhadora, já que esta é a base para a manutenção e reprodução da força de trabalho. As formas de sobrevivência encontradas fazem parte de um "projeto familiar", não significando, porém, que haja um planejamento prévio e consciente por parte da família, com relação à quantidade de filhos que pretende ter e de que tal quantidade é necessária para a reprodução do capital. Isto seria pensar os filhos como Mercadoria. O trabalhador, sendo dono apenas de sua força de trabalho, não é "proprietário" sequer de sua família, pois ao reproduzir-se tem a sua fertilidade submetida às leis do desenvolvimento capitalista⁽⁵⁾. Apesar disso, não se pode considerar o trabalhador e a sua prole como Mercadorias; é o que ocorre somente com a força de trabalho, que é vendida no mercado como qualquer outra mercadoria.

O "projeto familiar de sobrevivência" é resultado do nível de exploração a que o trabalhador é submetido, ele jamais poderia pensar "a priori" em organizar a sua família a fim de sobreviver a uma futura exploração. A sua organização familiar apenas reflete as

(5) Cf. Oliveira, Francisco - "A Economia da Dependência Imperfeita", Graal, 1977, pp.141 e 143.

suas condições objetivas de existência.

Como lembra Marx., "cada modo de produção possui as suas leis específicas de população"⁽⁶⁾. Sob a dominação do modo capitalista a forma como se compõe a família trabalhadora responde às necessidades imediatas impostas à sua sobrevivência e, concomitante e prioritariamente, é determinada pelo avanço deste modo de produção.

As formas como evoluem as forças produtivas, os níveis de acumulação de capital, determinam o grau de exploração a que será submetido o trabalhador que, por sua vez, determinará o número de membros da família que deverão ser lançados no mercado de trabalho (muitas vezes precocemente), a fim de satisfazer as necessidades mínimas de sobrevivência.

Assim, o tamanho da família, o grau de instrução de seus membros, a idade com que começaram a trabalhar, a forma de inserção e a quantidade de inseridos no mercado de trabalho se vinculam ao desenvolvimento deste processo. Relacionam-se diretamente com as diretrizes político-econômicas impostas, decorrentes da necessidade de garantir o avanço da economia.

A família trabalhadora não pode, assim, ser analisada genericamente, de forma abstrata, como parte de um conjunto populacional. O tamanho médio das famílias, seus índices de mortalidade, natalidade, fertilidade, renda per capita, grau de escolaridade são da dos demográficos que se referem à estrutura geral da população e na da significam isoladamente. Não levam à explicação da realidade, por

(6) Marx, K. - El Capital. Vol. I, cap. XXIII, F.C.E., México, 8ª reimpressão, 1973, pp. 534-535.

que estão despídos de conteúdo, por não estarem inseridos na totalidade a qual pertencem. Referem-se a uma população abstrata e a quantificações que escondem as profundas diferenciações existentes no seio desta população. O conteúdo destas diferenciações é que precisa ser assimilado, isto é, as contradições entre as diferentes classes sociais. Estas contradições são definidas a partir das relações sociais de produção.

A produção da população para o capital significa produção e reprodução da força de trabalho. Esta produção corresponde às necessidades de garantir a extração dos maiores índices de mais-valia. Para o capital a população nada mais é do que a sua força de trabalho, "a força de trabalho contudo não é população, mas a capacidade de trabalho de uma população"⁽⁷⁾.

A pesquisa, portanto, "não é a de procurar determinar o conjunto da população da qual emana a força de trabalho, mas exatamente o contrário, isto é, o de examinar-se de que modo a geração da força de trabalho ou de uma população para o capital determinam e influem sobre o conjunto da população"⁽⁸⁾.

A parcela da classe trabalhadora aqui analisada não pode fugir à regra, tem o seu comportamento demográfico definido pela evolução do modo de produção capitalista, isto é, ele que ao produzir e reproduzir a sua força de trabalho impõe as formas de reprodução "ampliada" da população. Trata-se de desvendar como a produ-

(7) Oliveira, Francisco - op.cit., p.149.

(8) Idem, p.150.

ção de Mercadoria ou de mais-valia produz a população, já que, sob o domínio capitalista, é a partir da produção de Mercadorias que se dá o esclarecimento das relações entre os homens, portanto, a reprodução humana é historicamente determinada por esta relação mais ampla.

Contudo, os modos de existência da população, ou as formas como se organizam as famílias não podem apenas serem referidos aos aspectos decorrentes das necessidades de reprodução da força de trabalho⁽⁹⁾. É dada relevância para este enfoque na medida em que ele é fundamental para demonstrar como modos específicos de existência são produzidos pela dinâmica do capital. A ressalva é necessária para não se cair no erro de achar que não existem outros elementos que também contribuem para o entendimento do real em toda a sua complexidade.

No processo de formação da força de trabalho capitalista ocorre: "a) a produção da força de trabalho mediante a liberação da mão-de-obra de pessoas inseridas em outros modos de produção ou na classe proprietária do próprio modo de produção capitalista; e b) a reprodução da força de trabalho, já incorporada ao modo de produção capitalista(...) dos indivíduos que vivem da venda de sua capacidade de trabalho ao capital"⁽¹⁰⁾.

Não há, no entanto, necessariamente, coordenação entre as duas etapas, a da liberação de mão-de-obra e a da incorpora -

(9) "A família não é uma instituição criada para reproduzir a força de trabalho. Não é sequer instituição própria da classe operária ...". Durhan, Eunice - "Prefácio", in Macedo, Carmem C. - A reprodução da desigualdade. HUCITEC, SP, 1979, p.VIII.

(10) Singer, Paul - Economia política do trabalho. HUCITEC, SP, 1977, p.112.

ção no mercado de trabalho, mesmo porque, tendencialmente, o modo de produção capitalista vai liberar mais mão-de-obra do que aquela que ele incorpora. Assim, nesse processo, também se produz o exército industrial de reserva.

A produção e a reprodução da força de trabalho depende também da forma como o país se insere na divisão internacional do trabalho. Em países capitalistas não desenvolvidos ocorre principalmente a produção da força de trabalho através, em primeiro lugar, da penetração do capital em áreas dedicadas à produção simples de mercadoria e em segundo lugar, pela transformação de atividades para o auto-consumo em produção mercantil e capitalista (expropriação de agricultores em economia de subsistência, ingresso da dona de casa no mercado de trabalho).

Nos países desenvolvidos este processo de produção da força de trabalho já ocorreu, não havendo mais estoques populacionais inseridos em outros modos de produção à disposição do capital⁽¹¹⁾. Em decorrência, o processo de criação da força de trabalho se dá principalmente, pela reprodução da força de trabalho, "na medida em que ele (o capital) lhes compra efetivamente a capacidade de trabalho, proporcionando ao assalariado recursos que lhes permita a manutenção e a reposição, ao cabo da vida produtiva"⁽¹²⁾.

No primeiro capítulo ver-se-á a produção da força de trabalho a partir da liberação da mão-de-obra (migração) para a Grande São Paulo. O segundo capítulo trata justamente da segunda fase do

(11) Singer, Paul - Economia política do trabalho. HUCITEC, SP, 1977, p.113/114.

(12) Idem, p.184.

processo, isto é, da reprodução da força de trabalho já inserida no mercado urbano-industrial e a produção da força de trabalho a partir da inserção de outros membros da família (ex-produtores de valores de uso para o auto-consumo familiar ou trabalhadores dedicados à produção simples de mercadorias: costureiras, pequenos artesãos, etc.), neste mesmo mercado de trabalho.

Ficará subjacente, no trabalho, a análise das formas espaciais. O pressuposto é que o modo de vida das diversas classes sociais imprime as suas marcas no espaço, contribuindo para a sua configuração e, concomitantemente, as formas de organização do espaço influem no modo de vida da população.

As relações sociais entre os indivíduos ocorrem numa determinada porção do espaço (base material para a concretização das relações sociais) e num determinado momento, estando em constante evolução. Este movimento tem que ser apreendido para se entender a verdadeira organização do espaço.

As formas de sobrevivência da família trabalhadora fazem parte deste movimento, representam um dos aspectos da evolução do processo social. Ao mesmo tempo que são determinadas por ele, contribuem para que o processo avance cada vez mais.

A população atua, também, através de suas formas de existência, na produção de formas espaciais e estas concomitantemente influenciam os modos de existência. Como diz Harvey, "as formas espaciais contêm processos sociais na mesma medida que os processos sociais são espaciais"⁽¹³⁾. É um relacionamento dialético e não um sim

(13) Harvey, D. - Urbanismo y Desigualdad Social. - Siglo XXI^a de España Editores S/A., Madrid, 1979, p.3.

ples jogo de causa e efeito que só pode ser entendido através do conceito de "totalidade"⁽¹⁴⁾.

As formas espaciais são produzidas pelas relações sociais. A partir dos diferentes modos com que cada classe social vai se apropriando do espaço, ele vai adquirindo uma forma a qual influirá, e mais que isso, fará parte das condições de existência da população.

Em síntese, as diferentes classes sociais atuam na organização do espaço - portanto se trata da "organização social do espaço" - e a organização estabelecida age nas condições de vida das pessoas que trabalham, moram ou se relacionam com este espaço. Esta organização interage com as relações sociais⁽¹⁵⁾, sempre com o objetivo de agilizar a circulação e incrementar ainda mais a acumulação de capitais.

A questão que se coloca, metodologicamente, é descobrir quais elementos têm primazia na análise.

Sendo a organização do espaço, um dos aspectos da manifestação dos processos sociais, necessária para sua evolução, as formas espaciais são uma das partes constituintes do todo. São os processos sociais que determinarão a dinâmica das diferentes partes que o compõem. Porém, existe um número muito grande de processos sociais

(14) O todo é constituído a partir dos diferentes elementos que o compõem e estes só existem porque fazem parte do todo, e que neste sentido os precede. O todo não é, assim, a somatoria das partes. "O conceito de totalidade é a expressão do processo na integridade de seu desenvolvimento". Pinto, A.V. - Ciência e Existência. - Ed. Paz e Terra, RJ, 1969, p.14.

(15) "A cidade (é) um complexo sistema dinâmico no qual as formas espaciais e os processos se encontram em contínua interação". Harvey, D., op.cit., p.41.

que atuam independentemente das formas espaciais. É necessário saber quais os processos que influenciam e são influenciados pelas formas espaciais e quais continuam a ser relativamente independentes⁽¹⁶⁾.

As formas de constituição da família trabalhadora é uma das partes desta totalidade que se quer apreender. É um dos aspectos da manifestação dos processos sociais e, justamente por estar inserida neste todo, interage com ele, influenciando na sua evolução.

Estas colocações servirão como "pano de fundo" para as análises a serem feitas, isto é, o objetivo é encontrar fundamentações que auxiliem no entendimento de como o espaço urbano é socialmente produzido.

2 - Os procedimentos

A pesquisa foi realizada em 4 bairros de Osasco, município integrante da Grande São Paulo e situado a oeste da cidade de São Paulo.

Os bairros foram selecionados levando-se em conta a sua localização (todos situados em pontos extremos do Município), e de acordo com características específicas de ocupação (densidade e qualidade), depreendidas através da análise das cartas 1:10.000 e 1:2.000 para o Estado de São Paulo (de 1972 - com atualização para 1974), do GEGRAN (EMPLASA) e através de sucessivas visitas ao município a fim de comprovar o observado na análise cartográfica.

(16) Harvey, D., op.cit., p.27.

As informações sobre as áreas foram complementadas por dados fornecidos por pesquisa sócio-econômica da PLANASA⁽¹⁷⁾.

Inicialmente foram configuradas sete zonas com diferentes tipos de ocupação. De acordo com as proposições teóricas do projeto de pesquisa foram selecionadas quatro áreas menores e dentro delas alguns quarteirões que melhor representassem a problemática a ser estudada. Foram excluídas as zonas que apresentaram um padrão melhor de ocupação, provavelmente habitadas por uma população que fugia às características que se pretendia estudar.

As áreas selecionadas tinham em comum a concentração do casario em um espaço bastante restrito, uma grande "desordem" na sua disposição e o limite com extensas áreas desocupadas e com inúmeras favelas.

Os quarteirões selecionados localizam-se nos bairros de Jardim Helena Maria (NW), Jardim D'Ávila (NE), Jardim Novo Osasco (SE) e Jardim Turíbio (SW).

A amostragem foi calculada⁽¹⁸⁾ levando em consideração:

- a) o conhecimento de que a maior parte da população residente é de origem migrante;
- b) as características dos quarteirões escolhidos;
- c) o número aproximado de residências;
- d) o conteúdo do questionário a ser aplicado;
- e) a porcentagem da força de trabalho do município empregada nos setores secundário e terciário da economia.

(17) Pesquisa Sócio-Econômica, PLANASA, Osasco, 1968.

(18) Utilizou-se para isso a assessoria de especialista da Faculdade de Higiene e Saúde Pública da USP, Profª Nilza Nunes da Silva - Deptº de Epidemiologia.

A amostra calculada foi de 5%, dada a grande homogeneidade do universo.

O critério utilizado para a definição das habitações em que foram aplicados os questionários foi o de sorteio após a contagem das casas que compunham o quarteirão. Quando não foi possível realizar a pesquisa até a terceira visita, a casa foi abandonada sem substituição.

O questionário aplicado era composto de quatro partes:

- 1ª - o migrante e sua família: a estrutura familiar, nível de escolaridade, atividades econômicas exercidas;
- 2ª - condições habitacionais e de vida;
- 3ª - atividades econômicas exercidas pelo migrante selecionado, na origem e no percurso migratório;
- 4ª - atividades econômicas exercidas pelo migrante selecionado desde a sua chegada ao centro urbano atual.

A aplicação deu-se nos domicílios com pelo menos um membro migrante, nos casos em que todos os membros da família eram migrantes foi estabelecida a seguinte ordem de preferência para a obtenção das informações:

- 1º) - chefe da família que tivesse trabalhado no local de origem e se encontrava trabalhando no centro urbano atual;
- 2º) - cônjuge na mesma situação;
- 3º) - pai/mãe do chefe na mesma situação;
- 4º) - filhos na mesma situação;
- 5º) - parentes/agregados na mesma situação.

Quando ninguém tinha trabalhado no local de origem, obedeceu-se à mesma ordem de preferência para os que trabalharam no percurso migratório, o mesmo acontecendo quando nenhum migrante tinha trabalhado, quer na origem ou no percurso. Outro requisito utilizado para selecionar o migrante foi o exercício de atividade produtiva no centro urbano atual.

Dessa forma, foram pesquisadas 118 unidades habitacionais, 93% das quais possuíam pelo menos um membro migrante: a maioria dos migrantes pesquisados em profundidade correspondia aos chefes das famílias inseridas na produção (tabela 1 - anexo).

A população migrante pesquisada assim se distribuía: 30% no Jardim D'Ávila, 28% no Jardim Turíbio, 23% no Jardim Helena Maria e 20% no Jardim Novo Osasco. Isto não significa que tenha mais migrantes num certo bairro. Significa apenas que, na seleção dos quarteirões pesquisados, privilegiou-se o critério de homogeneidade entre eles. Foram selecionados um conjunto de quarteirões com características semelhantes. Assim, a área selecionada no Jardim D'Ávila, sem ser mais densamente ocupada que as demais, englobava um número maior de quarteirões. Já em Novo Osasco selecionou-se um número menor de quarteirões, inclusive porque lá, os espaços vazios são maiores, apesar de não ser menos povoada que as demais áreas, isto porque, via de regra, em um mesmo lote foram encontradas várias habitações.

Os migrantes que moram no Jardim D'Ávila saíram de seu local de origem mais cedo que os das demais áreas; os migrantes do Jardim Turíbio migraram mais recentemente. Jardim D'Ávila apresenta características de ocupação mais antiga e estável. É o mais bem

provido de recursos e de infraestrutura. Possui ruas planas e largas o que lhe confere características mais fáceis de habitabilidade.

Jardim Helena Maria é a área menos homogênea dentre as selecionadas. Os quarteirões pesquisados são cortados pela Av. Presidente Costa e Silva, que dá acesso ao bairro. Ao sul da avenida, a qualidade de ocupação é superior. Ao norte, a declividade dos terrenos é muito acentuada o que dificulta a edificação; as habitações são mais precárias e empobrecidas.

Jardim Turíbio e o Jardim Novo Osasco demonstram um processo de ocupação mais recente. As condições de moradia são também precárias, agravadas pela grande declividade do relevo.

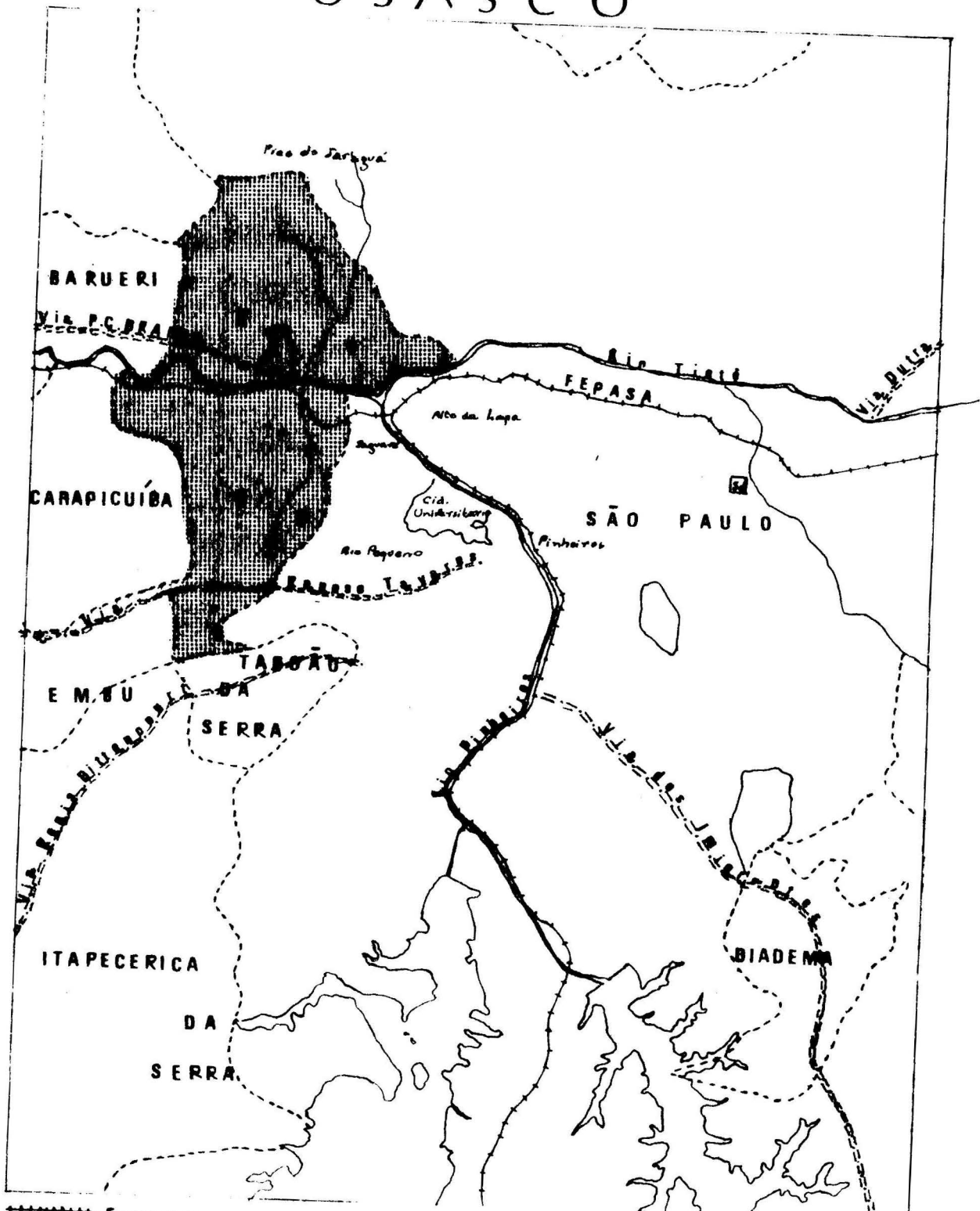
*

*

*


É necessário ressaltar que os dados analisados deste trabalho referem-se à população de áreas específicas e limitadas e, de acordo com a amostragem, não podem ser generalizados para o conjunto da população. Porém são comparáveis com o que ocorre em outras áreas, principalmente São Miguel Paulista e algumas favelas do Município de São Paulo. Na medida do possível, os resultados obtidos foram relacionados aos processos sociais mais amplos. De qualquer forma, a população pesquisada faz parte do conjunto da população brasileira. O que sucede com ela permite entender, com maiores ou menores semelhanças, o que ocorre com outras parcelas da população submetidas às mesmas condições de vida.

OSASCO



Escala 1:200000

- +++++ Ferrovias
- == Estradas de Rodagem
- - - - Limites Municipais

 Município de Osasco

- | | |
|------------------------|--------------------|
| 1 - Jardim D'Ávila | } Área da Pesquisa |
| 2 - Jardim H. Maria | |
| 3 - Jardim Novo Osasco | |
| 4 - Jardim Turibio | |

I - A POPULAÇÃO MIGRANTE

Os movimentos migratórios relacionam-se com as transformações econômicas e sociais mais amplas. Fazem parte de processos históricos determinados, e sob o desenvolvimento histórico capitalista possuem as suas leis específicas, inerentes à evolução deste sistema.

Vários estudiosos possuem esta visão do fenômeno. Marx já colocava que "...todo regime histórico concreto de produção tem suas leis próprias, leis regidas por um modo historicamente concreto. Leis abstratas de população só existem para os animais e as plantas, enquanto o homem não intervenha historicamente nesses reinos"⁽¹⁾.

Paul Singer⁽²⁾ em muitos de seus trabalhos, analisa as migrações internas como sendo historicamente condicionadas, sendo o resultado de um processo global de mudança. Questiona se as migrações internas referem-se apenas à redistribuição espacial da população que se adapta ao rearranjo espacial das atividades econômicas, ou seja, seriam meras conseqüências demográficas das mudanças técnicas, ou se influenciariam mais decididamente nos processos de mudança.

Este autor, partindo do princípio que são "causas estruturais que impelem determinados grupos a se pôr em movimento, que se sempre de fundo econômico - deslocamento das atividades no espaço,

(1) Marx, K. - El Capital, I vol., Cap.XXIII. Fondo de Cultura Económica, Mexico, 1973, pp.534/535.

(2) Singer, P. - Economia Política da Urbanização. Edit. Brasiliense, Cebrap, SP, 1973.

crescimento diferencial das atividades em lugares distintos..."⁽³⁾, justifica que as migrações devem ser estudadas como processo social. Não se limita a analisá-las como consequência das transformações econômicas. Considera que desempenham um papel muito importante nas transformações das estruturas econômicas e sociais. Dessa forma tanto podem ser geradas pelas transformações das atividades econômicas no espaço como podem, a partir do desencadeamento do fluxo migratório, influir para que se acelerem os processos de transformação, e mesmo, em determinadas conjunturas, influir para a desaceleração do ritmo do crescimento econômico.

É necessário ainda desvendar os verdadeiros motivos dos fluxos migratórios. São decorrentes de fatores de mudança ou de estagnação? "Os fatores de mudança fazem parte do próprio processo de industrialização"⁽⁴⁾: mudanças técnicas na agricultura e aumento da produtividade do trabalho. Os fatores de estagnação relacionam-se à incapacidade dos agricultores em economia de subsistência de elevarem a produtividade da terra.

Os fatores de mudança provocam fluxos de migração maciços para diminuir o tamanho absoluto da população rural, já os fatores de estagnação provocam a emigração de parte ou da totalidade do acréscimo populacional. No primeiro caso, a população diminui, mas a produtividade aumenta. No segundo caso, ocorre a estagnação, são áreas "viveiros de mão-de-obra" para o latifúndio e explorações capitalistas.

(3) Singer, P. - Economia Política da Urbanização. - Ed. Brasiliense, Cebrep, SP, 1973, p.51.

(4) idem, op.cit., p.38

É preciso pois, segundo Singer, "distinguir as motivações individuais das causas estruturais; já que a primeira determinação de quem vai e de quem fica é social ou de classe; num segundo momento, condições subjetivas determinarão quais membros de uma determinada classe social migrarão antes e quais ficarão para trás"⁽⁵⁾.

José de Sousa Martins⁽⁶⁾ considera que a migração compreende três fases: na primeira são dadas as motivações para migrar - as necessidades e causas que levam as pessoas a se deslocarem; na segunda se encontra a estrutura do processo migratório - como ocorre a transição da sociedade original para a nova, e em terceiro lugar, a assimilação do migrante pelo esquema social e cultural da nova sociedade.

Para este autor a "liberdade de migrar adquire significado e tem o seu ponto de saturação, no fato de que o migrante é um trabalhador, isto é, um portador de força de trabalho e, portanto, a migração é o resultado do comércio internacional dessa mercadoria singular.

As motivações para migrar não são meros impulsos, mas resultam de um tipo de consciência historicamente produzido pela sociedade original"⁽⁷⁾.

Tal como Singer, Martins também distingue as causas ou motivações subjetivas das objetivas. Assim: "Objetivamente a transição do migrante está referida às exigências econômicas da circula-

(5) Cf. Singer, P. - op.cit., p.52.

(6) Martins, J.S. - A Imigração e a Crise do Brasil Agrário. Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, SP, 1973.

(7) Singer, P. - op.cit., p.22.

ção dos fatores de produção, inclusive da força de trabalho que vai constituir o exército de reserva nos pólos de atração (...)".

"Intersubjetivamente, consiste num movimento social que se norteia por uma interpretação dos efeitos das transformações históricas"⁽⁸⁾.

Outros autores, como Muñoz e Oliveira⁽⁹⁾ colocam a necessidade de realizar estudos no local de origem para incluir não só as pessoas que já migraram, mas também as que se acham em condições de fazê-lo e as que não migrarão.

Na tentativa de superar as limitações inerentes a este tipo de pesquisa, tentou-se, neste trabalho, privilegiar os fatores chamados estruturais, procurando obter informações a respeito das condições de trabalho na área de origem e no percurso migratório e no caso de proprietários rurais, saber o destino da propriedade e os motivos explicitados para a emigração.

Nem sempre o migrante tem consciência dos motivos que o levaram a migrar, por isso são inúmeras as dificuldades para se obter estes dados. As respostas, em geral, são bastante vagas; a tendência é para evasivas do tipo: "Acompanhei meus pais" ou o "meu marido", ou generalizações como "a terra era fraca", "não dava para viver", "a seca acabou com tudo".

Existem, ainda, alguns problemas conceituais, que se não forem devidamente esclarecidos podem comprometer um trabalho so-

(8) Singer, P. - op.cit., p.23

(9) Muñoz, H. e Oliveira, O. - "A migração interna na América Latina : exposição e crítica sobre algumas análises", in Migrações Internas, BNB, ETENE, Fortaleza, 1980, pp.585 e ss.

bre migrações. Há necessidade de uma revisão a respeito do significado de "área de origem" e "área de destino" pois a área de origem, por exemplo, não é necessariamente o lugar de onde provém determinado grupo de imigrantes, nem mesmo o seu lugar de nascimento. "É aquela onde se deram transformações sócio-econômicas que levaram um ou vários grupos sociais a migrar, desde que tais transformações já não sejam resultantes de outros movimentos migratórios concomitantes ou anteriores"⁽¹⁰⁾. A área de destino pode ser apenas uma etapa de determinados fluxos migratórios. É preciso distinguir os vários fluxos e para quais deles esta área é o ponto final. Dessa forma, não se chegará ao esclarecimento do movimento global dos fluxos limitando o estudo a um provável local de origem e de destino.

Perguntar-se-á, com razão, por que apesar de todas estas restrições, a pesquisa de campo foi realizada baseada em inquéritos individuais e considerando área de origem e de destino os tradicionais locais de nascimento e local de residência atual (Grande São Paulo).

No entanto, de acordo com os objetivos deste trabalho, pesquisou-se a população migrante que reside na área metropolitana. A ótica desta pesquisa é o urbano, isto é, entender alguns dos processos que contribuem para a urbanização. Nesse sentido, não se trata de realizar uma pesquisa em profundidade nos diferentes locais de origem e de destino.

O estudo a respeito do processo migratório desde a área de origem, das diversas etapas do fluxo, até o local de residência atual, objetivou encontrar as transformações econômicas mais globais e nelas inserir as particularidades pesquisadas.

(10) Singer, P. - op.cit., p.54.

Alguns dos resultados obtidos não podem ser extrapolados para além das áreas em que foram aplicados os questionários. Outros, como os referentes à origem da população, permitem maiores generalizações e comparações com o que ocorre no Município de São Paulo, ou em outras áreas das periferias metropolitanas, pois, quando cotejados com dados mais globais, eles se assemelham.

Assim, a população das áreas estudadas é realmente migrante na sua maioria: 66% nasceram fora da Grande São Paulo.

Local de nascimen <u>to</u> .	Grande São Paulo	Fora da Grande São Paulo	Total
N.A.	183	351	534
%	34,3%	65,7%	100,0%

N.R. 06

Fonte: Pesquisa de Campo./77

De acordo com os dados do Censo Demográfico de 1970, o peso do migrante na composição populacional das áreas metropolitanas é bastante elevado. Após Brasília, que por motivos óbvios, possui a maior proporção de população migrante (77%), é a Grande São Paulo que se destaca com 52,9% de população migrante. Em qualquer caso porém, é grande a participação da população migrante na composi-

ção da população total em todas as áreas metropolitanas do país⁽¹¹⁾.

Assim sendo, Osasco, como parte da área metropolitana da Grande São Paulo, não é exceção e corrobora, com uma proporção expressiva de população migrante, a tese de que "urbanização e metropolização são fenômenos estreitamente ligados às migrações internas... as quais estão na base do processo de urbanização e de transformações de cidades em metrópoles"⁽¹²⁾.

(11) Cf. Spindel, C.R. - "Metropolização, Urbanização e Recursos Humanos". Caderno Cebrap nº 25, S.P., p.18:

Áreas Metropolitanas : - 1970 - População Total e População Migrante

<u>Áreas Metropolitanas</u>	<u>Total</u>	<u>População Migrante</u>
Grande São Paulo	8139730	4306625 52,9
Grande Rio	6891521	3156358 45,8
Recife	1729127	583534 33,7
Belo Horizonte	1645519	817122 49,7
Porto Alegre	1548140	754730 48,7
Salvador	1194578	348072 29,1
Brasília (DF)	537492	417300 77,6

Fonte: Censo Demográfico, 1970.

(12) Idem, p.18.

As áreas metropolitanas também influenciam no crescimento das chamadas "cidades médias". Spindel analisando a participação no total nacional da população de "uma relação do que o IBGE chama de cidades e vilas mais importantes, ou seja, aquelas cuja população é igual ou superior a 0,005% do total de habitantes recenseados no país", observa que, em 1960, 113 cidades estavam nesta categoria; em 1970 eram já 149 cidades. "...As cidades que mais alteraram sua posição na classificação, mercadante no rang, pertenciam ou situavam-se no raio de influência de áreas metropolitanas, conforme a lista-gem abaixo:

Cidades	Classificação	
	1960	1970
Osasco	111º	17º
S.Miguel Paulista - distrito de SP.	99º	22º
Itaquera, SP	137º	29º
Belfort Roxo - vila - RJ	88º	32º
Venda Nova - vila - MG	135º	52º
Taquetinga, DF	145º	61º
Campos Elíseos - vila, RJ	147º	65º
Mauá, SP	142º	66º
Parque Industrial - vila, MG	134º	87º

Fonte: REALIDADE - Editora Abril, maio, 1972, pp.16-17 "(13)

(13) Spindel, C.R. - op. cit., p.15.

É neste contexto que se explica a opção por Osasco co-
mo área de estudo. Trata-se de um exemplo marcante do processo de me-
tropolização, quando o processo seletivo para a entrada de migrantes
na capital torna-se mais rigoroso, ao mesmo tempo que ocorre a expul-
são, para as zonas periféricas da área metropolitana, de boa parte
da população da área da capital, que não tem mais condições para ar-
car com o ônus da valorização do solo urbano ⁽¹⁴⁾.

Analisando os resultados preliminares do Censo Demo-
gráfico de 1980 e comparando-os com os de censos anteriores verifi-
ca-se que há uma tendência para a queda nas taxas de crescimento da
população, tanto no município de São Paulo como na sua área metropoli-
tana, apresentando, contudo, a área metropolitana taxas superiores
às do município.

(14) "A desaceleração relativa das taxas de crescimento populacional das regiões metropolitanas se deve não só ao dinamismo de outros cen-
tros urbanos mas também ao fato de que as taxas de crescimento popu-
lacional das "cidades-pólos" das metrópoles, ou melhor, das capitais
dos Estados, apresentaram nesta última década uma inversão nas ten-
dências de crescimento, isto é, de taxas em elevação na década de 50,
passaram para taxas decrescentes no período seguinte... Num primeiro
momento uma grande parte do fluxo é polarizado para o núcleo; num se-
gundo momento, o processo seletivo se torna mais rigoroso nestas ci-
dades e as entradas ficam limitadas as pessoas com certas "aptidões",
das quais as relativas a idade e sexo (as mais facilmente mensura-
veis) tem se acentuado no decorrer do período; num outro momento (que
pode ocorrer concomitantemente ao segundo) ocorre a "expulsão" da po-
pulação do centro para a periferia, ou melhor, uma troca de grupos
sociais (entram uns e saem outros). Como resultado do crescimento ra-
pido e intenso da cidade e dos seus efeitos colaterais de utilização
e valorização da terra na área da Capital", in Spindel, C. B. - op.cit.
p.16.

POPULAÇÃO TOTAL

GRANDE SÃO PAULO, MUNICÍPIOS DE SÃO PAULO E OSASCO

Ano	Grande S.Paulo		Município de S.Paulo		Osasco	
	População	Taxa de incremento	População	Taxa de incremento	População	Taxa de incremento
1940	1568045		1326261		15128	
1950	2662653		2198096	5,20	43427	
1960	4747001	6,00	3788857	5,60	115201	
1970	8106250	5,90	5901533	4,54	283203	
1980	12578045	4,45	8490763	3,67	472535	5,25

Fonte: Recursos Humanos da Grande São Paulo - 1971

Censos Demográficos 1940/50/60/70 e 80 - F.IBGE.

O município de Osasco apresenta uma taxa de crescimento anual de 5,25, superior ao da área metropolitana a qual pertence, e na média dos demais municípios da Grande São Paulo. Os municípios que tiveram um crescimento maior, geralmente foram os localizados em áreas mais distantes em relação à capital. Na região oeste da área metropolitana, correspondem aos municípios de Carapicuíba (12,93%), que possui limites com Osasco, Jandira (11,17%), Barueri (7,14%) e Itapevi (6,47%), todos mais distantes que Osasco em relação à capital. Carapicuíba que pode ser caracterizada como área de expansão de Osasco, teve o segundo maior incremento na área metropolitana, após Embu (18,06).

PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA CAPITAL E DAS ÁREAS METROPOLITANAS NO TOTAL NACIONAL - (1970 - 1980).

	1970		1980	
	Nº Absoluto	%	Nº Absoluto	%
São Paulo	5921796	6,35	8490763	7,13
Grande São Paulo	8137401	8,72	12578045	10,56

Fonte: Censos Demográficos F.I.B.G.E. - 1970/1980.

Muitos dos estudos a respeito dos aspectos demográficos das metrópoles brasileiras destacam que o seu crescimento populacional se dá principalmente pelo adensamento de suas periferias.

Em Osasco é grande a valorização do solo urbano: parte de sua população já não é mais expulsa para as suas áreas mais periféricas, mas sim para os municípios vizinhos, mais longínquos ainda e mais carentes de recursos.

O adensamento populacional de Osasco se realizou através de dois movimentos: o da migração direta de outros estados e municípios que não os de Grande São Paulo e o da expulsão dos moradores das áreas melhores localizadas (quanto aos serviços de infraestrutura e aos equipamentos sociais) para as áreas mais desprovidas de recursos, portanto, menos valorizadas.

1. A origem da população

A urbanização da população brasileira começa a se intensificar a partir dos anos 30, atingindo o seu ápice na década de 50 e arrefecendo já na década seguinte⁽¹⁵⁾. A cidade é alimentada da força de trabalho necessária para a industrialização com o excedente populacional do campo. A concentração da população urbana, acima das necessidades de absorção da força de trabalho pelo aparelho produtivo, é necessária para o barateamento da mão-de-obra.

Para entender este processo é necessário evidenciar quais são as principais regiões e estados de origem, quais as épocas de migração, quais as atividades econômicas exercidas e os motivos para a emigração; enfim, quais as conseqüências demográficas das pro-

(15) Graham, D. e Holanda FQ, S.B. - "As migrações inter-regionais e urbanas e o crescimento econômico do Brasil", in Migrações Internas, op.cit.

fundas transformações ocorridas nas relações de produção no campo.

A maior parte da população que mora nas áreas estudadas não é natural da Grande São Paulo, sendo que a maioria é de origem rural. São as regiões nordeste e sudeste que contribuem para o adensamento populacional destas áreas. Pouco mais da metade dos migrantes nasceu no Nordeste; quanto aos migrantes pesquisados em profundidade (migrante selecionado) a proporção de nordestinos é um pouco menor, (48%). Dentre os que nasceram no Nordeste 70% são de origem rural, esta proporção diminui para 58% para os que nasceram no Sudeste. (Vide tab. pg.32).

Os estados de onde mais freqüentemente se originam são: São Paulo, Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, Alagoas, Piauí, Paraná e Sergipe; a maioria é do próprio Estado de São Paulo (32%). Embora a maior parte dos filhos já tenha nascido na Grande São Paulo (56%) é significativa a proporção de famílias migrantes estruturadas ainda no local de origem de um dos cônjuges (tabelas 1 e 2)⁽¹⁶⁾.

Em todas as áreas pesquisadas a tendência é a mesma: predominam os naturais do próprio Estado de São Paulo, Bahia e Minas Gerais (vide tab. pg.33).

Estes movimentos fazem parte do rearranjo espacial da população por todo o espaço nacional, a partir de uma nova divisão interregional do trabalho: deslocam-se de acordo com a reorganização espacial das atividades⁽¹⁷⁾.

(16) Todas as tabelas numeradas encontram-se no anexo.

(17) A esse respeito veja-se: Singer, P. - op.cit.

LOCAL DE NASCIMENTO E ORIGEM RURAL/URBANA

(Região)

Regiões	População total			População migrante			Migrante selecionado		
	rural	urbana	total	rural	urbana	total	rural	urbana	total
Nordeste	12 4	5 4	17 8	12 4	5 4	17 8	3 3	1 9	5 2
	69,7	30,3	100,0	69,7	30,3	100,0	63,5	36,5	100,0
	(55,1)	(17,5)	(33,3)	(55,1)	(42,9)	(50,7)	(48,5)	(45,2)	(47,3)
Sudeste	8 6	24 6	33 2	8 6	6 3	14 9	3 3	2 3	5 6
	25,9	74,1	100,0	57,7	42,3	100,0	58,9	41,1	100,0
	(38,2)	(79,6)	(62,2)	(38,2)	(50,0)	(42,5)	(48,5)	(54,8)	(50,9)
Norte, Sul e C. Oeste	1 5	0 9	2 4	1 5	0 9	2 4	0 2	====	0 2
	62,5	37,5	100,0	62,5	37,5	100,0	100,0	====	100,0
	(6,7)	(2,9)	(4,5)	(6,7)	(7,1)	(6,8)	(2,9)	====	(1,8)
TOTAL	22 5	30 9	53 4	22 5	12 6	35 1	6 8	4 2	11 0
	42,1	57,9	100,0	64,1	35,9	100,0	61,8	38,1	100,0
N.R. / 06			N.R./6			N.R./1			

Fonte: Pesquisa de Campo/ 1977

MIGRANTE SELECIONADO - LOCAL DE NASCIMENTO E DE RESIDÊNCIA ATUAL

Estado de Origem	Local de residência atual									
	J. D'Ávila		J. Turíbio		J. H. Maria		N. Osasco		TOTAL	
	N.A.	%	N.A.	%	N.A.	%	N.A.	%	N.A.	%
PARÁ	0 1	3,0	===	====	===	====	===	====	0 1	0,9
PIAUI	0 2	6,1	0 1	3,4	===	====	0 2	9,5	0 5	4,5
CEARÁ	===	====	===	====	===	====	0 2	9,5	0 2	1,8
R. NORTE	0 1	3,0	====	====	===	====	0 1	4,8	0 1	0,9
PARAÍBA	===	====	===	====	===	====	0 1	4,8	0 1	0,9
PERNAMBUCO	0 3	9,1	0 2	6,9	0 2	7,1	0 2	9,5	0-9	8,1
ALAGOAS	0 4	12,1	0 2	6,9	0 4	14,3	0 1	4,8	1 1	9,9
SERGIPE	0 1	3,0	===	====	===	====	0 1	4,8	0 1	0,9
BAHIA	0 6	18,2	0 7	24,1	0 6	21,4	0 3	14,3	2 2	19,8
M. GERAIS	0 5	15,2	0 5	17,2	0 5	17,9	0 4	19,0	1 9	17,1
SÃO PAULO	0 9	27,3	1 2	41,4	1 1	39,3	0 6	28,6	3 8	34,2
M. GROSSO	0 1	3,0	===	====	===	====	===	====	0 1	0,9
TOTAL	3 3	100,0	2 9	100,0	2 8	100,0	2 1	100,0	111	100,0

Fonte: P. C./ 77

Se as respostas aos questionários indicam motivos individualizados para migrar, é claro que no todo, são as causas estruturais que estão detrás destes movimentos.

O processo de concentração populacional no Estado de São Paulo já começa a se manifestar na fase primário exportadora - (1808-1850), quando a cafeicultura começa a polarizar a população em detrimento das então consideradas regiões Leste e Nordeste.

Aproximadamente entre 1890 e 1950 vive-se a chamada fase de formação do mercado interno (ou de substituições de importações); a industrialização crescente no Centro-Sul, principalmente a partir de 1930, necessita e possibilita um maior crescimento da população, o que se dá em detrimento do Leste (principalmente Minas Gerais e Bahia) e do Nordeste.

Em nenhum estado de emigração a população diminuiu, o que significa que os movimentos migratórios envolvem apenas parte do incremento vegetativo da população. Os fluxos migratórios só puderam ter a intensidade que realmente tiveram graças a aceleração do crescimento vegetativo da população: queda nas taxas de mortalidade e o aumento nas de fecundidade: "...a política de industrialização, posta em prática após 1930, não teria sido viável se ela implicasse na destruição (e não na estagnação, como implicou) das economias regionais do Leste e do Nordeste. Para que se tenha idéia da ordem de grandeza destas migrações, basta mencionar que em 1970 o Censo encontrou fora do seu estado natal 19,7% dos mineiros, 11,6% dos baianos e 11,5% dos cearenses, etc...".

Continuando: "A população em economia de subsistência já é consideravelmente maior, como resultado da aceleração do crescimento vegetativo, da imigração anterior, mas sobretudo da passagem para este tipo de economia da população que antes estava inserida na economia de mercado", proveniente da estagnação da agro-indústria açucareira, do fim do ciclo da borracha e principalmente da crise da cafeicultura pós anos 30. "Quando após 1935, a indústria e (estimulada por ela) outras atividades voltadas para o mercado recomeçam a crescer, abre-se um ciclo de migrações internas que, durante um longo período, 'resolve' o problema de mão-de-obra, nas áreas onde o desenvolvimento econômico se concentra"⁽¹⁸⁾.

Depois de 1950, com a internacionalização do mercado e o aprofundamento do caráter monopolista da economia, é ainda no atual Sudeste (principalmente São Paulo), que se localiza as melhores condições para a aplicação intensiva de capitais, já que é onde estão os principais requisitos que facilitam a maior rentabilidade dos investimentos (concentração dos meios de produção, força de trabalho e de toda uma gama de serviços indispensáveis para a circulação mais eficiente da produção, as chamadas vantagens comparativas).

Correspondendo às transformações econômicas, o processo de metropolização é intensificado. Entre 1950-1970, a tendência é para a concentração populacional nos centros urbanos maiores. São Paulo passa a atrair cada vez mais a população das outras regiões, como também a população que nas décadas anteriores migrou para as de -

(18) Singer, P. - "Implicações Econômicas e Sociais na Dinâmica Populacional Brasileira", in Cadernos Cebrap nº 20, S.P., pp.6 e 8.

mais cidades do Estado, atendendo principalmente à demanda de mão-de-obra para a cafeicultura.

As mudanças ocorridas nas formas de exploração agrícola e na estrutura fundiária, os capitais subsidiados propiciando uma maior mecanização da agricultura, - também permitida pelo avanço das indústrias fornecedoras de máquinas e implementos agrícolas -, a conseqüente liberação da mão-de-obra agrícola e que ao mesmo tempo é de vital importância para a continuidade do processo de industrialização, a constante e crescente expropriação e expulsão dos trabalhadores rurais das pequenas unidades de produção familiar, contribuem para a intensificação das migrações internas e adensamento das áreas metropolitanas.

Após 1930 ocorreu um grande retalhamento da terra ou da produção (o proprietário conserva juridicamente as suas terras, mas as dá em arrendamento para cultivos comerciais), que veio com a crise da cafeicultura e que serviu para manter a pequena produção como um apêndice da grande, constituindo-se numa forma de garantir a mão-de-obra a baixo preço, quando fosse necessário.

A pequena produção expandiu-se tanto nas regiões antigas como nas novas, nas chamadas frentes de expansão, onde são realizados grandes empreendimentos econômicos: expansão comercial, bancária, ferroviária, empresas imobiliárias, etc. Os investimentos realizados propiciam a expansão da propriedade sob o domínio do capital, como conseqüência o pequeno produtor é mais uma vez "expropriado", perdendo o valor que ele incorporou à terra.

Uma fase de desconcentração da propriedade é sempre

seguida por uma de concentração assim que surge a possibilidade para um cultivo que garanta a rentabilidade para o capital. A conseqüente valorização da terra obriga o pequeno produtor que tentou resistir à "expropriação", a vender a sua terra e ir para mais longe em busca de terras mais baratas ou a migrar para os centros urbanos. As próprias condições de crédito rural concedidos aparentemente com o objetivo de auxiliar o pequeno produtor, contribuem para isto⁽¹⁹⁾.

Muitas vezes, numa mesma região, num mesmo estado, em municípios próximos verificam-se duas tendências concomitantes: áreas que se modernizam (ligadas ao processo de industrialização, que proporciona mudanças técnicas, conduzindo ao aumento da produtividade do trabalho) e áreas que entram em processo de estagnação econômica. São, em geral, áreas de pequenos produtores em agricultura de subsistência que não conseguem enfrentar a concorrência do latifúndio, dada a sua incapacidade estrutural de elevar a produtividade da terra (20).

Esta população pobre do campo se desloca para o Sudeste ou para as frentes de expansão pioneira (num primeiro momento o Paraná, depois Mato-Grosso, Goiás e Pará).

(19) A esse respeito veja-se: Martins, J.S. - O cativo da terra, - Livr. Ed. Ciências Humanas, SP, 1979; Expropriação e violência, HUCITEC, SP, 1980; Silva, J. Graziano - Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira, HUCITEC, SP, 1980; Lopes, J.R.B. e Patarra, Neide - "Redistribuição regional e rural urbana da população brasileira" in Cadernos Cebrap nº 20, SP e "Empresas e pequenos produtores no desenvolvimento do capitalismo agrário em São Paulo", in Estudos Cebrap nº 22, Ed. Cebrap, 1977.

(20) Singer, P. - A Economia Política da Urbanização, cit.

Toda a conjuntura econômica, principalmente a partir de 1950, acentuando tendência já manifestada na década anterior, contribui para que parte considerável da população do campo se dirija para as áreas metropolitanas, principalmente São Paulo.

Este é o quadro mais geral que explica as transformações econômicas que proporcionam o crescimento populacional por imigração de São Paulo e, a partir de 1960, o intenso processo de metropolização.

A contribuição das migrações para o crescimento urbano tem diminuído relativamente de importância⁽²¹⁾. Na Grande São Paulo o componente migratório era de 78% na década de 1940, de 65% na década de 50 e de 63% na década de 60: "... ao se estabelecer um componente migratório de vulto numa metrópole, torna-se difícil, e por vezes quase impossível manter o mesmo percentual de contribuição migratória sobre o crescimento urbano total, já que, face a uma população em rápido crescimento (devido, em parte, à crescente contribuição decorrente do nascimento, nas cidades, dos filhos de migrantes), a taxa de migração para a cidade teria de crescer a ritmo bem mais rápido que a taxa da população total. Em suma, a potencialidade do reservatório de migrantes estaria se exaurindo, tornando-se incapaz de manter taxas sempre crescentes de migração para áreas metropolitanas. Isto não implica, porém, no declínio do volume absoluto da migração. Agora, o incremento natural estaria começando a assumir importância preponderante como componente do crescimento global"⁽²²⁾.

(21) Graham, D. e Holanda FQ, S.B. - op.cit., p.760.

(22) Idem, pp.760/761.

1.1. A saída do local de origem

A população que reside nas áreas estudadas representa evidentemente uma pequena parcela dos fluxos migratórios nacionais que se deslocaram para a Grande São Paulo.

A pesquisa de campo confirmou o que foi observado por Graham e Holanda para a Grande São Paulo. Os migrantes encontrados nestes bairros de Osasco começaram a sair de seu local de origem na década de 40. A maioria migrou na década de 50, o fluxo refluí na década de 60 e mais ainda na de 70 quando (até 1977) apenas 11% haviam se deslocado de seu local de origem. No período compreendido entre as décadas de 40 até meados dos anos 70, cerca de 82% dos migrantes selecionados abandonaram o seu local de origem.

A migração nordestina obedeceu também a esta tendência, porém a diminuição deste fluxo a partir da década de 60 foi menos intensa do que a de migrantes naturais do Sudeste. A migração oriunda do Nordeste passa a ser gradativamente maior que a de paulistas e mineiros, contrariando o observado na década de 40, quando é a originária dos Estados de São Paulo e de Minas Gerais (tabela 3).

Quase a metade dos migrantes selecionados não trabalhou no local de origem, principalmente por ter saído ainda em idade não produtiva economicamente. A maior parte dos que trabalhavam eram proprietários ou filhos de proprietários rurais (44%), outros exerciam trabalho urbano (19%); os demais eram trabalhadores rurais não proprietários.

A migração de proprietários rurais ou de seus filhos é mais acentuada entre 1955-1964: 40% se deslocaram nesta época.

A saída do local de origem dos trabalhadores rurais não proprietários acentua-se na década de 60, permanecendo constante até 74. Neste espaço de tempo migraram 71% dos não-proprietários (vide tab. pg.41).

Os proprietários rurais são na maioria originários do Nordeste (73%), principalmente da Bahia, que sozinha contribui com 30% da migração de proprietários rurais. A maior parte dos trabalhadores rurais não-proprietários é proveniente do Estado de São Paulo (43%), sendo que a região Sudeste contribui com 60% dos migrantes desta categoria. (vide tab. pg.42).

Procurando inserir estes dados num processo mais amplo cabe perguntar as razões dos fluxos e refluxos, e também o porquê das origens localizadas nos diferentes momentos.

A resposta só pode ser encontrada analisando as profundas transformações ocorridas na estrutura econômica do país⁽²³⁾. Foram, como já foi frisado, intensas mudanças na estrutura produtiva da agricultura, ligadas ao processo de penetração do capitalismo nesta atividade, ao lado de, ou mesmo, resultado de todo um desenvolvimento industrial que levou à expropriação do pequeno proprietário rural e à expulsão de grande parte dos trabalhadores agrícolas não-proprietários. Foram transformações profundas demais, para que uma peque-

(23) Com a expansão do capitalismo no campo brasileiro não há a proletarização imediata e necessária dos trabalhadores: uma parte dos pequenos produtores reconquistam a sua autonomia de trabalho, migrando para as áreas de expansão agrícola, outra parte, sim, vem de imediato engrossar nas cidades as fileiras do Exército Industrial de Reserva, in: Silva, Braziano - Op.cit. A esse respeito veja-se também: Lopes, J.P.B., Op.cit., e Martins, J.S., Op.cit.

SITUAÇÃO DE TRABALHO NA ORIGEM E DATA DE SAÍDA

Situação de Trabalho				
D A T A	Propriet.	Não Propriet.	Trab. Urbano	TOTAL
Até 1930	0 1 4,0	0 1 4,8	==== ====	0 2 3,5
1930 a	=====	=====	=====	=====
1934				
1935 a	0 1	=====	=====	0 1
1939	4,0			1,8
1940 a	0 1	0 2	=====	0 3
1944	4,0	9,5		5,3
1945 a	0 2	0 2	0 4	0 8
1949	8,0	9,5	36,4	14,0
1950 a	0 2	0 2	0 1	0 5
1954	8,0	9,5	9,1	8,8
1955 a	0 5	0 2	=====	0 7
1959	20,0	9,5		12,3
1960 a	0 5	0 4	0 1	1 0
1964	20,0	19,0	9,1	17,5
1965 a	0 3	0 3	0 2	0 8
1969	12,0	14,3	18,2	14,0
1970 a	0 4	0 4	0 1	0 9
1974	16,0	19,0	9,1	15,8
1975 a	0 1	0 1	0 2	0 4
1977	4,0	4,8	18,2	7,0
TOTAL	2 5 43,9	2 1 36,8	1 1 19,3	5 7 100,0
N. R.	0 1	0 2	=====	0 3

Obs.: Trabalharam na origem: 60
 Não trabalharam: 50
 Não respondeu: 01
 Total: 111

ESTADO	Situação de Trabalho			TOTAL
	Proprietária	Não Proprietária	Trabalho Urbano	
RN	***** 0 4 15,4	**** 0 2 8,7	0 1 9,1	0 1 1,7
PE	0 4 15,4	0 2 8,7	****	0 6 10,0
PI	0 3 11,5	0 1 4,3	0 1 9,1	0 5 8,3
BA	0 8 30,8	0,3 13,0	0,4 36,4	1 5 25,0
AL	0 2 7,7	0 1 4,3	****	0 3 5,0
SE	0 1 3,8	****	****	0 1 1,7
CE	0 1 3,8	0 1 4,3	****	0 2 3,3
Sub-total	1 9	0 8	0 6	3 3
NE	73,1	34,8	54,5	55,0
MG	0 2 7,7	0 4 17,4	0 2 18,2	0 8 13,3
SP	0 5 19,2	1 0 43,5	0 3 27,3	1 8 30,0
Sub-total	0 7	1 4	0 5	2 6
SE	26,9	60,9	45,5	43,3
MT	****	0 1 4,3	*****	0 1 1,7
TOTAL	2 6 43,3	2 3 38,3	1 1 18,3	6 0 100,0

N.R. 01

Trabalharam 60

Não trabalharam 50

TOTAL 111

Fonte: P.C./ 1977

na amostragem como esta pudesse dar conta, ou realçar todos os seus aspectos. Sem dúvida, porém, a análise dos resultados desta pesquisa serviu para exemplificar aspectos importantes referentes a uma determinada etapa do processo de evolução político-econômica do país, quando a redistribuição regional e rural-urbana da população respondeu às necessidades das transformações em curso.

A situação de trabalho

a) Proprietários rurais

A maioria dos migrantes era proprietária, filho ou parente de proprietários rurais (vivendo dos recursos da propriedade nestes casos). São provenientes de São Paulo, Pernambuco e Bahia principalmente e migraram a partir de 1955.

Todas as propriedades praticavam agricultura de subsistência, metade associavam-na a comercial, e 77% utilizavam somente mão-de-obra familiar. A contratação de força de trabalho externa era esporádica e, em geral, o pagamento era em dinheiro. A contratação de trabalhadores temporários dava-se tanto nas propriedades que se dedicavam apenas à agricultura de subsistência, como naquelas que associavam a culturas comerciais (tabela 4).

Em se tratando de unidades de produção familiar e de subsistência, o grau de mecanização era praticamente nulo: cerca de metade só empregava ferramentas manuais (enxadas, enxadões, pás, picaretas, foices...). Outras propriedades utilizavam tais ferramentas juntamente com máquinas movidas à tração animal (39%), eram as que praticavam agricultura de subsistência associada à comercial (tabela 5).

O nível de capitalização era muito reduzido, 50% utilizavam capitais próprios e 38% não realizavam qualquer investimento (tabela 6).

Quase todas as propriedades exerciam algum tipo de comercialização, vendendo parte da produção ou o excedente de consumo. A força de trabalho familiar não era plenamente utilizada, sendo comum o exercício de atividades agrícolas temporárias em outras atividades (tabelas 7 e 8).

Estes dados realçam o que já foi frisado anteriormente: estes proprietários rurais fazem parte da camada mais pobre dos trabalhadores do campo. Suas unidades de produção são insuficientes para garantir a subsistência da família. Quando não é possível o exercício de atividades temporárias em outros locais, têm que recorrer à emigração de alguns dos elementos da unidade familiar. Dos migrantes selecionados que possuíam propriedades rurais na origem, (64%) deixaram parentes "tocando" a produção, na maioria das vezes os próprios pais ou avós. A propriedade não conseguindo garantir a sobrevivência familiar; a alternativa, então, é vendê-la ou deixá-la com algum parente. Neste caso, dá-se a emigração de algumas pessoas da família a fim de "desafogar" a unidade de produção de seu "excedente populacional". A permanência de alguns membros da família na unidade de produção poderia ser considerada como "apego à terra", porém pode também demonstrar uma visão mais realista da situação, na tentativa de garantir condições mínimas de sobrevivência, a partir da garantia de condições mínimas para o trabalho - a terra. No caso da emigração de parte da família não dar certo, haverá sempre a possibi-

lidade de retorno com trabalho assegurado; o que realmente acontece, inúmeras vezes, como se verá mais adiante quando serão analisadas as emigrações de retorno (tabela 9).

Este processo demonstra a contradição existente na expansão do capitalismo no campo: a resistência da unidade familiar de produção frente à "expropriação" imposta pelas grandes empresas ou latifúndios e a viabilidade deste tipo de unidade de produção a partir da emigração de seu excedente populacional. Garante-se, assim, a sobrevivência dos que não migraram e a da força de trabalho reserva para o latifúndio ou empresa capitalista, contribuindo para a formação da superpopulação em sua forma latente.

b) Trabalhador rural não-proprietário

A maioria dos trabalhadores deste grupo são originários do próprio Estado de São Paulo (43%) e também de Minas Gerais e Bahia. O fluxo migratório mais forte ocorreu na década de 60(33%), e de 1970 a 1977 (24%).

Meeiros ou parceiros constituíam a maior parte (40%), seguidos dos arrendatários e empreiteiros (20% de cada um), os empregados (15%) eram temporários ou fixos. Em qualquer uma destas situações tem-se a exploração da força de trabalho familiar: 60% dos trabalhadores deste grupo trabalhavam com toda a família, os demais com parte (tabela 10).

Geralmente os contratos de trabalho eram verbais(95%). Apenas os empreiteiros e os empregados recebiam em dinheiro. Os agregados não tinham qualquer forma de recebimento. Já os arrendatários

e os parceiros ou meeiros pagavam a renda da terra (tabela 11).

Quase todos os migrantes desta categoria moravam na propriedade em que trabalhavam, a maioria dispunha de terras para cultivos de subsistência, sendo que apenas para 11% elas eram próprias (tabelas 12, 13 e 14). A maioria dispunha de parte da produção ou do excedente do consumo os quais eram freqüentemente comercializados, 47% trabalhavam em lavouras de subsistência, 39% em lavouras de subsistência associadas à comercial e 14% unicamente em cultivos comerciais (tabelas 15 e 16).

A análise destas informações permite observar que estes trabalhadores rurais também provêm das camadas mais pobres e exploradas dos trabalhadores do campo. Muitos, submetidos a relações de trabalho consideradas atrasadas ou não tipicamente capitalistas (24), eram os meeiros ou parceiros, os agregados e, os arrendatários não-capitalistas e mesmo os empreiteiros que realizavam suas tarefas através da super-exploração da força de trabalho familiar.

A migração se apresenta como uma das alternativas para escapar não só de uma extrema exploração, mas também da exploração, já que no cerne destas relações de trabalho está, não só a sujeição da força de trabalho do indivíduo, mas a submissão dele próprio como pessoa e também a de sua família. Submissão que pode se realizar de inúmeras maneiras, mas que termina sempre por prender o

(24) " ...o capitalismo na sua expansão, não só redefine antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não capitalistas igual e contraditoriamente necessárias a essa reprodução", in Martins, J.S. - O cativo da terra, cit. pp.19/20.

indivíduo e sua família à propriedade em que trabalham⁽²⁵⁾.

(25) "O resultado desse sistema de exploração da força de trabalho é invariavelmente a total falta de rentabilidade para o trabalhador. A produção auferida ' mal dá para pagar o fornecimento e a renda '. Sem contar que muitos ficam endividados e já passam a ter uma parte de sua próxima safra empenhada " (...)

"Além disso a parceria na forma de meação, que é a mais usada, permite um maior controle por parte do empresário, sobre a qualidade da produção, já que ao proprietário compete o fornecimento dos adubos, sementes e inseticidas"(...)

" ... o seu endividamento para com o patrão é uma constante e independente do sucesso ou insucesso do empreendimento"(...)

"O permanente endividamento mencionado faz com que o quesito legal que garante ao parceiro - 'o direito e oportunidades de dispor sobre a sua parte dos frutos repartidos ' - fique também lesado: O parceiro, via de regra, é obrigado a entregar a sua parte ao patrão, em pagamento de sua dívida.

Mas a característica que mais compromete a autonomia do parceiro é a obrigatoriedade de cultivar unicamente o gênero para o qual foi contratado. A razão disso é bastante óbvia : tendo o proprietário participação na produção, é de seu interesse que ela seja a maior possível". In, MELLO, M. Conceição d'Incao - O "bóia-fria": acumulação e miséria. - Edit. Vozes Ltda., 1976, Petrópolis, pp. 59, 64 e 65.

c) Trabalhadores urbanos

Apenas uma minoria dos pesquisados exercia trabalho urbano na origem (18%), 70% dos quais trabalhavam em atividades qualificadas ligadas à indústria, aos serviços e à construção e reparação, os demais dedicavam-se às atividades domésticas ou eram serventes de pedreiro. O trabalho, em geral, era assalariado (com ou sem registro). Cerca de 87% permaneceu na mesma atividade por mais de 3 anos (tabelas 17 e 18).

A migração concentrou-se na década de 40 (entre 45 e 49), quando migraram 36% dos trabalhadores urbanos e após 1960, quando migraram 44%, provenientes do próprio Estado de São Paulo (75%) e em geral numa migração direta para a Grande São Paulo (tabelas 9 e 10). É de se notar que na década de 50 não houve quase migração de origem urbana. Para explicar este hiato seria necessário, como para outras indagações que aparecem neste trabalho, um estudo no local de origem.

2 - Do local de origem à Grande São Paulo

A maioria dos proprietários rurais, ou de seus filhos, deixou a propriedade com alguns dos familiares e foi "tentar a vida" em outros locais. Para os trabalhadores rurais não-proprietários e para os que exerciam atividades urbanas os motivos alegados para a saída invariavelmente se atêm à tentativa de encontrar melhores condições de vida, relacionadas quase sempre a maiores possibilidades de obtenção de emprego.

2.1. O percurso migratório

Pouco mais da metade dos migrantes selecionados e que declararam a atividade exercida na origem, vieram diretamente para a Grande São Paulo.

Na tentativa de verificar se houve diferenças quanto à situação de trabalho, entre os que migraram sem etapas intermediárias e os que tiveram estas etapas, foram comparadas a ocupação na origem dos dois grupos. (vide tab. pg.50).

Não ocorreram diferenças fundamentais que justificassem a hipótese de que diferentes situações de trabalho mudariam o comportamento da migração; embora se manifestasse a tendência para migrar diretamente entre os que exerciam atividade produtiva na origem, principalmente as urbanas. Porém ao se levar em conta todos os migrantes, isto é, ao incluir também aqueles que não declaram a atividade exercida por eles ou suas famílias, a porcentagem dos que realizaram etapas é superior.

Se os migrantes saíram de seus locais de origem porque perderam ou principalmente porque venderam as propriedades, é provável que alguns dentre eles tentem novamente adquirir uma outra propriedade, numa outra área que considerem mais viável economicamente, na qual possam continuar a ver "os frutos de seu trabalho".

A maioria dos migrantes (46%) que fez escalas antes de chegar à Grande São Paulo era proprietária rural na origem, 15% exerciam trabalho urbano e 39% eram trabalhadores rurais não-proprietários. O processo de perda da propriedade rural foi se acentuando no decorrer das etapas. Na primeira, a proporção de proprietários rurais

CONDIÇÃO DE PROPRIEDADE - ORIGEM E PERCURSO

Condição de Propriedade	ORIGEM			PERCURSO/ NUMERO DE ETAPAS								ORIGEM
	Sem etapa	Com etapa	TOTAL	01	02	03	04	05	06	07	08	
Proprietária	1 3 52,0 (39,4)	1 2 48,0 (46,1)	2 5 100,0 (42,4)	0 8 32,0 (15,1)	0 5 20,0 (15,2)	====	0 2 8,0 (13,3)	0 1 4,0 (10,0)	0 1 4,0 (16,7)	====	====	2 5 100,0
Não proprietário	1 3 56,5 (39,4)	1 0 43,5 (38,5)	2 3 100,0 (39,0)	2 4 104,3 (45,3)	1 9 82,6 (57,6)	1 6 69,6 (69,6)	0 9 39,1 (60,0)	0 5 21,7 (50,0)	0 2 8,7 (33,3)	====	====	2 3 100,0
Trabalhador Urbano	0 7 63,6 (21,2)	0 4 36,4 (15,4)	1 1 100,0 (18,6)	2 1 190,9 (36,6)	0 9 81,8 (27,3)	0 7 63,6 (30,4)	0 4 36,3 (26,7)	0 4 36,3 (40,0)	0 3 27,3 (50,0)	0 2 18,2 (100,0)	====	1 1 100,0
Sub total	3 3 55,9 (100,0)	2 6 44,1 (100,0)	5 9 100,0 (100,0)	5 3 88,3 (100,0)	3 3 55,0 (100,0)	2 3 38,3 (100,0)	1 5 25,0 (100,0)	1 0 16,6 (100,0)	0 6 10,0 (100,0)	0 2 3,3 (100,0)	====	6 0 100,0
Não Trabalhou	1 7 33,3	3 4 66,7	5 1 100,0	0 7 14,0	0 7 14,0	0 1 2,0	0 2 4,0	0 1 2,0	0 1 2,0	====	0 2 4,0	5 0 100,0
TOTAL	5 0 45,5	6 0 54,5	11 0 100,0	6 0 54,5	4 0 36,4	2 4 21,8	1 7 15,5	1 1 10,0	0 7 6,4	0 2 1,8	0 2 1,8	11 0 100,0

N.R.: 0 1

Fonte: P.C./ 77

diminui para 15%, e os trabalhadores rurais não-proprietários passem para 45%. A porcentagem de não-proprietários aumenta sucessivamente até a terceira etapa, para depois, também declinar em favor dos trabalhadores urbanos.

A tendência geral para os migrantes que se destinaram à Grande São Paulo é a troca das atividades rurais pelas urbanas: na origem 18% apenas exerciam atividades urbanas, na 1ª etapa já eram 39%, a partir das etapas seguintes a tendência reverte, indicando que o número maior de etapas se prende à preocupação de se manter ligado à terra. Aqueles que tiveram mais etapas migratórias também passaram gradativamente para o exercício de atividades urbanas. Dentre os que tiveram a 6ª etapa, por exemplo, 50% exerciam atividades urbanas; na 7ª etapa todos tinham empregos urbanos.

A tentativa de manter a situação de proprietário re - trata a resistência do trabalhador rural contra as perdas da propriedade ou do direito de trabalhar a terra.

2.2. A etapa selecionada

A fim de fazer uma comparação mais detalhada entre o que aconteceu na origem e no percurso, escolheu-se uma das etapas migratórias para ser examinada mais profundamente - aquela em que o migrante parou mais tempo, ou por ele considerada a mais importante.

Se na origem a maioria era proprietária rural, na etapa selecionada diminuem consideravelmente (passam de 43% para 13%) em favor dos trabalhadores rurais não-proprietários e dos trabalhadores urbanos. A maioria dos que exerciam atividade produtiva na etapa se-

leccionada, principalmente como trabalhadores rurais não-proprietários, não trabalhavam na origem.

CONDIÇÃO DE PROPRIEDADE - ORIGEM E ETAPA SELECIONADA.

Etapa	Situação de Trabalho					NR
	Pro- prie- tário	Não pro- prie- tário	Traba- lho urbano	Total	Não traba- lhou	
Origem	26 43,3	23 38,3	11 18,3	60 100,0	50 100,0	01 -
Etapa sele- cionada	08 12,9	32 51,6	22 35,5	62 100,0	01 -	- -

Fonte: P.C./77.

COMPARAÇÃO COM O QUE ACONTECEU ENTRE A ORIGEM E A ETAPA SELECIONADA

Etapa selecionada	Situação na origem				
	Proprie- tário	Não-pro- prietá- rio	Traba- lho ur- bano	N.trab. N.R.	Total
Permaneceu na mesma		04 36,4	01 50,0		05 7,9
Passou para proprietário		01 9,1		07 17,9	08 12,7
Passou para não-proprietário	07 63,6		01 50,0	18 46,5	26 41,3
Passou para trabalhador urbano	04 36,4	05 45,5		09 23,1	18 28,6
Não trabalhou N.R.		01 9,1		05 12,8	06 9,5
Total	11 17,5	11 17,5	02 3,2	39 61,9	63 100,0

Fonte: P.C./77

Na etapa selecionada 46% moram no próprio Estado de São Paulo. O Paraná também se destaca como uma das etapas migratórias. Não se encontrou na origem nenhum migrante selecionado que fosse deste Estado, convém lembrar que o processo de adensamento da população do Paraná - que faz parte dos chamados estados de expansão da frente pioneira - é mais recente. É a partir da década de 50 que há um recrudescimento das migrações para o Paraná e Goiás. A partir da década de 60 há uma redução drástica do fluxo para o Paraná e altas taxas migratórias para Goiás e Mato Grosso⁽²⁶⁾.

Para uma parcela significativa dos migrantes pesquisados, o Paraná foi uma etapa migratória importante antes da atual fixação na Grande São Paulo. Os que pararam em Minas Gerais só exerceram atividades urbanas ao contrário do que ocorreu com os migrantes que tiveram etapas em outros estados. Em Minas tem-se a segunda concentração de trabalhadores urbanos migrantes, apenas superada pelo Estado de São Paulo. (vide tabela pg.54).

A maior parte dos deslocamentos na etapa analisada foi dentro do próprio estado em que estava fixado o migrante, sendo que a maioria deu-se dentro do próprio Estado de São Paulo. (vide tabela pg.55). Quando a mudança foi inter-regional predominou do Sudeste para outras regiões, neste caso a ênfase foram as migrações de São Paulo para o Paraná.

A situação de trabalho

a) Proprietários rurais

Aproximadamente 13% dos trabalhadores nesta etapa fo-

(26) Cf. Graham, P.A. e Holanda SP, S.P. - op.cit.

CONDIÇÃO DE TRABALHO NA ETAPA SELECIONADA

Local	Situação de Trabalho			
	Proprietário	Não-proprietário	Trabalho urbano	Total
SP	02 7,1 (25,0)	18 64,3 (58,1)	08 28,6 (36,4)	28 100,0 (45,9)
PR	03 27,3 (37,5)	07 63,6 (22,6)	01 9,1 (4,5)	11 100,0 (18,0)
BA	02 33,3 (25,0)	02 33,3 (6,5)	02 33,3 (9,1)	06 100,0 (9,8)
AL	01 25,0 (12,5)	02 50,0 (6,5)	01 25,0 (4,5)	04 100,0 (6,6)
PB	-	01 100,0 (3,2)	-	01 100,0 (1,6)
GO	-	01 100,0 (3,2)	-	01 100,0 (1,6)
MT	-	-	01 100,0 (4,5)	01 100,0 (1,6)
MG	-	-	04 100,0 (18,2)	04 100,0 (6,6)
PE	-	-	02 100,0 (9,1)	02 100,0 (3,3)
DF	-	-	02 100,0 (9,1)	02 100,0 (3,3)
RJ	-	-	01 100,0 (4,5)	01 100,0 (1,6)
TOTAL	08 13,1 (100,0)	31 50,8 (100,0)	22 36,1 (100,0)	61 100,0 (100,0)

Deslocamentos da etapa anterior para a etapa selecionada. (*)	N.A.	%
Deslocamentos dentro do próprio estado.	35	57,4
Deslocamentos inter-estaduais.	26	42,6
TOTAL	61	100,0
Deslocamentos dentro da mesma região.	43	70,5
Deslocamentos inter-regionais.	18	29,5
TOTAL	61	100,0
Deslocamentos do NE para o SE.	01	5,6
Do SE para o NE.	01	5,6
Do NE para outras regiões.	03	16,7
De outras regiões para o SE.	01	5,6
De outras regiões para o NE.	02	11,1
Do SE para outras regiões.	10	55,6
TOTAL	18	100,0

(*)Ver tabela 19 no anexo (integral).

ram proprietários rurais. Em geral associavam as culturas de subsistência às comerciais e quando possuíam alguma máquina era de tração animal (tabela 20). Predomina ainda o trabalho familiar. Como na origem, a unidade de produção familiar é insuficiente para a sobrevivência da família, tem-se então que recorrer a trabalhos em outros locais.

Posteriormente, 50% venderam as suas propriedades, 37% continuaram sendo "tocadas" por familiares: um dos motivos mais frequentes para a saída foi o da impossibilidade de continuar naquela situação, ou a vontade de mudar de cidade, os quais no seu subjetivismo demonstram as dificuldades para a sobrevivência. Com exceção de um único caso de falta de documentação, quando houve a perda da propriedade, os demais não conseguiram concretizar as suas motivações (tabela 21).

Não se deve esquecer que a maioria dos que tiveram etapas migratórias, deixaram as suas áreas de origem por áreas onde as oportunidades econômicas eram consideradas melhores, geralmente para áreas de expansão capitalista. Foram para o Paraná, São Paulo e Bahia. Continuaram a se deslocar principalmente a partir da década de 60, quando as transformações capitalistas na agricultura tornam-se mais intensas, acarretando mudanças nas características e nos processos de produção (tabela 22).

A resistência da pequena unidade de produção familiar à grande empresa agrícola tem como resultado a derrocada da pequena propriedade. Ela é "engolida" pela grande empresa na sua expansão ou é irremediavelmente perdida nas artimanhas do crédito rural ao pequeno produtor, que conduz ao endividamento⁽²⁷⁾.

b) Trabalhador rural não-proprietário

Entre os migrantes que tiveram etapas, 52% foram trabalhadores rurais não-proprietários na etapa selecionada. A maioria

(27) Veja-se a esse respeito: Martins, J.S. - Expropriação e violência (a questão política no campo), op.cit. e Lopes, J.P.B. - op.cit.

era parceiro/meeiro, ou empregado fixo. Encontrou-se ainda uma pequena incidência de arrendatários e empregados temporários em diversas propriedades. Na maioria dos casos ocorria a contratação do trabalho familiar e não apenas da força de trabalho de um indivíduo (tabela 23)

O recebimento era em dinheiro para os empregados fixos ou temporários e para os empreiteiros: assim, 30% dos trabalhadores rurais não-proprietários recebiam em dinheiro e 57% (meeiros e arrendatários) pagavam o uso da terra (tabela 24).

Diferentemente dos proprietários rurais (origem e percurso), e dos trabalhadores rurais não-proprietários (origem), a maioria trabalhava em lavouras comerciais (50%), apenas 10% praticava cultivo de subsistência e 33% associava o cultivo de subsistência ao comercial (tabela 25).

Em síntese, as relações de trabalho que na origem podem ser consideradas atrasadas, tenderam a evoluir durante o percurso para relações plenamente capitalistas. No caso dos migrantes estudados, foi sentida apenas a tendência na evolução dessas relações de trabalho, pois a maioria continuava ainda trabalhando como parceiro / meeiro e os contratos de trabalho (verbais na maioria) se relacionavam à exploração da força de trabalho familiar.

O migrante tende a se fixar em áreas mais dinâmicas e economicamente, geralmente em áreas de expansão das lavouras do tipo comercial cuja produtividade média mais elevada atende à crescente demanda. Nestas áreas que se especializam em determinados tipos de cultivo, voltados para o mercado externo, há inicialmente uma deman-

da maior por força de trabalho. A aplicação intensiva de capitais faz-se necessária para promover a modernização técnica. Faz parte deste processo a liberação de parte expressiva da mão-de-obra empregada. O norte do Paraná e o Estado de São Paulo são exemplos marcantes desta tendência: não é por acaso que a maioria dos trabalhadores rurais não-proprietários, deste período, se localizava no interior do Estado de São Paulo ou no Paraná.

c) O Trabalhador urbano

Cerca de 36% dos migrantes que tiveram etapas migratórias exerceram atividades urbanas na etapa selecionada. Em geral em atividades fixas (tabela 26 - no anexo). Não houve tendência marcante para qualquer atividade em especial, porém nota-se uma pequena preponderância no exercício de atividades qualificadas ligadas à indústria e atividades semi-qualificadas ligadas aos serviços e construção/reparação, como serventes de pedreiro, ajudantes em geral e domésticas. Predominava o trabalho assalariado (com ou sem registro) (tabela 27).

A maioria exerceu a atividade durante mais de um ano, sendo que a incidência de 3 a 9 anos foi marcante (tabela 28). Não houve nenhuma tendência quanto à fixação de uma determinada atividade, porém, são os assalariados com registro que tenderam a ficar mais tempo na mesma atividade (tabela 29).

São Paulo e Minas Gerais predominam como local de moradia dos trabalhadores urbanos.

É também na década de 60 que a maior parte migrou desta etapa (tabela 30), a qual é entendida como uma das escalas no per

curso para a "tão sonhada Metrópole", fazendo parte do caminho que o indivíduo precisa vencer para atingir o local de destino.

Por tudo que foi dito se conclui que não basta estudar o fen meno migratório apenas através da perspectiva do rural ao urbano, ou do local de origem ao local de residência atual. A posi o a respeito da predominância quase que absoluta da migra o rural-urbana, em países como o Brasil, deve ser melhor contextualizada. Talvez predomine mesmo este tipo de migra o, porém a migra o rural-rural também tem peso muito grande na defini o e ocupa o de novos espaços, principalmente, quando analisado todo o percurso migratório do indivíduo ou do grupo. A migra o urbana-urbana tem um papel importante no processo de aglomera o das áreas metropolitanas. O migrante que chega   Metrópole, ao realizar o seu fluxo através de sucessivas etapas, pode já não ser proveniente do meio rural.

Para chegar-se a esta compreensão   de fundamental importância a análise da última etapa migratória antes da chegada   Grande São Paulo.

2.3. A saída da etapa selecionada

A maior parte migrou desta etapa na década de 60(41%), principalmente dos Estados de São Paulo, Bahia, Paraná e Minas Gerais, vindo, em geral, para a Grande São Paulo. Entre os que já estavam no Estado de São Paulo, é a partir da década de 40 que começa a ocorrer um incremento maior nas saídas, atingindo o máximo na década de 60, se forem incluídas também as saídas dos que já estiveram na capital e retomaram o seu percurso migratório. (vide tabela pg.60).

DATA DE SAÍDA DA ETAPA SELECIONADA

ETAPA Seleção	Próxima Parada	DATA DE SAÍDA						TOTAL
		Antes de 30	31 a 40	41 a 50	51 a 60	61 a 70	71 a 77	
São Paulo	Diretamente para G.S.P.	0 1 7,7 (100,0)	0 1 7,7 (33,3)	0 2 5,4 (22,2)	---	0 5 38,8 (20,8)	0 4 0,8 (3,6)	1 3 100,0 (22,4)
	Para a Próxima Parada	---	0 1 12,5 (33,3)	0 4 30,0 (44,4)	0 2 25,0 (20,0)	0 1 12,5 (4,2)	---	0 8 (100,0) (13,8)
São Paulo Capital		---	---	---	0 3 75,0 (30,0)	0 1 25,0 (4,2)	---	0 4 100,0 (6,9)
Minas Gerais	Diretamente para G.S.P.	---	---	---	---	0 3 75,0 (12,5)	0 1 25,0 (9,1)	0 4 100,0 (6,9)
	Para a Próxima Parada	---	---	---	---	0 1 100,0 (4,2)	---	0 1 100,0 (1,7)
Rio de Janeiro	Diretamente para G.S.P.	---	---	---	---	---	---	---
	Para a Próxima Parada	---	---	---	---	0 1 100,0 (4,2)	---	0 1 100,0 (1,7)
Paraná	Diretamente para G.S.P.	---	---	---	0 3 27,3 (30,0)	0 3 27,3 (12,5)	0 5 45,5 (45,5)	1 1 100,0 (18,9)
	Para a Próxima Parada	---	---	0 1 100,0 (11,1)	---	---	---	0 1 100,0 (1,7)
Paraíba	Diretamente para G.S.P.	---	---	---	---	---	---	---
	Para a Próxima Parada	---	---	0 1 100,0 (11,1)	---	---	---	0 1 100,0 (1,7)
Pernambuco	Diretamente para G.S.P.	---	---	---	---	0 1 100,0 (4,2)	---	0 1 100,0 (1,7)
	Para a Próxima Parada	---	0 1 100,0 (33,3)	---	---	---	---	0 1 100,0 (1,7)
Alagoas	Diretamente para G.S.P.	---	---	---	---	0 1 100,0 (4,2)	---	0 1 100,0 (1,7)
	Para a Próxima Parada	---	---	0 1 100,0 (11,1)	---	---	---	0 1 100,0 (1,7)
Bahia	Diretamente para G.S.P.	---	---	---	0 1 20,0 (10,0)	0 3 60,0 (12,5)	2 0 20,0 (9,1)	0 5 100,0 (8,6)
	Para a Próxima Parada	---	---	---	---	0 1 100,0 (4,2)	---	0 1 100,0 (1,7)
Brasília (D.F.)	Diretamente para G.S.P.	---	---	---	0 1 50,0 (10,0)	0 1 50,0 (4,2)	---	0 2 100,0 (3,4)
	Para a Próxima Parada	---	---	---	---	---	---	---
Goiás	Diretamente para G.S.P.	---	---	---	---	---	---	---
	Para a Próxima Parada	---	---	---	---	0 1 100,0 (4,2)	---	0 1 100,0 (1,7)
Mato Grosso	Diretamente para G.S.P.	---	---	---	---	---	0 1 100,0 (9,1)	0 1 100,0 (1,7)
	Para a Próxima Parada	---	---	---	---	---	---	---
Sub - Total	Diretamente para G.S.P.	0 1 2,4 (100,0)	0 1 2,4 (33,3)	0 2 4,8 (22,2)	0 8 19,0 (80,0)	1 9 45,2 (79,7)	1 1 26,2 (100,0)	4 2 100,0 (72,4)
	Para a Próxima Parada	---	0 2 12,5 (66,7)	0 7 43,8 (77,6)	0 2 12,5 (20,0)	0 3 31,3 (20,8)	---	1 6 100,0 (27,6)
TOTAL		0 1 1,7 (100,0)	0 3 5,2 (100,0)	0 9 15,5 (100,0)	1 0 17,2 (100,0)	2 4 41,4 (100,0)	1 1 19,0 (100,0)	5 8 100,0 (100,0)

Levando-se em conta os movimentos globais da população, a década de 60 se caracteriza pelo arrefecimento das migrações inter-regionais. Segundo Graham e Guarque de Holanda, nos anos 60 "há uma inflexão na tendência histórica, declínio das taxas de migração no nordeste e incremento nas do leste" (28).

A população migrante, aqui estudada, realizou nesta década, principalmente movimentos inter-estaduais. Grande parte já estava instalada em São Paulo e continuou a se deslocar dentro deste estado. Ocorrem também deslocamentos em sentido inverso, isto é, da Grande São Paulo para o interior. Ela se configura como uma das etapas migratórias, antes daquela em que foram pesquisados. Outro fluxo importante é o do interior de São Paulo para o Paraná, zona de expansão da agricultura paulista, fazendo parte da então chamada "frente pioneira". O desenvolvimento econômico paranaense é eminentemente agrícola, as características de sua cafeicultura, a qualificação dos imigrantes paulistas que ali se fixaram, e, sobretudo, a natureza da política de redistribuição de terras e de colonização ali implementadas, que deram prioridade à pequena propriedade, foram fatores que mantiveram a população ligada à terra (29). Obviamente foram fatores de atração para uma população ligada ao campo, mas em processo de "expropriação" ou de expulsão.

A maior parte saiu da etapa selecionada diretamente para a Grande São Paulo, numa migração inter-estadual. Quanto aos deslocamentos inter-regionais, os principais continuaram a ser do Nordeste para São Paulo, e também, do Sul para São Paulo. Em muitos casos as migrações provenientes do Paraná têm características de "mi

(28) Graham, D. e Holanda FQ, S.9. - Op.cit.

(29) Idem, op.cit., p.751.

gração de retorno" - da etapa selecionada para o local de moradia anterior.

DA ETAPA SELECIONADA PARA A PRÓXIMA PARADA (Resumo da tabela 31 - no anexo.)

	N.A.	%
Deslocamentos dentro do mesmo estado	22	36,1
Deslocamentos para outros estados	39	63,9
Total	61	100,0
Deslocamentos dentro da mesma região	32	52,5
Deslocamentos para outras regiões	29	47,5
Total	61	100,0
Deslocamentos de outras regiões para o SE.	03	4,9
Do NE para o SE	10	16,4
Do SE para o NE	02	3,3
Do SE para o SUL	02	3,3
Para o exterior	01	1,6
Do Sul para o SE	12	19,7
Entre outras regiões	01	1,6
Total	61	100,0

Dos que migraram em etapas, 13% já estiveram anteriormente na Grande São Paulo, a maioria originária do próprio Estado, os demais ficaram se deslocando de um município paulista para outro, ou mesmo voltaram temporariamente para o seu estado de origem. (vide tabela da pg. 63).

MIGRAÇÕES TEMPORÁRIAS PARA A GRANDE SÃO PAULO

Local de residência anterior		Migração temporária para a Grande São Paulo.	Local de deslocamento posterior	
	Total			Total
São Paulo Interior	03 37,5		São Paulo Interior	05 62,5
Pernambuco	01 12,5		Pernambuco	-
Bahia	02 25,0		Bahia	-
Minas Gerais	01 12,5		Minas Gerais	-
Mato Grosso	01 12,5		Mato Grosso	01 12,5
DF	-		DF	01 12,5
Exterior	-		Exterior	01 12,5
TOTAL	08 100,0		TOTAL	08 100,0

OBS: % em relação ao total de migrantes com etapas = 13,1

Fonte: P.C./77

Não se pode dizer que se tratem no conjunto de migrações de retorno, mas este vai-e-vem revela, a par das tentativas de sobrevivência na Metrópole, as tentativas de voltar à área de origem ou a centros urbanos menores, na esperança de reencontrar as antigas formas de sobrevivência. As dificuldades encontradas na área metropolitana fazem com que o migrante idealize as condições de existência nas zonas rurais ou nos centros menores, porém a realidade encontrada - a mesma que o fez migrar anteriormente - o traz de volta à Metrópole. Ao lhes ser perguntado sobre se gostariam de voltar para

o local de origem, 33% manifestou-se favoravelmente sem conseguir definir objetivamente por quê. Nas respostas encontradas prevalece o saudosismo e a vontade de ter uma vida mais "livre", mais "sadia", sem correrias, poluição, etc. Entre os que conseguiram realizar o sonhado projeto de retorno às origens e viram frustradas as suas esperanças de uma vida melhor, o motivo geralmente alegado para a volta à Grande São Paulo é o de não se acostumar com a vida num "local pequeno".

As motivações alegadas se perdem num subjetivismo que levam à explicações psicológicas que escondem as causas estruturais que estão por detrás destas visões individuais.

2.4. A última etapa migratória

O número de proprietários rurais já era bem menor do que o dos demais trabalhadores. Alguns estavam em fase de transição entre o trabalho rural e o urbano, exercendo as duas atividades concomitantemente. Como na etapa selecionada, a maioria já se encontrava no próprio Estado de São Paulo ou no Paraná (tabela 32).

Agrupando as atividades em rurais e urbanas e também considerando apenas a última atividade antes de chegar à Grande São Paulo (juntando portanto, os que fizeram etapas intermediárias e os que vieram diretamente) chega-se a resultados que permitem uma visão mais global da inserção desta população no espaço urbano atual.

Continua predominando a migração rural-urbana, porém a participação relativa da migração urbana-urbana aumenta consideravelmente. Assim, 33% exerciam atividades urbanas no local de residência-

cia anterior à Grande São Paulo. Ao se considerar apenas as atividades exercidas no local de origem esta proporção é de apenas 19%.

Atividades exercidas antes de chegar à Grande São Paulo.

Migrante	Trabalho rural	Trabalho urbano	Trab. rural/urbana	Total	N.R. ou n.trab.	Total
Sem etapa	26 78,8 (45,6)	07 21,2 (23,3)	- - -	33 100,0 (36,3)	17 - -	50 - -
Última etapa	31 53,4 (54,4)	23 39,6 (76,7)	04 6,9 100,0	58 100,0 (63,7)	03	61
Total	57 62,6 (100,0)	30 33,0 (100,0)	04 4,4 (100,0)	91 100,0 (100,0)	20	111

Fonte: Pesquisa de Campo/1977.

É necessário levar em conta os migrantes que chegam nos grandes centros com experiências urbanas anteriores, para se aprofundar a explicação a respeito das formas de inserção do migrante no espaço urbano e do papel que desempenha no crescimento das cidades (30).

Volta-se agora, a uma das questões propostas anteriormente: Existe diferença fundamental entre o migrante que veio diretamente, daquele que fez várias etapas no seu percurso migratório?

Na verdade, as características das atividades exercidas diferem muito pouco quer na origem como na etapa selecionada.

(30) Cf. Oliveira, Orlandina e Stern, Cláudio - "Notas sobre a teoria das migrações internas: aspectos sociológicos", in Migração Interna, op.cit. p.589.

Contudo, já se manifesta a tendência entre os trabalhadores rurais não-proprietários no percurso para o exercício de atividades tipicamente capitalistas.

Os trabalhadores urbanos na origem tenderam a migrar diretamente para a Grande São Paulo, enquanto que os proprietários rurais partiram em busca de novos lugares para estabelecerem as suas propriedades.

2.5. Seletividade da migração

Para entender os fluxos migratórios em toda a sua complexidade é necessário analisar os chamados fatores de expulsão e de atração que delineiam estes movimentos. No caso de trabalhadores rurais proprietários ou filhos de proprietários, provavelmente são fatores de estagnação, aliados aos de mudança, os responsáveis pelo êxodo rural.

Provavelmente na estrutura agrária brasileira, devido às peculiaridades de seu desenvolvimento, pesem concomitantemente am bos os fatores. Ao mesmo tempo, e muitas vezes na mesma área em que se dão uma extrema concentração fundiária e maior capitalização da atividade agrícola, sobrevivem as chamadas pequenas unidades de produção que teriam a função, na expressão de Paul Singer, de "viveiros de mão-de-obra" para os latifúndios e empresas agrícolas. Esta mão-de-obra é recrutada na época de expansão dos cultivos e nas colheitas e ao mesmo tempo assegura a produção de gêneros de primeira necessidade para o abastecimento do mercado interno, para aqueles produtos nos quais a indústria capitalista não tem interesse em inves -

tir. Estas pequenas unidades de produção podem também se localizar em áreas em que ainda não foram feitas grandes inversões de capitais - "áreas reservas" - para futura expansão capitalista. Algumas delas devido às dificuldades encontradas, não conseguem produzir o suficiente para manter todo o seu contingente populacional, levando à emigração do seu "excedente"; outras, no enfrentamento com a empresa capitalista, acabam por ser englobadas, levando à emigração dos moradores que não quiseram ou não puderam permanecer como mão-de-obra da empresa agrícola.

No primeiro caso, pode-se falar de fatores de estagnação, mas não no segundo, quando sem dúvida é a modernização que leva à maior concentração fundiária, a responsável pela expulsão.

O conceito de "estagnação econômica" não reflete a complexidade da realidade agrária, no entanto, é adequado quando devidamente utilizado. Não se trata, em nenhum dos dois exemplos citados, de "estagnação econômica da atividade agrária", mas da estagnação de um determinado tipo de produção ou de estabelecimento agrícola, que - apesar de não estar em processo de extinção, tem limitadas as suas possibilidades de expansão, principalmente nas áreas de penetração mais intensiva de capitais⁽³¹⁾. As suas chances de expansão e de garantia da subsistência familiar só seria possível em termos de ampliação da área de cultivo, o que só pode ocorrer, como mostra muito bem J.S.Martins⁽³²⁾, nas áreas de frente pioneira. Nas áreas de êxodo rural, a pequena unidade de produção familiar fica como que espremida pela expansão dos latifúndios. As suas possibilidades são: a) emigração de seu "excedente populacional" a fim de dimi-

(31) V. Martins, J.S. - op.cit.; Silva, J.Graziann, op.cit.; e Brandão, J.R. - op.cit.

(32) Martins, J.S. - Op.cit.

nuir a pressão sobre a área cultivada; b) emigração de todos os seus moradores, em busca de novas áreas para estabelecimento de outra pequena propriedade familiar, ou em busca de novas oportunidades de emprego rural ou urbano; e, c) a não emigração, isto é, a permanência na área como mão-de-obra ativa ou na reserva para o latifúndio ou empresa agrícola.

Assim, "há uma certa seletividade nos fatores de expulsão, não são todos os integrantes daquele estrato que mudam, o que pode ser assimilado a uma diversidade de motivos individuais que leva alguns a migrar e a outros não". (33)

A maior parte dos migrantes de origem rural saíram entre 16 e 25 anos, isto é, quando já podiam sozinhos assumir os compromissos com a própria sobrevivência. Geralmente os filhos de proprietários, deixaram o estabelecimento aos cuidados dos pais, já que a unidade de produção se revelou insuficiente para arcar com a subsistência de toda a família.

Entre aqueles que exerciam atividades urbanas desde a origem, não houve incidência maior em qualquer faixa etária. A maioria dos que não trabalharam na origem migraram com pouca idade. As mulheres migraram com mais idade que os homens e na origem exerceram, frequentemente, atividades consideradas não-produtivas (tabela 33) (34).

(33) Deve-se fazer, no entanto, uma ressalva quanto à forma de obtenção dos dados referentes ao sexo do migrante. Na realização da pesquisa, deu-se preferência para entrevistar o migrante considerado chefe da unidade familiar e que tivesse trabalhado no local de origem. A predominância de migrantes do sexo masculino (70%) estava assegurada, portanto, pela própria forma de coleta de dados.

(34) Singer, P. - op.cit., p.237.

Em síntese, a seletividade da migração se faz sentir no sexo do migrante (predominando os de sexo feminino), na idade (predomínio dos que estão em idade economicamente produtiva) e fundamentalmente, comandando todo o processo, nas condições de existência no local de saída.

Quanto à seletividade receptora, são também os fatores econômicos que dominam na decisão do local de moradia do migrante; aliado a isso, influí as referências que possam ter no centro receptor, como por exemplo, parentes ou amigos ali instalados anteriormente.

Portanto, o processo de migração é seletivo em todas as suas etapas. A seleção exerce continuamente seus efeitos, no decorrer do processo, até chegar ao local de moradia atual, pois este migrante vai residir, via de regra, na extrema periferia urbana. No processo de seleção econômica do espaço urbano, só sobravam os menos valorizados, para os seus minguados recursos.

O processo aqui apenas delineado é examinado com muita propriedade por José de Souza Martins⁽³⁵⁾, ao analisar a luta pela manutenção do trabalho familiar no campo. Segundo dados, por ele apresentados, em 1970, mais de 70% das unidades de produção utilizavam apenas o trabalho familiar em terras de propriedade não assegurada ou em minifúndios anti-econômicos. Os pequenos arrendatários, proprie-

(35) - Martins, J.S. - Op.cit.

tários, posseiros e parceiros autônomos representam uma proporção maior que os trabalhadores assalariados, temporários e permanentes e parceiros subordinados, sendo que o rápido processo de concentração da propriedade da terra em nosso país e a subjugação direta e indireta da produção agrícola pelo capital levam à expulsão dos trabalhadores da terra ⁽³⁶⁾.

Trata-se do processo de "expropriação da terra", que é levado a efeito pelas grandes empresas capitalistas apoiadas principalmente nos incentivos fiscais. Este processo clássico assume características especiais em países como o Brasil porque "o capital se expande no campo, mas não proletariza necessariamente o trabalhador. Uma parte dos expropriados ocupam nossos territórios, reconquistam a autonomia do trabalho" ⁽³⁷⁾. "... parte deles vêm para a cidade, em grossar o Exército Industrial de Reserva, (...) entre 1958-1970, cada família trabalhadora na cidade de São Paulo, teve que lançar no mercado de trabalho mais um de seus membros a fim de manter o mesmo nível salarial de antes" ⁽³⁸⁾.

Assim se dá a resistência da pequena propriedade frente ao capital e a sua inevitável subjugação, já que uma parte dos lavradores acaba se prendendo nas malhas do capital que passa a controlar os mecanismos de financiamento e distribuição. Os outros lançam a sua força-de-trabalho no mercado urbano, submetendo-se às suas regras.

Outro aspecto desta mesma realidade é o crescimento da mão-de-obra familiar, no período compreendido entre 1940-1970, pa

(36) Martins, J.S. - op.cit., pp.11 e 16.

(37) Idem, p.17

(38) Idem, p.40.

ralelamente à maior capitalização no setor empresarial da agricultura paulista: expansão da área trabalhada e do valor de produção com uma maior participação dos meios de produção⁽³⁹⁾.

Esta contradição, porém, é apenas aparente. A tecnificação mais intensa da empresa agrícola (já na década de 50), as mudanças no tipo de cultivo (pequeno aumento nas áreas de lavouras temporárias, em relação às permanentes, crescimento da pecuária, aumento na área de pastos artificiais e matas plantadas), significam aumento dos meios de produção em relação ao trabalho direto. Ao mesmo tempo ocorre uma elevação no custo de reprodução da força de trabalho com a monetarização de seu pagamento. Tudo concorre para uma diminuição no emprego da mão-de-obra.

Nunca é demais lembrar que um dos fatores que mais concorre para que os preços dos meios de produção sejam menores que os da força de trabalho são as políticas governamentais de subsídios à agricultura que propiciam o barateamento dos meios de produção agrícolas.

Uma das conseqüências da liberação da mão-de-obra ocupada pela empresa agrícola, é o retorno de muitos para a pequena produção, o que só é possível, evidentemente, quando a propriedade familiar não foi ainda definitivamente perdida⁽⁴⁰⁾.

Nos anos 50, a tecnificação da produção também atinge a pequena produção familiar. Os poucos e eventuais empregados que ainda eram mantidos diminuem gradativamente com a modernização. Este tipo de produção, baseada no trabalho familiar não-remunerado, à medida que se tecnifica volta-se para o mercado⁽⁴¹⁾. Nos anos 60, con

(39) Lopes, J.R.B. - op.cit.

(40) Idem, pp.44 a 65.

(41) Idem, pp.68 e 75.

um ritmo mais lento de tecnificação as unidades familiares continuam expulsando mão-de-obra remunerada, nas empresas, porém, o movimento de expulsão é muito mais acentuado. (42)

Os pequenos produtores só puderam sobreviver por se dedicarem a atividades agrícolas diversas, pelas quais, o capital agrário só foi se interessar mais tarde: pequena produção animal e horti frutigranjeiras para as quais a "pequena produção familiar" pode usar as suas vantagens específicas: o sobretabalho e a compressão de seu consumo até o limite do "custo" de sua reprodução (43).

Em síntese, com a tecnificação da atividade agrícola, houve uma contração no mercado de trabalho rural. A migração rural - urbana "deu conta somente em parte da população excedente relativa, pressionando a ampliação da pequena produção familiar" (44).

Sem dúvida, a população que foi pesquisada nestes distantes bairros de Osasco é digna representante deste universo de pequenos produtores agrícolas e trabalhadores do campo em geral. Foi sumariamente ou gradativamente expulsa e "expropriada" pelo capital. Para alguns, só restou, de imediato, a alternativa de partir em busca de trabalho em centros urbanos. Outros, ainda tentaram manter a sua atividade, foi mais fácil para os que ainda possuíam alguma terra, ou possibilidade de adquirir uma, numa área de expansão agrícola. Os que nada possuíam, exceto a sua força de trabalho, foram em grande número engrossar nas cidades próximas o Exército Industrial de Reserva, representado pelos "bóias-frias" - os modernos assalariados do campo, que só têm trabalho na época do plantio ou da colheita.

(42) Lopes, J.R.B. - op.cit., p.83.

(43) Idem, p.91.

(44) Idem, p.91.

Muitos dentre eles - trabalhadores agrícolas temporários residentes em centros urbanos - acabaram, por fim, aportando na Metrópole em que depositavam tantas esperanças.

A população objeto desta pesquisa é, na sua maioria, constituída por esses deslocados do campo: pequenos produtores, proprietários ou não, alguns assalariados, parceiros, arrendatários, colonos, os quais migraram direto ou através de etapas - mas que chegaram à Metrópole em busca de maiores oportunidades de trabalho, de sonhos, de ilusões...

Como a cidade vai comportar este grande contingente populacional? Alguns autores se posicionam pela incapacidade da economia urbana em absorver a força de trabalho dos migrantes. Outros como Paul Singer⁽⁴⁵⁾ consideram que é a destinação que é dada à mais-valia, que pode ser criada com o aumento da produtividade do trabalho, que vai determinar se o processo de industrialização capitalista vai ou não dar conta deste volume de mão-de-obra disponível. Conclui que "só o desenvolvimento cria as condições que permitem uma expansão vigorosa da economia urbana da qual pode resultar a absorção produtiva, embora com retardo, da mão-de-obra trazida pela migração. A moeda fundamental deste crescimento é constituída pela expansão e aprofundamento da divisão social do trabalho dentro do país.(...) Nada (a não ser as aparências) justifica a noção de que a "marginalidade" urbana decorre principalmente do número "excessivo" de migrantes que se fixam na cidade"⁽⁴⁶⁾.

Grahan e Buarque de Holanda⁽⁴⁷⁾ também têm criticado as posições que na tentativa de explicar a "crise urbana" ou a "po-

(45) Singer, P.I. - Op.cit., p.289.

(46) Idem, pp.233/234.

(47) Grahan, D. e Holanda F.O., S.B., op.cit., p.278.

breza urbana", concluem que as migrações são as responsáveis pelos problemas de emprego que suscitam estrangulamentos estruturais sérios no crescimento econômico.

Jorge Balan também demonstra tal preocupação em seus trabalhos sobre as Migrações: "Às vezes pensa-se que os problemas de absorção de mão-de-obra, de baixa remuneração, da existência de setores marginais da economia urbana estão relacionados ao excesso de oferta de mão-de-obra não especializada, relacionada à migração rural-urbana... Se a pressão sobre o mercado de trabalho urbano for resultante de processos migratórios, diminuirá a pressão noutros centros e no campo"⁽⁴⁸⁾.

Já se sabe suficientemente que no processo de desenvolvimento capitalista sempre haverá - devido às necessidades de avanço da acumulação de capital, feito através "de uma constante mudança qualitativa de sua composição, fazendo aumentar incessantemente o capital constante às expensas do variável" - uma população sobran- te ou "excessiva" para as necessidades médias de exploração do capital⁽⁴⁹⁾.

As posições que tentam "culpar" as migrações internas pelo agravamento do desemprego urbano, por exemplo, ou pelo congestionamento urbano, pela crise da habitação, só podem ser falaciosas, já que analisam apenas a aparência do fenômeno urbano. E por serem falaciosas culminam também por apresentar propostas falsas a respeito da solução da "crise urbana", como se apenas a fixação do homem no campo, com o intuito de diminuir as migrações, fosse suficiente para solucionar os problemas enfrentados pelos moradores das cidades

(48) Balan, J. - "Urbanização, migrações internas e desenvolvimento regional", in Migrações Internas, BNB/ETENE, Fortaleza, 1970, pp.853 e 855.

(49) Marx, K. - Op.cit., pp.532 e 539.

des.

Não se pode mais colocar as migrações internas como uma das causas da extrema penúria em que vivem consideráveis parcelas da população brasileira, quer nos campos, como nas pequenas e médias cidades ou nas Metrópoles. Tanto as migrações internas, como esta situação de pobreza têm as suas explicações na forma como têm sido aplicados e re-aplicados os investimentos econômicos em nosso país, levando a uma extrema concentração da renda e da propriedade fundiária.

II - AS CONDIÇÕES DE EXISTÊNCIA NA CIDADE

Popularmente se diz que o pobre sempre encontra um jeitinho para continuar sobrevivendo - é o célebre "jeitinho brasileiro".

As formas de sobrevivência são produzidas e redefinidas pelo avanço da acumulação de capital e contribuem para a sua ampliação auxiliando na superação dos entraves conjunturais que tendem a limitá-la.

O estudo das condições de existência da população ajudam o entendimento do processo de produção e reprodução da força de trabalho, e de seu significado no processo de produção capitalista.⁽¹⁾

1. A composição familiar

1.1. A estrutura etária e o nível de escolaridade

Na faixa considerada oficialmente como não-produtiva economicamente, isto é, de 0 a 14 anos, encontra-se 35% da população pesquisada. A partir dos 10 anos de idade tendem a se engajar no mercado de trabalho, principalmente no chamado "mercado informal". Analisando a população economicamente ativa de acordo com esta consideração, a proporção dos não-ativos diminui para 25%. A entrada de crianças no mercado de trabalho alivia os encargos dos chefes de família com a sobrevivência de seus membros, por outro lado contribui para o rebaixamento salarial em virtude do aumento do exército indus

(1) As pesquisas de campo realizadas em São Miguel Paulista e em algumas favelas do município de São Paulo foram semelhantes e concommitantes a esta para Osasco. Isto permitiu - na medida das necessidades - comparar os resultados obtidos.

trial de reserva.

A proporção de velhos (mais de 60 anos) é insignifi -
cante: 2,5% da população total (tabela 34)⁽²⁾, o que retrata, sem dú -
vida, uma intensa mortalidade precoce⁽³⁾. Por outro lado, não se de -
ve esquecer que estas áreas são habitadas fundamentalmente por migran -
tes, portanto, a proporção de velhos pode estar desfigurada pela for -
te incidência de migrações em faixas etárias mais jovens.

O nível de escolaridade também deve ser entendido a
partir da evolução das necessidades de mão-de-obra pelo aparelho pro -
dutivo. Reflete as condições de vida da população: uma família super -
-explorada precisa colocar seus membros mais cedo no mercado de tra -
balho. Na medida em que o aparelho produtivo vai tendo necessidade
de alocar uma mão-de-obra melhor qualificada, serão dadas as condi -
ções para que a instrução e a qualidade do ensino estejam ao alcance
de um maior número. Se isto não ocorre é porque pode-se prescindir -
(pelo menos conjunturalmente) de força de trabalho melhor prepara -
da.

O despreparo rebaixa o nível salarial de toda a popu -
lação trabalhadora, aumentando os níveis de extração de mais-valia e
atenuando os efeitos da baixa tendencial da taxa de lucro.

É só assim que se pode entender o grau de escolarida -
de da população pesquisada. Quase 14% daqueles que têm mais de 7 a -
nos são analfabetos e apenas 30% dos que estão na faixa etária dos
15 aos 18 anos estão estudando.

(2) Todas as tabelas numeradas encontram-se no anexo.

(3) Para Francisco de Oliveira a parcela mais explorada da classe
trabalhadora morre mais cedo pelo "desgaste ou consumo de força
de trabalho". Oliveira, Francisco - A economia da dependência im
perfeita. Graal Ed., RJ, 1977, p.140.

A população acima dos 14 anos é a que tem menos possibilidades de freqüentar uma escola. A tendência é a de não completar a escolaridade, já que bastante cedo precisa se engajar no mercado de trabalho. Podem ocorrer, na verdade, duas situações: ou a escola é abandonada voluntariamente assim que o indivíduo se engaja no mercado de trabalho ou ele tenta "levar" as duas atividades concomitantemente, até que, pela dificuldade em conciliá-las, se vê forçado a sair da escola (tabelas 35 e 36).

A evasão é bem superior que a repetência. As condições de vida da maioria dos estudantes associadas às condições estruturais do ensino levam a isso. O baixo nível do ensino público contribui para que se desvalorize a escolarização. Como freqüentar uma escola, principalmente um curso noturno, para quem trabalha o dia todo significa um pesado sacrifício e como a escola cada vez mais se distancia das reais necessidades dos alunos, estes tendem a abandoná-la⁽⁴⁾.

O trabalho acaba se tornando sempre prioritário, já que significa a própria sobrevivência. Nem sempre os que pararam de estudar o fizeram por estarem trabalhando. Muitas vezes, são as precárias condições de existência que impedem a permanência no sistema escolar, mesmo que não haja um lugar garantido no mercado de trabalho.

(4) A situação do ensino público atualmente é muito grave, e este tema merece estudos específicos que aprofundem as questões aqui levantadas. Muitos trabalhos têm sido feitos por educadores analisando tal questão. Mesmo nos órgãos de imprensa tem aparecido com freqüência artigos denunciando esta situação, principalmente no que se refere à evasão escolar. Veja-se a esse respeito o jornal "A Folha de São Paulo", agosto e setembro de 1982.

1.2. Renda mensal e tamanho da família

No geral as famílias são bastante numerosas. A maior incidência foi a de unidades familiares compostas por 5 pessoas, sendo significativo o número de unidades com mais de 6. O extrato de renda predominante varia entre 3 a 5 salários mínimos, sendo que 40% das famílias possuem uma renda de até 3 salários mínimos⁽⁵⁾. As famílias com uma renda maior são, em geral, as que possuem mais membros participando do processo produtivo (tabela 37).

A renda familiar per capita para 60% das famílias varia entre 1/4 do salário mínimo a um salário mínimo (valor nominal), 93% das famílias situam-se na faixa de menos de 1 até 2 salários mínimos. Mesmo ao considerar somente a renda per capita (relacionada apenas ao número de pessoas que trabalham na família) a maioria ainda se encontra na faixa de 1 a 2 salários mínimos.

Renda Familiar Per Capita e Renda Per Capita

Salários	Renda familiar per capita		Renda per capita	
	N.A.	%	N.A.	%
- 1 salário mínimo (s.m.)	57	60,6	06	6,4
de 1 a 2 (s.m.)	31	33,0	44	46,8
+ de 2 a 3 s.m.	04	4,2	25	26,6
+ de 3 a 5 s.m.	01	1,1	15	16,0
+ de 5 a 6 s.m.	01	1,1	02	2,1
+ de 6 s.m.	-	-	02	2,1
Total	94	100,0	94	100,0
N.R. :	17		18	

Fonte: P.C./77.

(5) Valor do salário mínimo na época: R\$1.106,00 (1977). Para se ter uma verdadeira noção do que significa este salário mínimo é preciso demonstrar a depreciação do seu valor real: em dezembro de 1965 um trabalhador gastava 87 h. e 20' para a compra da ração essencial mínima (lista de provisões para a alimentação do trabalhador, expressa no decr. lei Nº 399 de 30/4/1938), correspondendo a 36% do salário mínimo, em dezembro de 1977, gastava 140 h e 56', correspondendo a 59% do salário mínimo. (Fonte: DIEESE).

A sobrevivência familiar tende a se tornar responsabilidade de vários membros da família, apenas com o salário do chefe é impossível garantir o mínimo necessário para a sobrevivência. Em apenas 30% dos casos trabalha apenas 1 pessoa da família.

Renda familiar e nº de pessoas que trabalham

Renda em salário mínimo	nº de pessoas que trabalham							Total
	1	2	3	4	5	6	Apos.	
- de 1 s.m.	-	01 33,3	01 33,3	-	-	-	01 33,3	03 2,7
de 1 a 2 s.m.	11 57,9	05 26,3	-	-	01 5,3	-	02 10,5	19 17,3
+ de 2 a 3 s.m.	11 52,4	09 42,9	01 4,8	-	-	-	-	21 19,1
+ de 3 a 5 s.m.	09 23,7	20 52,6	04 10,5	03 7,9	01 2,6	01 2,6	-	38 34,5
+ de 5 a 7 s.m.	02 14,3	04 28,6	04 28,6	03 21,4	-	01 7,1	-	14 12,7
+ de 7 a 10 s.m.	-	02 20,0	04 40,0	01 10,0	01 10,0	02 20,0	-	10 9,1
+ de 10 s.m.	01 16,6	02 33,3	02 33,3	01 16,6	-	-	-	06 5,4
Total	34 30,9	43 39,1	16 14,5	08 7,3	03 2,7	04 3,6	03 2,7	110 100,0

N.R. 01

Fonte: P.C./77

Estratos de renda mais baixos coincidem com a inserção de menos membros no mercado de trabalho. Geralmente, quando apenas o chefe exerce atividade remunerada, os filhos ainda são muito pequenos, o que freqüentemente impede a mulher de trabalhar fora. Na medida em que as crianças crescem, a tendência é da mulher sair para trabalhar, deixando os filhos menores sob o encargo de um maior e, paulatinamente, os

filhos também passam a se engajar no mercado de trabalho. Inicialmente no chamado "mercado informal", exercendo pequenos "biscates" como ajudantes, carregadores, limpadores de carro e de jardins, etc.; as meninas, em geral, se empregam como domésticas.

É o "projeto familiar de sobrevivência" que ajuda o trabalhador a suportar a super-exploração. A organização familiar depende da forma como os diferentes membros da família se engajam no processo produtivo: "A família, constituindo-se como a unidade de rendimento-consumo, canaliza para o grupo o conjunto das rendas auferidas individualmente, cujo significado se constrói em função do projeto familiar"⁽⁶⁾.

(6) Macedo, Carmem Cinira - A reprodução da desigualdade, HUCITEC, São Paulo, 1979, p.31. A autora introduz a discussão a respeito do significado do projeto familiar de sobrevivência reconhecendo que "a questão básica enfrentada pelos grupos familiares é a sobrevivência. A forma pela qual "é garantida subordina-se, obviamente, as características do modo de produção em que se acham inseridos (...)

Numa sociedade capitalista, toda aquela vasta parcela da população, despojada da propriedade dos meios de produção, deve ser capaz de "ganhar a vida" através do recurso alternativo da venda de sua força de trabalho. A inserção no mercado de trabalho, na qualidade de trabalhador dá-se individualmente. Cada trabalhador vende, em particular, sua própria força de trabalho e é esta venda que deve garantir a obtenção de recursos necessários a sua sobrevivência e de sua família"

1.3. A reprodução da força de trabalho

A força de trabalho potencial é de 61%⁽⁷⁾. Esta proporção é semelhante à encontrada em São Miguel Paulista, mas é maior que a de favelas. Cerca de 67% da força de trabalho potencial trabalha efetivamente; em relação à população total a proporção dos que trabalham é de 42%.

Força de Trabalho Potencial
Osasco, São Miguel Paulista e Favelas

Força de Trabalho	Osasco	São Miguel Paulista	Favelas
Força de trabalho potencial	61,5 (333)	56,1 (412)	49,6 (427)
Menores de 14 anos que não trabalham	35,8 (194)	41,9 (308)	49,2 (424)
Aposentados	2,6 (14)	2,0 (15)	1,2 (10)

Fonte: Pesquisa de Campo/77 e Rodrigues, A.M. e Viana, M.F.R.

O ingresso no mercado de trabalho ocorre muito cedo: 13% da população compreendida na faixa etária de 11 a 14 anos se encontra trabalhando e 70% dos que possuem entre 14 a 18 anos, trabalham ou procuram emprego. A proporção de desempregados é insignifi-

(7) Foi incluída na força de trabalho potencial o contingente populacional com idade superior a 14 anos, excluindo-se os aposentados e segurados do INAMPS e incluídos os menores de 14 anos que estavam trabalhando, conforme critério já seguido por Rodrigues, A.M. - "Processo migratório e situação de trabalho na população favelada de São Paulo" - tese de mestrado, USP, 1981 (mimeo.). Usualmente as donas de casa não são incluídas na força de trabalho, senão quando estão procurando emprego ou manifestem o desejo de fazê-lo. Dada a dificuldade de saber se a dona de casa não trabalha porque não tem condições para tal ou por falta de emprego e levando em conta que 51% das mulheres acima dos 14 anos trabalham - superior à média nacional para 1969 (33%), optou-se por incluí-las na força de trabalho. Veja-se a respeito Singer, P. - "Força de Trabalho e emprego no Brasil - 1920-1969", Caderno Cebrap 3, S.P., 1971, pp.19 a 21.

(8) Rodrigues, A.M. - op.cit., p.113.

cante (3,6%) - (tabela 38)⁽⁹⁾.

Trabalham 88% dos homens que fazem parte da força de trabalho potencial e 52% das mulheres. A porcentagem de mulheres desempregadas é superior (tabela 39).

É este o quadro geral que configura as famílias aqui pesquisadas: 4 a 6 pessoas em média, renda familiar bastante comprimida, lançamento precoce de seus membros no mercado de trabalho.

O comportamento demográfico vai sendo delineado pelas necessidades de acumulação de capital. Tendencialmente as famílias já não podem ser muito grandes. Os filhos, no meio urbano, passam a representar gastos suplementares para o tão precário orçamento familiar. Na cidade, a subsistência da família significa um maior dispêndio de dinheiro, pois a maioria dos bens de uso já não são mais produzidos domesticamente, principalmente quando a dona de casa também se engaja no mercado de trabalho.

As grandes famílias, contudo, continuam a existir, mesmo porque, entre outros fatores, muitas se constituíram no meio rural onde o comportamento demográfico do trabalhador é significativamente diferente. Além de poder sobreviver parcial ou totalmente numa economia de subsistência, participa de uma outra realidade, quanto às

(9) Considerou-se desempregada toda aquela parcela da população que assim se declarou, não exercendo nenhuma outra atividade remunerada, mesmo em tempo parcial, ou com as características de "bico", a fim de garantir a subsistência. Isto explica o baixo nível de desemprego encontrado. A inexistência do "seguro-desemprego" e da possibilidade de realizar uma poupança na época em que se encontra empregada, não permite a esta população permanecer muito tempo procurando "o melhor emprego", ela ou passa a fazer "bicos" concomitantemente a procura de um emprego fixo ou aceita o primeiro trabalho que lhe aparece.

necessidades de mão-de-obra: os filhos desde muito cedo podem participar das tarefas da lavoura. O comportamento reprodutivo das famílias é, assim, moldado a partir desta situação. Uma família grande também pode se constituir no centro urbano: diante da extrema pobreza e exploração a produção doméstica de valores de uso (por parte da mulher, em geral) passa a ser uma necessidade a fim de complementar a renda familiar, ou - o que vem a dar no mesmo - para a reprodução da força de trabalho, que se realiza a partir da combinação " venda da força de trabalho mais produção doméstica de valores de uso". O capital pode, assim, remunerar a sua força de trabalho com salários mais baixos que o verdadeiro custo de reprodução⁽¹⁰⁾. Neste quadro é perfeitamente compatível a existência de famílias numerosas, pois pode significar maior produção doméstica de valores de uso.

2 - A situação de trabalho no processo de reprodução da força de trabalho.

O desemprego aberto representa cerca de 4,0% desta força de trabalho (tabela 39). Incluindo a parcela dos que se declararam desempregados, mas exercendo alguma atividade produtiva a proporção aumenta para 5,2%, o que ainda é menor do que a faixa de desocupação para o Estado de São Paulo em 1970 (09%), como também das favelas pesquisadas (10,8%), equivalendo porém, com a de São Miguel Pau

(10) "A produção doméstica de valores de uso corresponde não só a produção na própria casa de bens de consumo para a própria família, por exemplo, a confecção e a reparação de roupas, mas a produção de valores de uso "invisíveis" - na rua - quase todos os serviços pessoais e de consumo, seja na residência de outra classe social, na forma de emprego doméstico de mulheres, reparação, confecção de roupas, de aparelho eletro-doméstico, do imóvel, etc.". Oliveira, Francisco, op.cit., p.159.

lista (5,3%)⁽¹¹⁾.

Estes dados, podem estar falseando a realidade, pois se referem à população que se declarou desempregada. É necessário levar em conta também o chamado "desemprego disfarçado", isto é, a parcela da força de trabalho que se encontra "sub-empregada" - trabalhando menos do que poderia potencialmente - e "sub-remunerada" - não recebendo o equivalente ao trabalho por ela realizado. Para se ter uma verdadeira noção do tamanho desta parcela que faz parte do exército industrial de reserva é necessário examinar os dados referentes à forma como se dá a sua incorporação no mercado de trabalho.

2.1. As atividades exercidas ⁽¹²⁾

A maior parte da força de trabalho empregada é composta por trabalhadores treinados ou especializados, isto é: tecelões, maquinistas, serralheiros, mecânicos, cozinheiros, sapateiros; trabalhadores com pequeno treinamento ou especialização: empacotadores, carteiros, manicures, inspetores de qualidade, auxiliares de escritório, vendedores e demonstradores. Os trabalhadores com um nível maior de especialização representam apenas 6,3% da força de trabalho empregada: são os chefes de seção, supervisores e encarregados em geral; os comerciantes também foram aí incluídos. Estes diferentes

(11) Rodrigues, A.M. - op.cit. pp.115/116.

(12) Para a análise destes dados foram consideradas as atividades remuneradas exercidas pela força de trabalho efetivamente ocupada. Quando do exercício de mais de uma atividade, foi considerada a principal delas, em função da quantidade de horas de trabalho semanal e do salário percebido. As atividades consideradas como "bico" foram também incluídas apenas quando se tratava da única atividade exercida. As categorias de ocupação foram agrupadas em níveis de especialização e treinamento a partir de listagem de todas as ocupações citadas e com base nos cursos de formação profissional do SENAI, SENAC e CENAFOR e entrevistas com empresas que tinham em seu quadro de pessoal as profissões encontradas na pesquisa. Este critério também foi seguido por Rodrigues, A.M., op.cit.

níveis de trabalhadores especializados representam 56% da força de trabalho empregada. Os demais não têm especialização, são ajudantes gerais, faxineiros, domésticas, serventes de pedreiro. A distribuição dos trabalhadores por níveis de especialização é semelhante em São Miguel Paulista, porém com relação às favelas o percentual de não-especializados é maior⁽¹³⁾.

Ocupação Atual

Ocupação	Freqüência	%
Ajudantes	38	16,0
Faxineiros, limpadores de jardim e similares	22	9,2
Domésticas	17	7,1
Outros trabalhos sem especialização	29	12,2
Costureiras	11	4,6
Outros trabalhos com pequeno treinamento	34	14,3
Trabalhadores treinados ou especializados	59	24,8
Trabalhadores treinados ou especializados na construção civil	12	5,0
Trabalhadores mais especializados e comerciantes	15	6,3
Total	237	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo/77.

(13) Rodrigues, A.M. - op.cit., p.118.

Estes dados contribuem, de certa forma, para desmistificar as correntes teóricas que consideram a população moradora das áreas mais periféricas e das favelas como sendo constituída fundamentalmente pelo contingente de trabalhadores despreparados.

Na seleção da força de trabalho, a idade e o sexo desempenham um papel muito importante. Os trabalhadores com menos de 14 anos, a maioria dos que possuem entre 15 e 18 anos e os com idade superior a 40 anos, principalmente aqueles com mais de 50 anos, estão empregados nas atividades não-especializadas. As atividades que exigem um nível maior de especialização são exercidas especialmente pelos chefes de família. A partir dos 40 anos estes trabalhadores tendem a ser excluídos do mercado de trabalho. A dispensa dos mais velhos, não só das atividades mais especializadas, como do próprio mercado de trabalho é uma constante (tabela 40).

Há uma relativa uniformidade na distribuição por sexo dos que estão efetivamente trabalhando, porém o contingente de força de trabalho masculina exercendo atividades especializadas é superior ao feminino (tabela 41).

Estas características manifestam as tendências de utilização da força de trabalho peculiares ao modo de produção capitalista: quando existe uma ampla oferta a seleção da mão-de-obra se faz preferencialmente entre os potencialmente mais aptos, isto é, homens dos 19 aos 40 anos, isto para aquelas atividades mais especializadas e que requerem uma maior produtividade. Os mais velhos podem ser dispensados e substituídos por uma força de trabalho ainda em formação e, por isso, com remuneração mais baixa e ao mesmo tempo com um potencial muito maior.

A renovação constante da força de trabalho ocorre devido ao seu rápido desgaste. A fim de conseguir a máxima extração da mais-valia, o capital "consome" a força de trabalho que emprega. É um consumo predatório, físico, que se reflete nos altos índices de mortalidade da classe trabalhadora.

"A reposição da força de trabalho assim depredada se dá principalmente pela invasão e conseqüente desarticulação das fronteiras do sistema, provocando o êxodo rural, antecipando a entrada precoce na força de trabalho e todas as demais práticas já conhecidas" (14).

2.2. Os ramos de atividade (15)

Os trabalhadores estão distribuídos em igual proporção entre os setores secundário e terciário, principalmente nas in-

(14) Oliveira, Francisco - op.cit., p.151.

(15) A distribuição da força de trabalho efetivamente ocupada pelos setores de atividade obedeceu aos critérios de classificação da FIESP adaptados aos resultados da pesquisa, a partir do que foram feitos os agrupamentos. Na indústria de construção e mobiliário foram considerados os trabalhadores efetivamente ocupados nas mesmas. Baseando-se em Paul Singer, em "Força de Trabalho e Emprego no Brasil - 1920-1969", op.cit., as atividades que poderiam ser consideradas tanto como de construção como de reparação de unidades habitacionais foram incluídas em Serviço de Reparação e/ou Construção como sub-setor do terciário. Tal classificação também foi seguida por Arlete Rodrigues, pois de acordo com a mesma: "A construção de habitação é um dos setores de atividade onde o trabalho é mais racionalizado, mas não ocorre uma generalizada 'industrialização' da construção. A produção de insumos é industrial mas a edificação das moradias não tem ainda uma produção totalmente padronizada. Por outro lado a habitação é um bem de consumo durável, em que é necessário e até indispensável as reformas, pinturas e outras atividades de manutenção.", op.cit. p.126.

As oficinas mecânicas, de reparação e a pequena manufatura também foram consideradas como sub-setor do terciário: "Os trabalhadores da pequena manufatura têm ainda a posse dos instrumentos de trabalho, como a máquina de costura, ou vendem o produto do trabalho como a bordadeira, a doceira. A pequena manufatura não é ainda industrial, pois o objeto é ainda produzido manualmente, artesanalmente, mas também não é uma simples prestação de serviços"., idem p.127.

dústrias mecânica e metalúrgica, química e farmacêutica, vidros e porcelana, comércio e transporte e armazenagem. A prestação de serviços domiciliares (ocupações domésticas remuneradas), em estabelecimentos fixos (hotéis, restaurantes, barbearias, institutos de beleza), em empresas de prestação de serviços (vigilância e limpeza), em serviços de construção e reparação e as pequenas manufaturas tiveram pequena incidência (tabela 42).

A maioria dos trabalhadores especializados participa das atividades industriais, os trabalhadores sem especialização concentram-se no setor terciário (comércio e transporte e armazenagem) e os trabalhadores semi-especializados e os mais especializados encontram-se equitativamente distribuídos entre os dois setores de atividade.

Entre os trabalhadores sem especialização predominam, no secundário, os carregadores e os ajudantes em geral e, no terciário, os faxineiros, limpadores de jardins e empregadas domésticas. A maioria dos semi-especializados trabalham em serviços de reparação e/ou construção ou são empacotadores, fiscais, office-boys e auxiliares de escritório. As costureiras trabalham principalmente nas indústrias de confecções, apenas 20% executam serviços no próprio domicílio, para particulares ou indústria de confecções. (vide tabela na pág. 90).

Esta predominância de trabalhadores no secundário, exercendo principalmente atividades consideradas especializadas se prende às transformações ocorridas na economia do país, principalmente no seu setor mais dinâmico, o industrial.

Ocupação Atual por Ramo de Atividade

Ocupação	Secundário	Terciário		Total
		Com. transportes e armazenagem	Serv. de reparação ou construção	
Sem especialização	38 37,3 (32,7)	64 62,7 (65,3)	- - -	102 100,0 (44,7)
Semi-especializados	16 51,6 (13,8)	14 45,2 (14,3)	01 3,2 (7,1)	31 100,0 (13,6)
Especializados	54 67,5 (46,5)	13 16,2 (13,3)	13 16,3 (92,9)	80 100,0 (35,1)
Mais especializados (en- carregados, chefes, sup.)	08 53,3 (6,9)	07 46,7 (7,1)	- - -	15 100,0 (6,6)
Total	116 50,9 (100,0)	98 43,0 (100,0)	14 6,1 (100,0)	228 100,0 (100,0)

Fonte: Pesquisa de Campo/77.

A crescente monopolização da economia, com o surgimento de um parque industrial altamente tecnificado, conduz ao aumento da produtividade do trabalho. Num primeiro momento leva ao aumento da oferta de empregos industriais, mesmo que isto pareça contraditório em se tratando de indústrias que se utilizam preferencialmente de tecnologia poupadora de mão-de-obra. Como se trata, porém, de um setor da economia em processo de expansão, aumenta o número absoluto de empregos oferecidos. Por outro lado, com o aumento da produtividade do trabalho, ocorre o barateamento relativo das mercadorias, em

relação ao capital investido. O curso de reprodução do trabalhador é redefinido: barateado em relação ao capital, mas em constante elevação em termos de suas necessidades.

A produção doméstica de valores de uso vai se tornando inviável. A tendência é para a total mercantilização do custo de reprodução da força de trabalho. Como o objetivo da produção capitalista não é produzir mercadorias e sim mais-valia, a fração da família que permanece em casa produzindo valores de uso ou mesmo valores de troca artesanalmente, arcando com uma das partes do custo de reprodução da força de trabalho, se vê compelida a participar do mercado de trabalho⁽¹⁶⁾.

Em Osasco, como em outras cidades às das áreas metropolitanas, houve grandes aplicações de capitais nas atividades industriais, principalmente a partir da década de 50. No seu parque industrial estão concentradas importantes indústrias de bens de capital (Ford, Brown Boveri, Osran, Eternit, Cobrasma, Braseixos, Cia. Brasileira de Sintéticos, R.C.A., entre outras). Uma significativa parcela da força de trabalho do município consegue aí seus empregos, embora contingentes expressivos de trabalhadores tenham seu mercado de trabalho fora do município, principalmente nos bairros industriais do Jaguaré, V. Leopoldina, Lapa, Barra Funda, servidos pela rede ferroviária, o que facilita a locomoção dos trabalhadores⁽¹⁷⁾.

(16) Oliveira, Francisco - op.cit. pp.145 e 153.

(17) Goldenstein, Léa e Rossini, Rosa Ester - "O bairro industrial do Jaguaré", in Boletim Paulista de Geografia, nº 47, A.G.B., S.P., 1972.

2.3. Níveis Salariais

A forma e o significado da inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho podem ser melhor entendidos pela análise dos seus níveis salariais.

A maioria recebe até 2 salários mínimos (61%). As empregadas domésticas recebem com freqüência salários inferiores ao mínimo exigido, o mesmo acontecendo com os faxineiros e similares, embora em menor proporção. A maioria dos ajudantes, costureiras e faxineiros recebem salários na faixa de 1 a 2 mínimos. Recebendo entre 2 a 4 mínimos estão, principalmente, os trabalhadores treinados e especializados (tabela 43).

Embora haja uma relação positiva entre níveis de especialização e salários percebidos esta não é determinante, já que é expressiva a porcentagem de trabalhadores especializados com baixa remuneração. Este fato pode surpreender aqueles que vinculam a pobreza urbana e as precárias condições de vida da população, principalmente no que se refere à habitação, ao exercício de atividades temporárias e à falta de especialização para o trabalho, justificando assim, os "problemas urbanos" pela existência de um "excedente demográfico desqualificado" na cidade, o qual deve ser contido - através de uma legislação que limite as migrações e através do planejamento familiar.

Na realidade a pobreza em que vive a maioria da população decorre da maneira pela qual se dá a acumulação de capital. Para que ela se viabilize num país em que o desenvolvimento capitalista ocorreu tardiamente⁽¹⁸⁾ e na dependência da expansão capitalista dos

(18) Mello, João Manoel Cardoso - O capitalismo tardio, Campinas, 1975, (mimeo.).

países líderes do sistema, é necessária a super-exploração da força de trabalho. A máxima extração da mais-valia (tanto absoluta como relativa), permite que as taxas de lucro atinjam os níveis requeridos pelos investidores ⁽¹⁹⁾.

A criação de um amplo exército industrial de reserva deve-se não só às altas taxas de natalidade e fluxos migratórios, mas também à própria expansão do capital. Evidentemente que, o crescimento demográfico e os fluxos migratórios contribuem para a produção da população excedente na cidade, porém são mecanismos que se subordinam à dinâmica do capital. É este que produz e reproduz o seu excedente populacional, qualquer que sejam os índices de natalidade e os fluxos migratórios!

2.4. O desemprego aberto e disfarçado

A análise dos vínculos empregatícios fornece dados que possibilitam um melhor atendimento de como ocorre a inserção desta população no mercado de trabalho.

"O denominado mercado formal de trabalho define-se com base na vinculação legal do emprego, considerando neste o trabalhador que vende a sua força de trabalho a um único empregador"⁽²⁰⁾. Os assalariados registrados foram considerados como fazendo parte do mercado formal de trabalho, os sem registro em carteira estariam no limite e os autônomos sem registro no mercado informal. É difícil estabelecer o limite deste mercado formal pela existência de firmas

(19) Cf. Singer, Paul - op.cit. pp.168/169.

(20) Rodrigues, A.M. - op.cit., p.133.

não registradas.

Em alguns casos os autônomos vendem a sua força de trabalho a vários empregadores, em outros a uma única empresa: são os autônomos da construção civil ou as costureiras de indústrias, que trabalham em casa para um único empregador⁽²¹⁾.

No conjunto, 80% dos trabalhadores assalariados vendem sua força de trabalho a um único empregador: 70% têm registro e 11% não têm. A maioria dos que trabalham como autônomos não tem registro.

Os assalariados são encontrados em todos os níveis de especialização e entre os autônomos predominam os sem especialização. Na maioria das atividades encontradas - excetuando-se as domésticas - predomina o trabalhador assalariado registrado (tabela 44)⁽²²⁾.

A predominância do trabalho regular, aparentemente surpreendente, confirma a análise de que a produção doméstica de valores-de-uso ou de valores-de-troca tende a ser inviável com o desenvolvimento das forças produtivas. A produção doméstica e o trabalho autônomo podem continuar a subsistir com o trabalho assalariado, "representando uma transição mesmo que venha a existir indefinidamente"⁽²³⁾, dada as condições peculiares de exploração da força de trabalho.

A grande maioria da população trabalhadora exerce trabalho regular, o que coincide com o fato de ser a maioria assalariada com registro, apenas 12% da população trabalhadora total e 10% dos

(21) V. a esse respeito, Rodrigues, A.M. - op.cit, pp. 133/134.

(22) Idem, p.138.

(23) Prandi, J.R. - O trabalhador por conta própria. - Ed.Símbolo, São Paulo, 1978, p.88.

migrantes pesquisados exercem trabalhos temporários⁽²⁴⁾, principalmente em atividades de faxina, limpeza de jardins e outros trabalhos não-especializados (tabela 45). Confirma-se o predomínio de atividades especializadas e semi-especializadas, no setor industrial.

Os assalariados concentram-se nas faixas etárias consideradas mais produtivas, isto é, dos 19 aos 40 anos. Os autônomos e os trabalhadores temporários constituem praticamente a totalidade da força de trabalho de 11 a 14 anos, tendo também um relativo destaque nas faixas etárias mais avançadas. Apesar disso o trabalho temporário é exercido principalmente por trabalhadores de 19 a 30 anos de idade, embora represente apenas 7,7% da força de trabalho desta faixa etária, que concentra a maioria da força de trabalho efetivamente ocupada (tabela 46).

As atividades menos produtivas e "não-formais" são reservadas para as parcelas dos trabalhadores que, ou já têm exauridas a sua força de trabalho ou são ainda muito jovens. Isto, porém não elimina a possibilidade dos demais trabalhadores exercerem atividades com tais características, dada a abundante oferta de mão-de-obra.

O trabalhador temporário representa uma das parcelas da força de trabalho "sub-empregada", nem sempre, porém, está "sub-ocupado". Pode, quando no exercício de uma atividade, trabalhar mais horas que as regulamentares, mas não deixa de fazer parte do exército industrial de reserva, pois dada a irregularidade da atividade que exerce a sua potencialidade é sub-aproveitada. Exerce uma cons -

(24) Foi considerado como trabalho fixo o exercido regularmente com plena utilização da força de trabalho e, temporário o sem regularidade ou esporádico, não havendo plena utilização da força de trabalho potencial, executado em um pequeno período de tempo, alguns dias por semana, algumas horas por dia; cf. Rodrigues, A.M., op.cit., p.145.

tante pressão sobre o mercado de trabalho e contribui para o rebaixamento salarial em geral e para a elevação do custo de reprodução da força de trabalho. Como a parcela empregada não tem condições de manter a outra fração que se encontra na reserva, esta encontra alternativas de sobrevivência nas fímbrias do mercado de trabalho⁽²⁵⁾.

Há uma relação direta entre a quantidade de horas trabalhadas e o salário recebido. Entre os que trabalham menos de 38 horas semanais, a maioria recebe menos de 1 até 2 salários mínimos. Para os que chegam a trabalhar 48 horas semanais, o salário se situa na faixa de 1 a 2 mínimos e os que trabalham de 66 a 82 horas semanais recebem na maioria de 3 a 4 salários mínimos pelas horas efetivamente trabalhadas.

Salário e horas de trabalho semanal

Salário	10 a 21h.	22 a .38 h.	48 horas	50 a 60 h.	66 a 82 h.	Varia	Total
menos de 1 sal.mínimo	04 16,0 (80,0)	01 4,0 (11,0)	09 36,0 (6,5)	04 16,0 (14,3)	01 4,0 (8,3)	06 24,0 (35,3)	25 100,0 (12,0)
1 a 2 sal. mínimos	-	03 3,0 (33,3)	79 78,2 (57,2)	14 13,9 (50,0)	02 2,0 (16,7)	03 3,0 (17,6)	101 100,0 (48,3)
2 a 3 sal. mínimos	-	02 8,3 (22,2)	17 70,8 (12,3)	01 4,2 (3,6)	02 8,3 (16,7)	02 8,3 (11,8)	24 100,0 (11,5)
3 a 4 sal. mínimos	-	01 2,3 (11,1)	28 63,6 (20,3)	08 18,1 (28,6)	05 11,4 (41,7)	02 4,5 (11,8)	44 100,0 (21,0)
+ 5 sal. mínimos	01 6,7 (20,0)	02 13,3 (22,2)	05 33,3 (3,6)	01 6,7 (3,6)	02 13,3 (16,7)	04 26,7 (23,5)	15 100,0 (7,2)
Total	05 2,4 (100,0)	09 4,3 (100,0)	138 66,0 (100,0)	28 13,4 (100,0)	12 5,7 (100,0)	17 8,1 (100,0)	209 100,0 (100,0)

Fonte: P.C./77.

(25) Oliveira, Francisco - op.cit., pp.153 e 155.

Estes últimos correspondem em geral aos trabalhadores mais especializados, exercem atividades mais dinâmicas, nas quais são mais frequentes melhores salários relativos desde que o trabalhador se submeta a trabalhar mais horas. A extração da mais-valia, tanto absoluta como relativa, são maiores nestes casos, dada a maior produtividade e as horas extraordinárias de trabalho, contribuindo para aumentar ainda mais o exército industrial de reserva (tabela 47).

O tempo de permanência no emprego indica o grau de rotatividade de mão-de-obra. Na medida em que existe um amplo exército industrial de reserva pressionando o mercado de trabalho, a tendência, para cada trabalhador individual, é permanecer menos tempo num mesmo emprego. A rotatividade de mão-de-obra é um dos expedientes utilizados para baratear o custo da força de trabalho, aumentando as taxas de extração de mais-valia.

Tentou-se verificar, para o migrante pesquisado, o tempo de permanência em cada um dos empregos na Grande São Paulo, porém as informações obtidas foram contraditórias. Raramente o entrevistado conseguiu se recordar do tempo em que permaneceu em cada emprego e mesmo do número de empregos que já teve, o que por si só, já é um indicador do elevado grau de rotatividade da mão-de-obra.

O desemprego aberto representa 4,1% da força de trabalho potencial. Acrescentando os desempregados com atividade, a proporção de desempregados é de 5,2%.

A maioria declarou-se desempregada há mais de 2 meses, sendo expressiva a porcentagem dos que assim estão há mais de 5 meses a até mais de 2 anos. Estes podem ser considerados cronicamente desempregados, e até definitivamente excluídos do mercado formal de trabalho (tabela 48).

Os motivos mais apontados para o desemprego são: dispensa do serviço, doença, pedido de demissão (mais freqüente entre as mulheres, para poderem cuidar da casa ou dos filhos) e alistamento militar (tabela 49).

Alguns dos desempregados recorrem aos "bicos", principalmente os que estão nesta situação há mais tempo.

Os desempregados representam a parcela flutuante do exército industrial de reserva; estão em fluxo entre empregos, compondo o chamado "desemprego aberto". Existem formas mais sutis de desemprego, teoricamente definido como "desemprego disfarçado" e que contribui para o aumento do excedente de mão-de-obra.

Fazem parte também do exército industrial de reserva o trabalhador autônomo sem registro, o trabalhador temporário, o trabalhador sub-ocupado. Pressionam, com a sua simples existência o mercado de trabalho, porque, mesmo não oferecendo a sua força de trabalho, podem, a qualquer momento preencher uma vaga ou substituir um trabalhador que se encontra formalmente empregado. Correspondem, no caso dos trabalhadores autônomos sem registro e também das empregadas domésticas, à parcela intermitente do exército industrial de reserva. Os demais trabalhadores temporários e sub-ocupados podem fazer parte da parcela intermitente do exército de reserva, como também as donas de casa e os demais membros da família em idade potencialmente ativa e que não trabalham⁽²⁶⁾.

(26) Cf. Marx, Karl - El Capital - Crítica de la Economía Política, tomo I, Fondo de Cultura Económica, Mexico, 1973, pp.544/545.

A maneira de calcular a dimensão do exército industrial de reserva pode variar em função do que se considera como força de trabalho.

Pode-se, de acordo com Singer, definir a força de trabalho como sendo constituída por aquela parte da população que tem condições de participar para o produto social. A dona de casa realizando atividades no âmbito doméstico não faz parte da força de trabalho, não é em si força de trabalho, mas faz parte da produção da força de trabalho. Pode fazer parte da força de trabalho desde que exerça ou esteja em condições de exercer outras atividades⁽²⁷⁾.

Esta parcela da população ativa, faz parte, de qualquer forma, do processo de produção da força de trabalho. Ainda, segundo Singer, este processo assume numerosas formas, sendo uma delas, a "transformação de atividades para auto-consumo em produção mercantil, que no limite se torna capitalista. (...) donas de casa são levadas a trabalhar por salário, acumulando, em geral, esta atividade com as tarefas habituais do serviço doméstico: serviços que antes eram normalmente prestados por membros da família passam a ser realizados por empresas capitalistas, como p.ex., o cuidado de doentes, de crianças e de pessoas idosas"⁽²⁸⁾.

Fica extremamente difícil, de acordo com estas colocações, chegar ao tamanho do exército industrial de reserva, pois não há como saber qual "dona-de-casa" está apta, ou disponível para o mercado de trabalho. Mesmo assim, permanece a questão: se todas as

(27) Singer, Paul - "Força de trabalho e emprego no Brasil", op. cit., p.19.

(28) Singer, P. - A economia política do trabalho. HUCITEC, SP, 1977, pp. 109/110.

donas-de-casa representam um potencial de mão-de-obra disponível para o capital, elas não fariam parte de uma "reserva potencial constante"? Não representariam aquilo que Marx chamou de "pessoas capacitadas para o trabalho", mas que não o realizam e não ser em épocas de grande atividade, quando são rapidamente incluídas no exército de trabalhadores na ativa? Neste caso seriam, "os últimos despojos da superpopulação relativa", constituindo "o peso morto do exército industrial de reserva"⁽²⁹⁾.

O efetivo do exército industrial de reserva pode, assim, variar conforme os critérios utilizados no seu cálculo. Como esta é uma questão ainda em aberto e a esclarecer, acredita-se que a melhor maneira de contribuir para a discussão é apresentar, a partir de casos concretos, as diferentes possibilidades de calcular este tamanho.

Na primeira forma, a dona de casa, os outros membros da família maiores de 14 anos que nunca trabalharam e aqueles que já trabalharam, mas que declararam não pretender trabalhar mais, não são incluídos na força de trabalho. Neste caso o exército industrial de reserva ficaria assim constituído:

Desempregados.....	18 (7,2)
Autônomos s/r.	37 (14,8)
Sub-ocupados não autônomos.....	12 (4,8)
Trabalhadores temporários não autônomos e não-sub-ocupados s/r.	01 (0,4)

(29) Marx, K. - op.cit.

Ajuda aos pais em atividade produtiva sem remuneração.....	01 (0,4)
Empregada doméstica não temporária...	15 (6,0)
Total do exército industrial de reserva.....	84 (33,6)
Força de trabalho.....	250 (100,0)

Na segunda possibilidade, a dona de casa e os demais membros da família em idade ativa e que não trabalhem mais ou nunca trabalharam passam a fazer parte da força de trabalho e portanto do exército de reserva:

Desempregados.....	18 (5,3)
Autônomo s/r.	37 (11,0)
Sub-ocupados não autônomos.....	12 (3,6)
Trabalhadores temporários não-autônomos e não sub-ocupados.....	01 (0,3)
Ajuda aos pais em atividade produtiva sem remuneração.....	01 (0,3)
Empregada doméstica não temporária...	15 (4,5)
Prendas domésticas.....	64 (19,0)
Nunca trabalharam maior de 14 anos...	23 (6,8)
Total do exército industrial de reserva.....	171 (50,7)
Total da força de trabalho.....	337 (100,0)

Os desempregados corresponderiam à parte flutuante do exército industrial de reserva, os autônomos sem registro, os sub-ocupados não-autônomos, os trabalhadores temporários, os que ajudam os pais, as empregadas domésticas pertenceriam à parte intermitente,

já as donas-de-casa e os que nunca trabalharam maiores de 14 anos poderiam ter a mesma função que a parte latente do exército industrial de reserva tem no meio rural.

De acordo com qualquer uma destas possibilidades a reserva de trabalhadores é bastante ampla.

O conhecimento da realidade, possível através da pesquisa de campo, permitiu que se optasse pela segunda hipótese. Chegou-se à compreensão - não através de dados quantificáveis, mas através dos contactos com os entrevistados - de que as donas-de-casa em geral estão disponíveis para o mercado de trabalho, mesmo que isto não tivesse sido formalmente formulado. Não se pode esquecer que a maioria já exerceu anteriormente atividade produtiva remunerada. Representam uma potencialidade para o mercado de trabalho, já que, a qualquer momento, dependendo das necessidades deste mercado e das necessidades familiares, podem ser engajadas no processo produtivo.

3 - As condições de vida na reprodução da força de trabalho

Na análise das condições de existência deu-se preferência às condições de moradia, pois estas têm a seguinte particularidade: contribuem para o entendimento do processo de apropriação diferenciada do espaço urbano. Este processo é fundamental na definição de modos de existência específicos. O espaço é dialeticamente produzido, de acordo com a evolução das relações sociais, isto é, vai adquirindo uma determinada forma, de acordo com a apropriação e usos específicos definidos pela estratificação social. As relações espaciais são, assim, um dos aspectos das relações sociais.

As condições de existência são, de um lado, geradas pelas características da inserção no mercado de trabalho, principalmente pelo nível de exploração e, por outro lado - numa simbiose dialética - reforçam estas características. Ao encontrar alternativas de sobrevivência, a partir de seus minguados recursos, as famílias trabalhadoras "permitem" que, estruturalmente, se defina uma política salarial onde o custo de reprodução da força de trabalho, cada vez mais, deixe de ser ônus para o capital e se transforme num encargo para a própria família. Em suma, o preço da força de trabalho pode ser rebaixado, já que foi rebaixado o seu custo de reprodução.

Na questão habitacional a auto-construção é uma das alternativas para a sobrevivência. Diminuindo os custos com a edificação, contribui para aumentar a exploração da força de trabalho, pela utilização de trabalho não-pago ou super-trabalho⁽³⁰⁾. Isto se coaduna perfeitamente com as formas de expansão do capitalismo no Brasil, pós-anos 30, com a introdução "de relações novas nas arcaicas e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução de relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial urbana e em que a reprodução de relações arcaicas no novo preserva o potencial de acumulação liberado exclusivamente para os fins de expansão do próprio novo"⁽³¹⁾.

(30) Oliveira, Francisco - "A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista". Estudos Cebrap nº 2, Ed. Cebrap, SP, 1972.

(31) idem, p.32.

Esta expansão decorrente das crescentes inversões de capital estrangeiro no país possibilita a incorporação de uma tecnologia avançada e de elevada produtividade. Como o mercado de trabalho já se caracteriza pelo baixo custo da força de trabalho, este tende a permanecer, pois com a tecnologia poupadora de mão-de-obra o exército industrial de reserva se torna maior. A consequência deste processo é que a concentração de renda se acelera ainda mais.

As diferentes formas de apropriação do espaço urbano, respondendo aos interesses imediatos de sobrevivência daqueles que se apossam deste espaço, são na perspectiva do capital, respostas às necessidades de reprodução da força de trabalho.

Quando se fala das possibilidades de acesso à habitação para o morador da periferia, faz-se uma generalidade. Quem é este morador? A qual classe social pertence?

Já ficou evidenciado que correspondem, em geral, a trabalhadores assalariados, exercendo na sua maioria atividades que exigem pouca ou nenhuma especialização, embora seja expressivo o contingente principalmente de chefes de família, que exercem atividades especializadas ou semi-especializadas. Contudo, os níveis salariais predominantes são os mais baixos e em processo de constante deterioração, tornando esta população cada vez mais empobrecida.

O processo de "perda salarial" já se faz sentir durante a década de 50, acentuando-se pós-1964. Mesmo nos anos do chamado "milagre econômico" isto ocorreu, pois a política concentracionista posta em execução era a de "deixar primeiro crescer o bolo, para depois repartir a renda".

Esta parcela da classe trabalhadora, mesmo vendendo a sua força de trabalho, não consegue receber remuneração suficiente para a sua manutenção.

Francisco de Oliveira coloca oportunamente que "a repressão salarial é um fato (...) o superexcedente resultado da elevação do nível de mais valia absoluta e relativa, desempenhará no sistema a função de sustentar uma superacumulação, necessária esta última para que a acumulação real possa realizar-se"⁽³²⁾. Objetiva-se financiar internamente as inversões. Trata-se de um requisito estrutural para, aumentando a taxa de lucro, promover a expansão.

Com o aumento da taxa de exploração da força de trabalho, a família trabalhadora é obrigada a recorrer a expedientes para garantir a sua sobrevivência, como já foi visto anteriormente: novos membros são incorporados ainda precocemente no mercado de trabalho, aumenta-se a quantidade de horas trabalhadas, recorre-se a práticas "primitivas de consumo". Todos estes métodos contribuem ainda mais para aumentar a taxa de exploração. E esta exploração é tanto maior, quanto mais o capital incorpora esses "descontos" obtidos com a sobrevivência da população trabalhadora.

Por isso Engels, na "Questão da Habitação", com relação a uma hipotética região industrial em que o trabalhador possui a sua casa, coloca que "a classe operária desta região está alojada gratuitamente, as despesas com habitação já não entram no valor da força de trabalho deles"⁽³³⁾.

(32) Oliveira, Francisco - op.cit., p.65.

(33) Engels, F. - A Questão da Habitação. - Coleção Fundamentos, Aldeia Global Ed., 1979, p.29.

Mesmo possuindo a "casa própria", o trabalhador na realidade paga o aluguel de sua moradia, não por meio de dinheiro, mas sob a forma de trabalho não pago, que acaba se transformando em capital, pois leva ao aumento das taxas de acumulação.

As habitações acessíveis para a população mais pauperizada localizam-se, em geral, nas áreas mais periféricas, no sentido locacional, ou nas mais deterioradas, onde o índice de concentração populacional e do casario, em geral, é muito elevado. É uma das maneiras de ter a disposição mão-de-obra abundante a fim de suprir as necessidades do mercado de trabalho.

Uma das características da paisagem (destas áreas periféricas) é exatamente a alta densidade das habitações num espaço bastante exíguo, um amontoado de casinhas, "grudadas umas às outras". Não se trata, ainda, de favelas, mas se aproximam qualitativamente delas, tanto com relação ao nível de precariedade, como também pela marcante presença de favelas propriamente ditas nos arredores. Em todas as áreas, contíguas aos quarteirões pesquisados, aparecem as favelas. A diferença fundamental não está na aparência das habitações. Muitas das residências assemelham-se em tudo com os barracos de favela : casas de madeira, tamanho exíguo, sem esgoto ou água canalizada, muitos "barracos" no mesmo lote, uso coletivo do banheiro. A diferença fundamental se refere à posse dos lotes. Os moradores destas "casas" não estão contestando, a partir da moradia, a propriedade privada do solo, como os favelados. Ainda conseguem pagar pelo terreno onde habitam. Imóvel próprio ou alugado, de qualquer forma a renda do solo está sendo retirada. O que não ocorre com a favela, que ocupa uma área de propriedade pública ou privada. O aluguel mui-

tas vezes pago por um barraco de favela equivale apenas ao pagamento do investimento feito com a sua construção. (34).

3.1. Características da habitação

Esta parcela da classe trabalhadora para resolver o seu problema de moradia, é obrigada a adquirir ou alugar uma habitação cada vez mais empobrecida, o que como já foi dito contribui indiretamente para rebaixar os níveis salariais e acelerar o processo de concentração econômica.

As características da casa anterior denunciam este processo de empobrecimento: 13,8% das famílias pesquisadas moravam anteriormente em casa de madeira, por ocasião da pesquisa esta porcentagem aumentou para 20% (tabela 50).

A maioria das casas (52%) é própria. A principal motivação para morar nestas áreas é a possibilidade de adquirir ou construir a casa própria (40%). Entre os não-proprietários os motivos relatados foram muito difusos e subjetivos, o que demonstra a dificuldade de se formular concretamente os verdadeiros motores do processo de ocupação do espaço urbano (tabela 51).

De modo geral (casas próprias ou alugadas) dominam as de alvenaria. Os cortiços (num mesmo lote são construídas várias habitações) são muito frequentes, suas casas em geral são de madeira, e os banheiros de uso coletivo (tabelas 52 e 53).

(34) Cf. Rodrigues, A.M. - op.cit.

Material de construção e condição de propriedade

Material	Condição de propriedade				
	Própria	Alugada	Cedida	Pp. em ter. ced.	Total
Alvenaria	50 57,5 (87,7)	31 35,6 (75,6)	05 5,7 (71,4)	01 1,1 (25,0)	87 100,0 (79,8)
Madeira	06 28,6 (10,5)	10 47,6 (24,4)	02 9,5 (28,6)	03 14,3 (75,0)	21 100,0 (19,3)
Alvenaria e madeira	01 100,0 (1,8)	- - -	- - -	- - -	01 100,0 (0,9)
Total	57 52,3 (100,0)	41 37,6 (100,0)	07 6,4 (100,0)	04 3,7 (100,0)	109 100,0 (100,0)

Fonte: P.C./77 (s/informações: 02).

A construção de várias casas num mesmo terreno representa uma das alternativas de sobrevivência para os proprietários (tabela 54).

A necessidade de fugir ao pagamento do aluguel é uma das principais motivações que levam à compra de um imóvel: os preços elevados dos aluguéis residenciais acabam forçando, mesmo aqueles que possuem rendimentos muito baixos a adquirir a propriedade de um imóvel. Para isso, essa população é capaz dos maiores sacrifícios ; economizar na alimentação, no vestuário, no lazer, no transporte. Assim que aparece uma oportunidade compra-se um terreno e constrói-se aos poucos uma casinha, ou compra-se uma, semi ou totalmente construída.

Muitos dos proprietários entrevistados assim se referiram a respeito da validade do sacrifício realizado: "quando eu terminar de pagar as prestações estarei morando no que é meu. Pagando aluguel, no final do contrato, só fica um amontoado de papéis". Além disso, existe sempre a possibilidade, como já foi visto, de se construir outras casas no mesmo lote e alugá-las (35).

O pagamento de aluguel pela moradia representa um pesado encargo para as famílias pesquisadas, já que 40% têm rendimentos mensais equivalentes a até 3 salários mínimos.

<u>Preço do aluguel</u>		<u>% das famílias</u>
1/4 a 1/2 s.m.	de R\$ 280,00 a R\$ 500,00	55,5%
1/2 a 3/4 s.m.	de R\$ 580,00 a R\$ 700,00	13,3%
3/4 a 1 s.m.	de R\$ 700,00 a R\$ 1.000,00	11,0%
mais de 1 s.m.	mais de R\$1.000,00	15,8%

Os aluguéis são, em geral, mais altos que a prestação de uma casa em condições semelhantes. A compra de um imóvel passa a ser o sonho alentado pela maioria dos que "moram de aluguel". "Morar no que é seu", mesmo que no início represente uma dívida maior que o pagamento do aluguel é a ideologia corrente.

A poupança forçada representada pela compra da casa própria, com o uso de parte substancial dos salários, beneficia duplamente a acumulação de capital. De um lado, pelo maior dinamismo

(35) Ver a esse respeito: Bonduki, N. e Rolnik, R. - Periferias - Ocupação do espaço e reprodução da força de trabalho, Cadernos de Estudo e Pesquisa, FAU-USP, 1979. Pesquisa realizada em alguns bairros de Osasco, onde também se discute essa problemática.

conferido ao capital imobiliário e de outro, pelo incremento da superexploração, através da persistência do trabalho não pago, representado pela auto-construção e pelo barateamento do custo de reprodução da força de trabalho.

Entre os proprietários de imóveis, 69% compraram terreno. Predomina a "auto-construção": 22% através do chamado "mutirão-familiar" ou "de amigos", 26% construíram sozinhos e 18% contrataram pedreiro ou empreiteiro (tabela 55). Evidentemente que "o fazer sozinho" é relativo, sempre se conta com eventuais ajudas: assim, metade das habitações foram ou estão sendo feitas através do processo de "auto-construção". Para evidenciar tal fato, basta examinar os dados referentes ao acabamento das casas: apenas a metade se encontra totalmente construída (tabela 56). O processo de construção, principalmente o de "auto-construção" pode ser infundável, pois nele são utilizados os dias de "folga" do proprietário. Além disso, é-se obrigado a interromper inúmeras vezes a "obra" a fim de juntar mais um pouco de dinheiro para a compra de material ou para o eventual pagamento de um servente. Costuma-se para isso esperar o 13º salário, ou forçar a demissão do emprego para utilizar o FGTS.

No Jardim Turíbio e em Novo Osasco foram encontrados os maiores percentuais de auto-construção: 62% e 65%, respectivamente. No Jardim D'Ávila, 52% das construções utilizaram-se deste processo e no Jardim Helena Maria 50%, o que não é uma exclusividade das áreas pesquisadas.

Bonduki e Rolnik ⁽³⁶⁾ encontraram índices aproximados

(36) Bonduki, N. e Rolnik, R. - op.cit., p.55.

nos bairros por eles pesquisados: Jardim Flor da Primavera 71,4%, Jardim Cirino 58,8%, Jardim das Bandeiras 74,6 e Jardim São Pedro 64,9%.

A habitação possui para a família valor de uso, já que é utilizada pelos moradores para resolver o seu problema de alojamento, mas é potencialmente uma mercadoria, possuindo também valor de troca⁽³⁷⁾.

A autoconstrução intensifica o desgaste do trabalhador, suas energias são consumidas predatoriamente, o que leva a um aumento nas taxas de mortalidade⁽³⁸⁾.

A precariedade é um atributo comum à maioria das habitações encontradas: proprietários ou inquilinos, casas de alvenaria ou de madeira. Eis alguns dados a respeito: 20% das casas pesquisadas são de madeira, 43% inacabadas, predominam as residências tipo "quarto e cozinha" (43%), algumas possuem apenas um único cômodo (11%), 32% têm até 30 m², 68% até 40 m². A média por unidade é de 4,8 pessoas, isto dá uma idéia mais real do tamanho destas casas. Não se deve esquecer, no entanto, que estes dados se referem a médias e estas têm o atributo de mascarar ou de amenizar a realidade: encontrou-se residências habitadas por uma única pessoa e outras que abrigavam até 18 (tabelas 57 e 58).

(37) "O resultado final deste processo não é apenas a possibilidade de manutenção da alta taxa de exploração da Força de Trabalho no processo produtivo, mas também a produção da casa própria-mercadoria, única instância onde há uma apropriação do produto do trabalho por parte do trabalhador - situação ambígua onde há, ao mesmo tempo, uma não alienação e uma inserção do trabalhador no estrato dos proprietários urbanos, que não deixa de ter implicações de natureza político-ideológica". Bunduki e Rolnik, op.cit., p.58.

(38) Cf. Oliveira, Francisco - A Economia da Dependência Imperfeita, cit., p. 140.

Além destes, outros dados coletados evidenciam até a exaustão o quanto são precárias a maioria destas casas. A localização do banheiro é um deles: em quase a metade das residências de alvenaria e em todas as de madeira o banheiro é construído na parte externa (tabela 59).

A rede de água atinge a todos os loteamentos pesquisados, porém 30% das casas não fizeram ainda a sua ligação; já a eletricidade é usufruída por quase todos. São poucos os loteamentos no município servidos pela rede de esgotos. Apenas 16% das casas pesquisadas tinham se ligado à rede (tabelas 60, 61 e 62).

O processo de abertura de loteamentos na periferia dos grandes centros urbanos já é sobejamente conhecido. Existe toda uma "técnica", cuja manipulação leva à valorização dos lotes sem que haja necessidade de grandes investimentos por parte dos empreendedores iniciais. Os primeiros terrenos são vendidos por um preço relativamente baixo, antes da chegada das obras de infraestrutura. Os demais são colocados no mercado imobiliário posteriormente. Neste processo a valorização dos lotes é realizada às custas dos próprios moradores, que geralmente se reúnem para pleitear as obras de infraestrutura de que necessitam: calçamento, linhas de ônibus, água, luz, escolas, postos de saúde, etc. Paralelamente ao adensamento populacional do novo bairro surgirão botecos, empórios, padarias, farmácias, enfim, um modesto comércio local para o atendimento das necessidades mais imediatas. Os preços dos lotes são constantemente reajustados de acordo com os investimentos realizados.

O mercado imobiliário se configura como um negócio altamente rentável, dificilmente se perde o investimento. A constan-

te e crescente valorização dos terrenos praticamente expulsa a primeira população do loteamento. Geralmente são os mais empobrecidos, aqueles que puderam comprar os lotes mais baratos. A abertura de novos loteamentos, mais distantes ainda, é para eles uma oportunidade de auferir uma renda extraordinária, com a venda de seu imóvel mais valorizado e a compra de um terreno em piores condições de localização. A obtenção desta renda pode permitir fazer frente às dificuldades econômicas oriundas da depreciação salarial e também pode representar a oportunidade de construir uma moradia com melhores condições de habitabilidade, embora num bairro pior localizado.

O processo de expulsão também é sentido, e de uma maneira muito mais brutal, pela população não proprietária. Os que pagam aluguel "sofrem" a valorização do solo urbano muito mais rapidamente que os proprietários. A renda diferencial obtida com as vantagens locacionais introduzidas na área é imediatamente incorporada ao preço do aluguel. Impossibilitados de pagar um aluguel cujo valor cresce desproporcionalmente em relação aos aumentos salariais, os inquilinos se vêem obrigados a procurar casas para alugar em áreas menos valorizadas.

Por pior que seja a área, o seu preço também será sempre atualizado. Independentemente do local onde se vai morar, existe o descompasso entre a valorização da terra e os reajustes salariais. Por outro lado, morar em bairros mais distantes significa levar mais tempo nos deslocamentos para o emprego, o que também significa um desgaste suplementar de energia.

A maior parte das construções foram feitas entre 1966-1970 (tabela 63), ainda assim é significativa a proporção dos que com

praram a casa já construída (34%) (tabela 64). Dentre estes, a maioria comprou a casa do antigo morador, o que confirma a possibilidade de obtenção de um rendimento suplementar com a venda do imóvel já valorizado. Os dados coletados a respeito do local de moradia anterior demonstram a tendência para habitar áreas cada vez mais longínquas em relação ao mercado de trabalho e aos centros abastecedores. Há outras características não quantificáveis que também realçam a precariedade dos imóveis, como a acentuada declividade da maior parte dos lotes, dificultando as construções e influenciando decisivamente nas suas condições de habitabilidade. Para edificar com segurança nestes terrenos seriam necessários grandes investimentos inacessíveis para esta população. As condições de moradia foram ilustradas com o caso de uma "velhinha", mãe de um dos entrevistados que jamais poderá sair de sua casa - um único cômodo de madeira - pois não tem condições de saúde para descer os quase 50 degraus escavados no morro para chegar à rua.

Numa sociedade de classes, o acesso a qualquer bem só pode ser diferenciado, de acordo com a renda de cada um, que é definida conforme a participação no processo produtivo. Contudo, existem diferenças acentuadas baseadas na evolução de cada formação social concreta. Nos países capitalistas avançados - e mesmo para cada um deles há grandes diferenciações - o padrão de vida da classe trabalhadora é reconhecidamente superior. Quando obstáculos estruturais dificultam a manutenção ou a elevação dos níveis de acumulação, é através da superexploração da força de trabalho que se viabilizará o aumento das taxas de lucro.

Este é um dos aspectos da questão, bastante relevante, mas não o único.

A estratificação social e o nível de renda contribuem para definir a qualidade do consumo efetuado, porém os bens ofertados no mercado têm um preço e é este que definirá qual o consumidor que terá acesso a eles.

Com relação a isso, a habitação e o terreno em que ela se assenta são bens "sui-generis".

É flagrante que existe uma crise da habitação, que se relaciona com a evolução da economia. No mercado imobiliário parece que a demanda é sempre maior que a oferta. Seria isso que elevaria os preços dos imóveis a níveis astronômicos?

Uma ponderável parcela da população sequer chega a participar do aqui chamado "mercado imobiliário formal". Porém sempre se precisa "morar". Mora-se debaixo de pontes, de viadutos, em albergues. Esta é uma alternativa para a parcela da população que deixou de participar - temporária ou definitivamente - do processo produtivo. Está realmente à margem da sociedade, podendo ser considerada "lumpem-proletariado", de acordo com a classificação marxista.

Contudo, também entre a classe trabalhadora, uma razoável parcela não tem possibilidades pelos seus rendimentos e pelo preço dos imóveis, de pagar a renda da terra urbana. E ela também precisa "morar". Exatamente por não fazer parte do "lumpem-proletariado", precisa de um lugar que não seja tão irregular. Participa do processo de produção e reprodução do capital e da força de trabalho e para isso é preciso que condições mínimas para repouso e reprodução sejam-lhe

garantidas. A favela é uma das soluções encontradas. Essa população disputará dentro de um mercado específico, o acesso a um barraco ou a um pedaço de chão para construir um ⁽³⁹⁾.

Existe uma outra expressiva parcela da população trabalhadora que não se tornou "ainda" favelada, ou porque consegue, apesar de seus poucos rendimentos, pagar a renda da terra, ou por falta de opção, por não ter acesso ao "esquema" deste outro mercado imobiliário, que funciona geralmente na base da "indicação pessoal". Vai habitar, então, as áreas mais periféricas em pequenas casas de alvenaria ou de madeira, que, muitas vezes, pelas suas características em nada difere dos barracos de favela. Não está contestando porém a propriedade privada do solo, como já foi dito. Inquilino ou proprietário, existe o título de propriedade do terreno, o que lhe confere um "status" qualitativamente superior ao do favelado.

A crise da habitação atinge, assim, os mais amplos setores da sociedade: o favelado, que só pode pagar o preço de um barraco em área invadida, o marginalizado, que não consegue mais se engajar no processo produtivo - viverá dos "restos de uma sociedade perdulária" -, e todos aqueles que mesmo participando do "mercado

(39) "A terra urbana constitui-se num investimento para o capital imobiliário, principalmente em períodos de crise no setor industrial e de altas taxas de inflação que "desvalorizam" o capital empregado em outros setores e "supervalorizam" o preço da terra. Em contrapartida, a depreciação do valor real dos salários recebidos pela população trabalhadora impede de pagar o preço da terra urbana. Mesmo os terrenos ainda não muito valorizados são inacessíveis para a população que encontra como alternativa de abrigo a ocupação, construção ou compra de um barraco". Rodrigues, A.M. - op.cit., p.170.

imobiliário formal", vêm, cada vez mais, aumentar a parcela de seus salários destinada a pagar pela moradia o que agrava o processo de pauperização em curso.

"A crise da habitação... não reside no fato universal de a classe operária estar mal alojada e viver em moradias superlotadas e insalubres (...). Para pôr fim à crise da habitação não há senão um recurso: eliminar pura e simplesmente a exploração da classe trabalhadora pela classe dominante. O que se entende hoje por crise de alojamento é o brusco afluxo das populações rurais às grandes cidades, é um enorme aumento dos aluguéis... e para alguns a impossibilidade de encontrar mesmo onde se alojar ... ela não está limitada à classe operária, mas atinge igualmente a pequena burguesia". (40)

Estas palavras escritas em 1872 para a Alemanha em processo de Revolução Industrial não poderiam ser mais atuais quando empregadas para a realidade brasileira. Ajudam a entender que os problemas relativos às condições de vida fazem parte da gênese da cidade capitalista.

No capitalismo a terra assume as características de uma mercadoria sem que o seja na realidade⁽⁴¹⁾. O solo é pré-requisito para que se dê a ocupação humana e as posteriores atividades econômicas. É condição indispensável para o assentamento. Neste sentido ele é pressuposto, é um elemento da Natureza, anterior à presença do

(40) Engels, F. - A questão da habitação, cit., p.1

(41) Não se fará aqui um estudo específico e profundo a respeito da renda da terra urbana. Procura-se somente delinear algumas pistas que auxiliem no entendimento da valorização da terra urbana e suas implicações para a população estudada. Estudos detalhados a respeito precisam ser feitos para avançar na compreensão do urbano. Isto se coloca como uma proposta para o prosseguimento dos estudos aqui iniciados.

homem. Não é produzido como as demais mercadorias do modo de produção capitalista. No entanto, ele é apropriado pelo homem, diferentemente, de acordo com a inserção nas classes sociais. Ao se apropriar de uma determinada porção do espaço, o homem incorpora o trabalho sobre esta base, o que lhe confere um valor específico. Porém, espaços "não trabalhados" também possuem valor. Quem deles se apropria detém o monopólio sobre aquela porção do espaço. Quando o solo é propriedade privada, todos aqueles que almejam possuir uma certa porção do espaço que é propriedade de outrem terá que lhe pagar a renda de monopólio. É paga pela utilização da terra como base de produção, como bem da natureza. Quem detém a propriedade privada do solo recebe a renda correspondente "à monopolização do acesso a uma condição indispensável àquela atividade" (Atividade produtiva)⁽⁴²⁾.

Na atividade agrícola a forma como a renda é extraída se revela com mais facilidade, pois a terra agricultável funciona diretamente como meio de produção. É o trabalho que cria a renda fundiária, embora, à primeira vista, possa parecer que a renda seja criada pelo privilégio do monopólio da terra. A renda não é extraída do lucro médio, ela é um excedente sobre o lucro médio. É no fundo uma forma de mais-valia, criada pelo trabalho não-pago aos operários.

A renda territorial é de origem pré-capitalista, mas "perde, no entanto esse caráter à medida que é absorvida pelo processo do capital e se transforma em renda territorial capitalizada, introduzindo uma irracionalidade na produção do capital"⁽⁴³⁾.

(42) Singer, P. - "O Uso do Solo Urbano na Economia Capitalista", in Boletim Paulista de Geografia, nº 57, dezembro, 1980, A.G.R., S.P., p.78.

(43) Martins, J.S. - O Cativo da Terra, op. cit., p.3.

Estas observações são válidas, sobretudo, para a terra agrícola. Não se pode fazer a transposição mecânica para a terra urbana, a qual, possui as suas particularidades⁽⁴⁴⁾. Porém o solo urbano possui valor e dele se extrai uma renda. O solo urbano sendo objeto de múltiplos usos tem valor de acordo com a sua utilização. Pode ser base para a produção industrial, como para a produção da habitação, por exemplo. A própria produção industrial não é extraída diretamente da terra, como a agrícola.

A produção da habitação também se reveste de características bastante específicas. A renda fundiária urbana não é um tributo anual como a renda agrícola, a qual é extraída toda vez que se vende o produto. A venda do imóvel urbano pode ser considerada uma transação definitiva ou válida por um espaço de tempo muito longo. "Quando o investidor imobiliário compra um terreno ele avança sobre o sobrelucro que ele espera realizar em relação ao lucro médio que ele se reserva. Assim o preço do solo depende da taxa de lucro médio e da solvabilidade das classes sociais"⁽⁴⁵⁾.

No espaço são profundas as marcas deixadas pelas desigualdades sociais. Os programas habitacionais para a população de baixa renda são tentativas que conseguem apenas amenizar o problema e aliviando as tensões sociais têm também o objetivo demagógico de demonstrar que os governantes estão preocupados e querem resolver a questão. Representam, também - e isto é mais importante - excelente oportunidade de se realizar lucros através dos investimentos neste setor, enormemente beneficiado com incentivos governamentais.

⁽⁴⁴⁾ V. a este respeito: Vujnovsky, Oscar - "La renta del suelo y la configuración del espacio y del medio ambiente urbano", in Revista Interamericana de planificación, vol. XI, nº 41, 1977; Juillet, A. - "Sur la rente foncière urbaine", in Vie Urbaine, nº 41/71. Harvey, D. - A justiça social e a cidade, HUCITEC, SP, 1980, particularmente o cap. 5: "Valor de Uso, Valor de Troca e a Teoria do Uso do Solo Urbano"; - Kautsky, K. - A questão agrária, Gráfica Ed. Laemmert S.A., RJ., 1968.

⁽⁴⁵⁾ Juillet, A. - "Sur la rente foncière urbaine", op.cit., p.261.

Um outro aspecto, e dos mais sérios, é que tais programas acabam por não atingir a chamada população de "baixa renda". Em geral a renda familiar exigida para a inscrição nestes programas é superior à da população para a qual os programas "se voltam", além disso, os entraves burocráticos são de tal monta, que terminam por contribuir para que sejam selecionados aqueles que dispõem de maiores recursos. Sem falar nos apadrinhamentos, nas burlas, nos "pagamentos de favores", tão comuns em nossa sociedade.

A conjugação de todos estes aspectos levam a uma mobilidade espacial muito grande, o que reforça a instabilidade social e econômica. Assim, deslocam-se do campo para a cidade e dentro desta para áreas cada vez mais periféricas, menos valorizadas e de difícil acesso. A casa torna-se apenas o local para o repouso e a reprodução. Cada vez mais o trabalhador gasta mais tempo fora dela e do seio familiar: são mais horas de trabalho, são mais horas em conduções superlotadas...

É assim que a cidade vai se agigantando; a sua população não pára de crescer, como também o espaço que ocupa. Pode ter diminuído o ritmo de crescimento vegetativo e migratório, mas ainda assim o fluxo de novos migrantes é intenso e contínuo. Afinal, os problemas que levam a população a migrar não foram resolvidos, ao contrário, agravaram-se. Se o ritmo diminuiu é porque outras áreas também passaram a receber contingentes migratórios. Por sua vez, o crescimento vegetativo, que também demonstra tendência para diminuição, tem ainda o seu papel no adensamento populacional.

E, assim, a Grande São Paulo vai se expandindo espacialmente. Espaços vazios ainda há em profusão. Até os limites físicos da área metropolitana, milhares de novos loteamentos poderão surgir; todos os dias novas áreas são incorporadas no processo de expansão dos loteamentos. Para além de Itaquera e Carapicuíba inúmeras "Cohabs" podem surgir e surgirão com certeza na atual conjuntura.

Apesar de todas estas áreas vazias, há um déficit habitacional para a população. Não é consequência do número de habitantes. Suas causas são estruturais, de nada adianta reduzir o ritmo de crescimento demográfico. Enquanto não houver mudanças estruturais profundas sempre haverá um déficit de habitação, sempre haverá uma crise da habitação, sempre haverá uma população excedente no mercado de trabalho e de consumo.

A concentração e a centralização de capitais fazem parte do avanço do capitalismo, portanto cada vez mais o poder aquisitivo dos trabalhadores tende a se deteriorar. Por outro lado, a constante valorização da terra vai contribuindo para agravar as possibilidades de aquisição de um pedaço de chão por parcelas cada vez maiores da população. A existência de loteamentos mais distantes possibilita que os demais melhor situados e melhor aquinhoados tenham a sua valorização constantemente redefinida, por incorporarem uma renda diferencial em relação aos primeiros lotes.

Dentro deste contexto, só resta, para parcelas cada vez maiores da classe trabalhadora, estes loteamentos mais distantes, e isto enquanto puder continuar pagando a renda do solo urbano.

A produção da força de trabalho é feita basicamente de duas formas: uma - objeto de análise da primeira parte deste trabalho - é através da "expropriação" e expulsão dos pequenos produtores agrícolas em economia de subsistência, levando-os a migrar para os centros urbanos. A outra forma é a inserção no mercado de trabalho da parcela da população que se dedica à produção doméstica de valores de uso e de serviços necessários para a reprodução da força de trabalho. A produção e a reprodução da força de trabalho já localizada na Grande São Paulo, foi o que se estudou na segunda parte.

No Brasil, a população transferida das atividades de subsistência para a força de trabalho capitalista é maior que a quantidade exigida pela expansão dos empregos, devido às peculiaridades de seu desenvolvimento. O mercado de trabalho urbano absorve apenas uma pequena parte da força de trabalho disponível, mesmo porque a tendência das indústrias e também dos serviços é aumentar cada vez mais os investimentos em capital constante em detrimento do variável.

No cálculo do custo de reprodução da força de trabalho estão incluídos os bens necessários para a subsistência do trabalhador e de sua família. Apenas uma parte é coberta com a venda da força de trabalho. A produção doméstica de valores de uso e a realização de serviços também no âmbito doméstico destina-se a cobrir a outra parte deste custo. Quando os níveis salariais são reduzidos deve-se aumentar a produção doméstica a fim de não comprometer

a reprodução da força de trabalho. Os salários continuando no processo de deterioração beneficiam os níveis da acumulação.

A manutenção da parcela desempregada da força de trabalho não constitui ônus para o capital, isto é, não é extraída da taxa de mais-valia global. É a parte empregada da força de trabalho que mantém a desempregada.

Historicamente, à medida que o processo de acumulação de capitais se intensifica, a produção doméstica torna-se inviável, devido à tendência para a total mercantilização do custo de reprodução da força de trabalho - barateado em relação ao capital, mas em constante elevação face às necessidades do trabalhador.

A produção de mais-valia - objetivo da produção capitalista - é incompatível com a produção doméstica de valores de uso. Além disso, no desenrolar deste processo, ocorre a entrada da dona-de-casa no mercado de trabalho, o que contribui para a queda nas taxas de natalidade. Uma prole numerosa significaria intensificar a produção doméstica de serviços e valores de uso já que a parte referente a salários no custo de reprodução da força de trabalho não é substancialmente afetada pelo tamanho da família.

Isto não significa que se deixe de produzir os valores de uso que continuam a fazer parte do custo de reprodução da força de trabalho. O fato de um número cada vez maior de mulheres participarem do mercado de trabalho, não quer dizer que certas atividades domésticas tenham deixado de ser feitas. O desenvolvimento das forças produtivas ainda não atingiu o estágio de total mercantilização ou mecanização destas atividades para que se dê a completa liberação da força de trabalho feminina. Inclusive para que isso seja

viável, a parte referente a salários no custo de reprodução da força de trabalho terá que se elevar consideravelmente, o que não se coaduna com os níveis de acumulação requeridos no presente contexto.

Portanto, apesar da tendência para a total mercantilização do custo de reprodução da força de trabalho, a produção doméstica continua a existir com a sua função de rebaixar o valor da força de trabalho.

Outro aspecto decorrente da incorporação, cada vez maior, da mulher no mercado de trabalho é a ampliação da parte intermitente e flutuante do exército industrial de reserva.

A elevação do nível das forças produtivas continua também a agir nesse sentido, pois acarreta a economia de trabalho humano, isto é, cada unidade de produto terá menor quantia de trabalho vivo. É o aumento da produtividade do trabalho que contribui duplamente para o aumento do exército de reserva: reduzindo a mortalidade da força de trabalho pela diminuição do consumo de energia humana e ao mesmo tempo liberando mão-de-obra em relação ao capital investido. Um mesmo trabalhador permanece mais tempo na força de trabalho e simultaneamente produz mais unidade de produto por unidade de força de trabalho consumida, aumentando, assim, a "fertilidade da força de trabalho"⁽¹⁾.

A ampliação do exército de reserva produz efeitos contraditórios sobre a dinâmica populacional. De um lado, a partir da maior incorporação da força de trabalho feminina no mercado de trabalho, dificulta a produção doméstica de valores de uso o que produz a

(1) Oliveira, Francisco - A economia da dependência imperfeita, Graal Ed., R.J., 1977, pp.154 e seqs.

tendência para a diminuição do tamanho da família trabalhadora. Por outro, ao contribuir para elevar o nível de exploração da força de trabalho, obriga que se aumente novamente a produção doméstica de valores de uso, reconduzindo ao aumento das taxas de natalidade.

A sub-remuneração da força de trabalho se coaduna com o processo de expansão ou de desenvolvimento capitalista baseado numa divisão internacional do trabalho que carrega para os países líderes do sistema a maior parte do capital acumulado nos chamados países não-desenvolvidos⁽²⁾.

A reprodução da força de trabalho e da população em geral só pode ser entendida vinculada com as condições objetivas de existência dessa população.

Desta forma, como os resultados da pesquisa bem o demonstram, se a maior parte da força de trabalho participa do setor industrial, exercendo principalmente atividades especializadas ou semi-especializadas, os salários tendem a permanecer em níveis muito baixos, tornando necessário, inserir mais membros da família na força de trabalho e aumentar a jornada de trabalho individual.

(2) "Mas o processo de desenvolvimento, como se processa atualmente, não somente expande as relações de produção capitalistas enquanto tais, mas traz consigo, de modo concentrado, os resultados das tendências de mais de um século de evolução do capitalismo industrial. Destas tendências cabe destacar a concentração do capital. Assim como exporta do exterior tecnologia moderna, o país importa também formas de organização do capital... é o capital monopolista que de fato domina o processo de desenvolvimento e as relações de produção típicas do capitalismo monopolista... as que acabam por predominar".
Singer, P. - Economia Política do Trabalho. Hucitec, São Paulo, 1977, p.111.

As tendências do desenvolvimento capitalista (baixa tendencial da taxa de lucro e aumento da composição orgânica do capital, levando ao incremento da produtividade do trabalho e à mercantilização do custo de reprodução) fazem com que fique cada vez mais difícil a manutenção da família e a reprodução da força de trabalho apenas a partir do salário do chefe e da produção doméstica de valores de uso.

Assim sendo, apesar da maioria dos chefes de família trabalharem nos setores mais dinâmicos da economia, as condições de vida da população estudada são precaríssimas.

A maior "fertilidade da força de trabalho" produzida com a economia do trabalho humano poderia levar à diminuição das taxas de mortalidade da população em geral, porém tal tendência é neutralizada devido aos altos níveis de exploração.

Esta situação permite comparação com as condições em que viviam a classe operária inglesa, por ocasião da revolução industrial, conforme o demonstrado por Engels⁽³⁾.

As formas de inserção no mercado de trabalho relacionadas ao atual momento do desenvolvimento do capitalismo auxiliam o entendimento da dinâmica demográfica de cada classe social: a maior participação das donas-de-casa no comércio de trabalho, a entrada precoce dos filhos no mesmo, o alto nível de exploração da força de trabalho, não só pelos salários, mas também pela quantidade de horas trabalhadas, contribuem para o aumento do exército industrial de reserva e para elevar as taxas de extração da mais-valia absoluta e relativa, produzindo uma divisão familiar de trabalho peculiar a essas formas e níveis de exploração.

(3) Engels, F. - A situação da classe trabalhadora em Inglaterra.
Ed. Afrontamento, Portugal, 1975.

A estrutura da família trabalhadora vai sendo produzida a partir da dinâmica imposta pelo capital. É nesse sentido que se diz que é o capital que produz e reproduz a sua força de trabalho. Para isso ele tem que impor as suas leis de reprodução humana, que não são as mesmas para as diferentes classes participantes do processo social.

O aumento da "população de baixa-renda" não se dá apenas pelo crescimento vegetativo e migratório, porque se assim o fosse, os programas de planejamento familiar e de contenção da migração resolveriam a questão. É a pauperização da classe trabalhadora que contribui enormemente para o aumento da "população de baixa-renda".

A crise da habitação é uma das manifestações desse processo. Ela não pode ter solução porque é inerente ao desenvolvimento do capitalismo. Por mais que se dinamize a construção de casas populares, sempre haverá uma parcela da população criada pela própria dinâmica do capital, que não conseguirá se alojar ou que se alojará precariamente.

O que pode mudar é o tamanho desta população em função do ritmo de acumulação de capital. De qualquer forma, sempre existirá uma parcela da população espacialmente segregada. Este é um dos aspectos da segregação social e que só faz agudizar os conflitos entre as diferentes classes sociais.

As formas especiais vão se delineando de acordo com o desenrolar deste processo. Elas exprimem a formação econômico-social. O antagonismo entre as diferentes classes sociais marcam o espaço.

A cidade vai adquirindo um arranjo específico de acordo com a evolução destas contradições. A sua forma é definida de a-

cordo com o grau de desenvolvimento das forças produtivas, respondendo às necessidades de acumulação de capital. Porém, não é só. A cidade tem uma forma, um arranjo anteriormente produzido. A organização atual é feita sobre uma organização pré-existente (4). As heranças do passado têm a sua influência.

As formas espaciais vão se delineando conforme evoluem as contradições de classe e como politicamente isto é resolvido, quer dizer, dependendo do grau de organização e da força política de cada classe participante do processo.

Pode-se falar, portanto, de reprodução do espaço. Nele são reproduzidos as relações sociais, os conflitos, as contradições, as alianças, os acordos, as concessões feitas pelas diferentes classes.

Dependendo do momento histórico, de uma determinada conjuntura, os interesses específicos de uma determinada classe social são levados em conta, imprimindo uma direção na evolução do espaço.

Os tipos de investimentos realizados podem tornar mais evidentes ou camuflar os conflitos inter-classes. Podem contrariar ou confirmar os interesses dos moradores ou usuários daquele espaço.

De qualquer forma, todo e qualquer investimento que se faça acaba por favorecer a acumulação. Pode a princípio representar um ônus, um dispêndio aparentemente "sem retorno", porém geralmente isto não acontece. Qualquer gasto público ou privado, quer com

(4) Com exceção das chamadas "cidades artificiais" que são planejadas anteriormente e sua construção.

a reprodução de força de trabalho, quer com a criação de infraestrutura para facilitar a circulação de capitais, favorece a acumulação a longo prazo, desde que respondam, evidentemente, a uma necessidade real para o avanço das forças produtivas.

Existem-e isso é muito freqüente quando se trata de Brasil - os interesses políticos em jogo e que nem sempre refletem os interesses dos capitalistas enquanto classe social, mas sim a necessidade de um determinado grupo ou indivíduo se impor política e economicamente. Assim as obras suntuárias, demagógicas, ou faraônicas podem até mesmo contribuir para bloquear a acumulação ou dificultar que se atinjam os níveis de acumulação desejáveis, pois representam um desvio de investimentos que poderiam ser melhor aplicados de acordo com as prioridades de evolução das forças produtivas.

Em se tratando de "investimentos úteis" eles tornam o sistema mais eficiente e assim dinamizam a acumulação e a reprodução de capitais.

Evidentemente não se trata do desenvolvimento de um processo linear, ele é contraditório, já que a forma como se dá a reprodução e a apropriação do espaço no capitalismo contribui para aguçar as contradições entre as classes sociais.

Num primeiro momento, para as classes trabalhadoras, as transformações, revelando-se em melhoramentos, benfeitorias propiciadoras de melhores condições de vida, são aceitas com euforia. Sempre há os que permanecem reticentes, preocupados face à expectativa de aumento nos impostos e taxas a serem pagos.

São poucos os que nos bairros mais periféricos podem arcar com os custos de tais "melhoramentos". Implicam numa maior valorização do solo, acima das possibilidades econômicas de boa parte dos moradores das áreas "beneficiadas".

Ao mesmo tempo que o capital tem necessidade de garantir a reprodução da força de trabalho e para isso precisa investir em infraestrutura urbana, também precisa investir em obras que assegurem a eficiência na circulação de capitais, levando parcelas consideráveis da força de trabalho a deslocar-se para áreas menos valorizadas, ainda não altamente atingidas pelas inversões. Nestas áreas serão piores as condições para a reprodução da força de trabalho: mais distante do mercado de trabalho, maiores dificuldades de acesso aos bens e serviços necessários. A falta destas condições essenciais para a eficiência da força de trabalho, fará com que seja comprometida a produtividade individual.

Ao lado de uma indústria altamente tecnificada - graças às facilidades de penetração de capitais, tecnologia e indústrias estrangeiras, portanto de acordo com um processo de desenvolvimento capitalista dependente, onde os monopólios têm todas as vantagens - temos uma grande concentração de força de trabalho, excessiva, face às necessidades do mercado de trabalho. Em síntese, a indústria utilizando-se de uma tecnologia poupadora de mão-de-obra e a oferta abundante de força de trabalho contribuem para rebaixar os níveis salariais.

Com a diminuição da parte referente a salários no custo de reprodução da classe trabalhadora, as suas condições de sobrevivência tornam-se cada vez mais precárias, tendo que aumentar a

produção doméstica de valores de uso.

É assim que as formas de reprodução da força de trabalho acabam entrando na órbita da acumulação de capital. Os meios que os trabalhadores encontram para sobreviver, os artifícios que a sua criatividade põe em ação para conseguir a manutenção com salários tão escassos, são aproveitados pelo capital, auxiliando na elevação dos níveis de acumulação. As formas como constrói a casa, o mutirão ou a auto-construção, por exemplo, significam sobretrabalho contribuindo para a superexploração.

É claro que tudo isso tem as suas implicações especiais. Como já foi lembrado são necessários investimentos para a reprodução da força de trabalho, que são considerados improdutivos pelo capital. Até que ponto realmente o são? Quanto mais baixo o custo de reprodução dos trabalhadores menos investimentos ou serviços serão utilizados ou serão considerados necessários. No entanto - e aí é que se localiza uma das contradições - existe um mínimo que é necessário fazer, existe um mínimo em que se precisa investir.

Qual é este mínimo?

Quem decide o que é prioritário?

Habitação, educação, saúde, água, luz, esgoto, transporte?

O que deve ser realizado é primeiramente decidido pelo poder público, de acordo com determinada conjuntura e estrutura. Quer dizer, são as necessidades econômicas e políticas de um determinado momento e grupo que darão primazia aos investimentos.

Qualquer investimento realizado implica numa maior valorização do espaço, em geral muito acima daquilo que a parcela mais explorada da classe trabalhadora pode pagar. Ela é então expulsa para as áreas menos valorizadas, as quais, mais cedo ou mais tarde também serão alcançadas pelas inversões capitalistas e daí, nova expulsão... assim a cidade vai sempre se expandindo, incorporando novas áreas e sempre segregando os seus moradores de acordo com a estratificação social.

Porém, dependendo do nível de organização da população e daí de seu poder de pressão, poder-se-á mudar as prioridades e realizar investimentos naquilo que a população exige. Tornam-se cada vez mais freqüentes os movimentos - como os que geraram as invasões de áreas - para se conseguir o direito a um pedaço de chão para morar. Como isto será resolvido dependerá da evolução das forças produtivas, do nível de organização dos trabalhadores e, conseqüentemente, da correlação de forças daí decorrentes. A organização do espaço que prevalecerá será fruto do desenrolar deste processo contraditório.

B I B L I O G R A F I A

- Andrade, Manoel Correa - Aceleração e freios no desenvolvimento brasileiro, Ed. Vozes, 1973.
- Assadourian, Carlos Sempat - "Modos de Produção, Capitalismo e Subdesenvolvimento na América Latina", in Cadernos PYP, nº 40, Buenos Ayres, 1974.
- Balan, Jorge - "Urbanização, migrações internas e desenvolvimento regional", in "Migrações Internas", BNB, ETENE, Fortaleza, 1980.
- Baran, Paul - A economia política do desenvolvimento, Zahar, RJ, 1972.
- Bettelheim, C. - Planificação e crescimento acelerado, Zahar, RJ, 1968.
- Bonduki, Nabil G. e Rolnik Raquel - Periferias (Ocupação do espaço e reprodução da força de trabalho), Cadernos de Estudo e Pesquisa 2, FAUUSP, 1979.
- Cândido, Antonio - Parceiros do Rio Bonito, Livraria Duas Cidades, 1971.
- Cano, Wilson - Raízes da concentração industrial em São Paulo, DIFEL, SP, 1976.
- Cardoso, Ciro - "El modo de producción esclavista colonial en América", Modos de producción en América Latina, Cuadernos PYP, 40, Buenos Ayres, 1974.
- Cardoso, F.H. e Faletto, Enzo - Dependência e desenvolvimento na América Latina, Zahar Ed., RJ, 1975.
- Castells, M. - "La urbanization dependiente en América Latina", in Imperialismo y urbanization en América Latina, Barcelona, Ed. Gustavo-Gilli, 1972.
- La question urbana, Siglo Veinteuno, Mexico, 1974.
 - "Crise do Estado, Consumo Coletivo e Contradições Urbanas". (mimeo.)
- Cueva, Agustin - "A concepção marxista das classes sociais", Debate e Crítica, nº 3, SP, 1974.

- Dean, Warren - A industrialização de São Paulo, DIFEL, 2ª. ed, SP, D.I.E.E.S.E. - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos. Informes estatísticos e revistas.
- Dobb, M. - A evolução do capitalismo, Zahar, RJ, 1971. - "Economia do Bem-Estar e economia do socialismo", Siglo XXXII - Argentina Editores S.A., 1ª reimpressão, 1972.
- Durhan, Eunice e Beiker, Hinaldo - "A vida rural tradicional: comentário ao depoimento de um imigrante nordestino, in Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, nº 3, 1968.
- Engels, F. - A situação da classe trabalhadora em Inglaterra, Editora Afrontamento, Porto, 1975.
- A questão da habitação, Aldeia Global Editora, BH, 1979.
- Faria, Wilmar - "Pobreza urbana, sistema urbano e marginalidade , crítica, sugestões e um projeto de pesquisa", Estudos Cebrep nº 9, 1974.
- Florestan Fernandes - "Anotações sobre o capitalismo e a mudança social no Brasil", in Vida rural e mudança social, Cia.Ed. Nacional, SP, 1970.
- Furtado, Celso - Fornação Econômica do Brasil, Fundo de Cultura , RJ, 1969.
- Análise do Modelo Brasileiro, Civ.Bras.,RJ, 1972
 - O mito do desenvolvimento econômico, Paz e Terra, RJ,1974.
 - O Brasil pós "milagre" - Paz e Terra, SP, 1981.
- George, Pierre e outros - A Geografia Ativa, DIFEL-EDUSP,SP,1975.
- George , Pierre - Os métodos de Geografia, Col.Saber Atual, DIFEL, SP, 1972.
- Geografia da população, Col.Saber Atual, DIFEL,SP, 1969.
 - População e povoamento, Livraria Bertrand, Lisboa, 1975.
 - A Ação do Homem, Difusão Européia do Livro,SP,s/d.

- Goldenstein, Léa e Rossini, Rosa E. - "O bairro industrial do Jaguaré, SP", in Boletim Paulista de Geografia, AGB, SP, 1971.
- Goldenstein, Léa e Seabra, Manoel F.G. - "Divisão territorial do trabalho e nova regionalização", in Revista do Deptº de Geografia, nº 1, F.F.L.C.H. - U.S.P., 1982.
- Goldmann, Lucien - "Ciências Humanas e Filosofia", DIFEL, SP, RJ, 1979.
- Grahan, D. e Holanda FD, S.B. - "As migrações interregionais e urbanas e o crescimento econômico no Brasil", in Migrações Internas, BNB, ETENE, Fortaleza, 1980.
- Harvey, D. - Urbanismo y desigualdad social, Siglo XXIº de España Editores S/A, Madrid, 1979.
- Ianni, Otavio - Estado e planejamento econômico no Brasil (1930/1970), Civilização Brasileira, RJ, 1971.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Censos Demográficos de 1940 a 1980.
- IPEA - "Urbanização e Migração no Brasil", série mimeo. nº 21. - "Estudos de Demografia Urbana", série mimeo., nº 18.
- Kautsky, Karl - A Questão Agrária, Ed. Laemmert, RJ, 1968.
- Kowarick, Lúcio - O Capitalismo e a marginalidade na América Latina, Paz e Terra, RJ, 1975.
- "Capitalismo, dependência e marginalidade urbana na América Latina - uma contribuição teórica", Estudos Cebrap, nº 8, Ed. Cebrap, SP, 1974.
- Laclau, E. - "Feudalismo e capitalismo na América Latina", cuadernos PYP, nº 40, Buenos Ayres, 1974.
- Langenbuch, R.Y. - A estruturação da Grande São Paulo, Estudo de Geografia Urbana, RJ, IBGE, 1971.
- Lefebvre, Henri - O direito à cidade, Ed. Documentos, SP, 1969.
- La revolución urbana, El libro de bolsillo, Alianza Editorial, Madrid, 1970.
- Lenin, Vladimir - O imperialismo estágio supremo do capitalismo, Centelha, Coimbra, 1974.
- El desarrollo del capitalismo en Rusia, Barcelona, Editorial Ariel, 1974.

- Lipietz, Alain - Le tribut foncière urbain, Francois Maspero, Paris, 1974.
- Le capital et son espace, François Maspero, Paris, 1977
 - "Alguns problemas da produção monopolista do espaço urbano", Espaço e Debate Nº 7, Ed. Cortez, 1982.
- Lojkine, Jean - "O papel do estado na urbanização capitalista", in Marxismo e Urbanismo Capitalista, textos críticos, Livraria Ed. Ciências Humanas, São Paulo, 1979.
- "Existe uma renda fundiária urbana?", in Marxismo e Urbanismo Capitalista, textos críticos, Livraria e Editora Ciências Humanas, São Paulo, 1979.
- Lopes, Juarez Brandão - "Migrações e Desenvolvimento", Estudos Cebrap nº 6, Cebrap, SP, 1973.
- Desenvolvimento e Mudança Social. Ed. Nacional, São Paulo, 1972.
 - Empresas e pequenos produtores no desenvolvimento do capitalismo agrário em São Paulo, Estudos Cebrap, 22, Cebrap, SP, 1977.
- Lopes, Juarez Brandão e Patarra, Neide Lopes - "Redistribuição regional e rural-urbana da população brasileira", Cadernos Cebrap, nº 20, Cebrap, SP.
- Macedo, Carmem C. - A reprodução da desigualdade, Hucitec, SP, 1979.
- Maricato, E. (org.) - A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial, Alfa-Omega, SP, 1978.
- Martins, José de Souza - Imigração e crise no Brasil Agrário, Ed. Pioneira, SP, 1973.
- Conde Matarazzo - O empresário e a empresa, Hucitec, SP, 1973.
 - Capitalismo e Tradicionalismo, Pioneira, SP, 1975.
 - O cativo da terra, Livraria Editora Ciências Humanas, SP, 1979.
 - Expropriação e violência (a questão política no campo), Hucitec, SP, 1980.

- Marx, Karl - El capital - Crítica de la economía política, Fondo de Cultura Económica, Mexico, 1973.
- Contribución a la crítica de la economía política. Alberto Corazon, Madrid, 1970.
- Mello, João Cardoso de - O capitalismo tardio, Campinas, 1975(mimeo).
- Mello, Maria da Conceição d'Incao - "Boia-fria": Acumulação e miséria, Ed. Vozes, Petrópolis, 1976.
- Muñoz, H. e Oliveira, O. - "A migração interna na América Latina: exposição e crítica sobre algumas análises", in Migrações Internas, BNB, ETENE, Fortaleza, 1980.
- Oliveira, Ariovaldo U. - "A lógica da especulação imobiliária", Boletim Paulista de Geografia nº 55, 1978.
- Oliveira, Francisco - A economia brasileira: crítica à razão dualista, Estudos Cebrap nº 2, Ed. Cebrap, SP, 1972.
- A economia da dependência perfeita, Graal, R.J., 1977.
- Elegia para uma re(li)gião, Paz e Terra, RJ, 1977.
- Oliveira, Orlandina e Stern, Cláudio - "Notas sobre a teoria das migrações internas: aspectos sociológicos", in Migração Interna, BNB, ETENE, Fortaleza, 1980.
- Pardinas, Felipe - Metodología y técnicas de investigación in Ciencias Sociales, Ed. Siglo Veintiuno, S.A., Mexico, 1974.
- Pinto, Alvaro V. - Ciência e Existência, Ed. Paz e Terra, R.J., 1969.
- PLANASA - Pesquisa sócio-econômica, Osasco, 1968.
- Prado Jr., Caio - "Contribuição para a análise da questão agrária", Revista Brasiliense, nº 28, SP, 1960.
- Prandi, José Reginaldo - O trabalhador por conta-própria sob o capital, Ed. Símbolo, SP, 1978.
- Quijano, A. - "La formation de un universo marginal en las ciudades de America Latina", in Imperialismo y urbanización en America Latina, Ed. Gustavo Gilli, Barcelona, 1972.
- Rattner, H. - Planejamento Urbano e Regional, Cia. Ed. Nacional, S.P., 1974.

- Rochefort, M. - Elementes de science economique a l'usage des geographes, Ed. Nathan, Paris.
- Rodrigues, Arlete Moysés - Processo migratório e situação de trabalho da população favelada. - Dissertação de Mestrado, São Paulo, 1981 (mimeo).
- Rodrigues, Leoncio Martins - Industrialização e atitudes operárias: estudo de um grupo de trabalhadores, Brasiliense, SP, 1970.
- Sá, Francisco Jr. - "O desenvolvimento da agricultura nordestina e a função das atividades de subsistência", in Estudos Cebrap nº 3, Ed. Cebrap, SP, 1975.
- Santiago, Théo - "As cidades pré-capitalistas", Debate e Crítica nº 5, Hucitec, SP, 1975.
- Silva, J. Graziano - Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira, Hucitec, SP, 1980.
- Silva, Sérgio - A expansão cafeeira e as origens da indústria no Brasil, Alfa-Omega, SP, 1976.
- Singer, Paul I. - "Implicações econômicas e sociais na dinâmica populacional brasileira", Cadernos Cebrap nº 20, Ed. Cebrap,
- Dinâmica populacional e desenvolvimento, Gráfica Urupês, SP, 1970.
 - "O uso do solo urbano na economia capitalista", Boletim Paulista de Geografia nº 57, 1981.
 - "Força de Trabalho e Emprego no Brasil - 1920 - 1969", Cadernos Cebrap nº 3, Ed. Cebrap, 1971.
 - A economia política do trabalho, Hucitec, SP, 1977.
 - A economia política da urbanização, Ed. Brasiliense, Cebrap, SP, 1973.
- Spindel, C. - "Metropolização, urbanização e recursos humanos", Cadernos Cebrap nº 25, Ed. Brasiliense, Cebrap, SP, 1976.
- Stavenhagen, Rodolfo - "A comunidade rural nos países subdesenvolvidos", in Vida rural e mudança social, Ed. Nacional, SP, 1970.
- Swenwzy, Paul - Teoria do Desenvolvimento Capitalista, Zahar, RJ, 1976.

- Vários autores - "A cidade de São Paulo", AGB, vol.1, Cia. Editora Nacional, SP, 1958.
- Velho, Gilberto - A utopia urbana, um estudo de antropologia social, Zahar, RJ, 1973.
- Viana, Myrna T.R. - "Algumas reflexões sobre a luta pela terra na cidade", in Boletim Paulista de Geografia, nº 57, AGB, SP, 1980.
- São Miguel Paulista: o chão dos desterrados (um estudo de migração e urbanização) - inédito.
- Vujnovsky, Oscar - "Notas sobre a investigação da configuração espacial interna e as políticas de uso do solo urbano na América Latina", Revista Interamericana de Planificação, dez. 1975.
- "La renta del suelo y la configuración del medio ambiente urbano", Revista Interamericana de Planificación, vol. 9, nº 41, 1977.

A N E X O

INTRODUÇÃO

Posição do migrante selecionado na família

POSIÇÃO	TOTAL	%	OBSERVAÇÕES
Chefe inserido na produção	82	73,87	Sexo feminino = 4
Cônjuge inserido na produção	14	12,61	Sexo feminino = 13
Chefe não inserido na produção	09	08,10	Sexo feminino = 4 (7 estão aposentados, 2 têm filhos que trabalham.)
Cônjuge não inserido na produção	02	01,80	Feminino = 1 Aposentado = 1
Filho inserido na produção	02	01,80	Feminino = 1
Outros parentes não inseridos na produção	02	01,80	Feminino = 2 Os outros membros da família trabalham.

Pertanto 91 migrantes selecionados (81,97) correspondem aos chefes das famílias pesquisadas; sendo que destes 73,87% exerciam atividade considerada produtiva.

TABELA Nº 01

ORIGEM DA POPULAÇÃO MIGRANTE POR ESTADO e RURAL/URBANA.

Estado de origem	POPULAÇÃO TOTAL				MIGRANTE SELECIONADO					
	Rural	Urbana	Total	N.R.	Total	Rural	Urbana	Total	N.R.	Total
São Paulo	70 63,1 (31,1)	41 36,9 (32,5)	111 100,0 (31,6)	05 -	116	24 64,9 (35,3)	13 35,1 (30,9)	37 100,0 (33,5)	01	38
Bahia	49 7,7 (21,8)	14 22,2 (11,1)	63 100,0 (17,1)	-	63	15 72,7 (23,5)	06 27,3 (14,3)	22 100,0 (20,0)	-	22
Pernambuco	34 82,9 (15,1)	07 17,1 (5,6)	41 100,0 (11,7)	01	42	08 83,8 (11,8)	01 11,2 (2,4)	09 100,0 (8,2)	-	09
Minas Gerais	16 42,1 (7,1)	22 57,9 (17,5)	38 100,0 (12,8)	-	38	09 47,4 (13,2)	10 52,6 (23,8)	19 100,0 (17,3)	-	19
Alagoas	21 65,6 (9,3)	11 34,4 (8,7)	32 100,0 (9,1)	-	32	05 45,5 (7,2)	06 54,5 (14,3)	11 100,0 (10,0)	-	11
Piauí	03 15,0 (1,3)	17 85,0 (13,5)	20 100,0 (5,7)	-	20					
Paraná	12 63,2 (5,3)	07 36,8 (5,6)	19 100,0 (5,4)	-	19					
Sergipe	11 100,0 (4,9)	-	11 100,0 (3,1)	-	11					
Outros	09 56,2 (4,0)	07 43,8 (5,6)	16 100,0 (4,6)	-	16	05 50,0 (8,8)	06 50,0 (14,3)	12 100,0 (10,9)		
Total	225 64,1 (100,0)	126 35,9 (100,0)	351 100,0 (100,0)	06	357	68 61,8 (100,0)	42 38,2 (100,0)	110 100,0 -	01	111
N.R.	-	-	-	01	01	-	-	-	-	-
Total	225	126	351	07	358	68	42	110	01	111

Fonte: Pesquisa de Campo/1977

TABELA Nº 02
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR LOCAL DE NASCIMENTO
E GRAU DE PARENTESCO

LOCAL DE NASCIMENTO	G R A U D E P A R E N T E S C O								TOTAL
	MIGRANTE SELECIONADO.	CÔNJUGE	FILHOS	NETOS	PAIS E SOGROS	IRMÃOS	OUTROS PARENTES	AMIGOS	
PARÁ	01 100,0 (0,9)	-	-	-	-	-	-	-	01 100,0 (0,2)
PIAUI	05 25,0 (4,5)	04 20,0 (4,4)	05 25,0 (1,7)	-	-	-	05 25,0 (41,6)	01 5,0 (20,0)	20 100,0 (3,7)
CEARÁ	02 33,3 (1,8)	02 33,3 (2,2)	02 33,3 (0,7)	-	-	-	-	-	06 100,0 (1,1)
RIO GRANDE DO NORTE	01 100,0 (0,9)	-	-	-	-	-	-	-	01 100,0 (1,1)
PARAÍBA	01 100,0 (09)	03 3,3 (75,0)	-	-	-	-	-	-	04 100,0 (0,7)
PERNAMBUCO	09 21,4 (8,1)	09 21,4 (9,9)	21 50,0 (7,1)	-	01 2,4 (12,5)	01 2,4 (9,1)	01 2,4 (8,3)	-	42 100,0 (7,8)
ALAGOAS	11 34,4 (9,9)	08 25,0 (8,8)	10 31,3 (3,4)	-	02 6,2 (25,0)	-	01 3,1 (8,3)	-	32 100,0 (5,9)
SERGIPE	01 9,1 (0,9)	02 18,2 (2,2)	07 63,6 (2,4)	-	-	-	01 9,1 (8,3)	-	11 100,0 (2,0)
BAHIA	22 34,9 (19,8)	11 17,5 (12,1)	22 34,9 (7,4)	-	02 3,2 (25,0)	05 7,9 (45,5)	01 1,6 (8,3)	-	63 100,0 (11,7)
MINAS GERAIS	19 50,0 (17,1)	10 26,3 (11,0)	07 18,4 (2,4)	-	-	01 2,6 (9,1)	01 2,6 (8,3)	-	38 100,0 (7,0)
SÃO PAULO - (INTERIOR)	38 32,7 (34,2)	29 25,0 (31,9)	40 34,5 (13,5)	02 1,7 (40,0)	03 2,6 (37,5)	04 3,5 (36,4)	-	-	116 100,0 (21,5)
GRANDE SÃO PAULO	-	10 5,5 (11,0)	168 91,8 (56,6)	03 1,6 (60,0)	-	-	02 1,1 (16,6)	-	83 100,0 (33,9)
PARANÁ	-	02 10,5 (2,2)	13 68,4 (4,4)	-	-	-	-	04 21,1 (80,0)	19 100,0 (3,5)
MATO GROSSO	01 25,0 (0,9)	01 25,0 (1,1)	02 50,0 (0,7)	-	-	-	-	-	04 100,0 (0,7)
TOTAL	111 20,5 (100,0)	91 16,9 (100,0)	297 55,0 (100,0)	05 0,9 (100,0)	08 1,5 (100,0)	11 2,0 (100,0)	12 2,2 (100,0)	05 0,9 (100,0)	540 100,0 (100,0)

N.R. - 01

Fonte: P.C./77

TABELA 03

ESTADO DE ORIGEM E DATA DE SAÍDA - MIGRANTE SELECIONADO

E S T A D O	D A T A D E S A Í D A							Total
	ete 30	31 a 40	41 a 50	51 a 60	61 a 70	71 a 77	-1 ano	
PARAÍBA	01 100,0 (7,7)	-	-	-	-	-	-	01 100,0 (0,9)
PERNAMBUCO	01 11,1 (7,7)	-	03 33,3 (13,0)	02 22,2 (6,4)	02 22,2 (9,1)	01 11,1 (8,3)	-	09 100,0 (8,3)
BAHIA	02 9,1 (15,4)	02 9,1 (40,0)	02 9,1 (8,7)	06 27,3 (19,4)	05 22,7 (21,7)	05 22,7 (41,7)	-	22 100,0 (20,4)
ALAGOAS	01 10,0 (7,7)	-	01 10,0 (4,3)	05 50,0 (16,1)	01 10,0 (4,3)	02 20,0 (16,7)	-	10 100,0 (9,3)
PIAUI	-	-	02 40,0 (8,7)	-	01 20,0 (4,3)	02 40,0 (16,7)	-	05 100,0 (4,6)
RIO GRANDE DO NORTE	-	-	-	01 100,0 (3,2)	-	-	-	01 100,0 (0,9)
CEARÁ	-	-	-	-	02 100,0 (9,1)	-	-	02 100,0 (1,9)
SERGIPE	-	-	-	-	01 100,0 (9,1)	-	-	01 100,0 (1,9)
SUC - TOTAL NE	05 9,8 (30,5)	02 3,9 (40,0)	08 15,7 (34,8)	14 27,5 (45,2)	12 23,5 (52,2)	10 19,6 (83,3)	-	51 100,0 (47,2)
SÃO PAULO	07 18,9 (53,8)	02 5,4 (40,0)	06 15,2 (26,1)	14 37,8 (45,2)	06 16,2 (26,1)	01 2,7 (8,3)	01 2,7 (100,0)	37 100,0 (34,3)
MINAS GERAIS	01 5,5 (7,7)	-	09 50,0 (39,1)	03 16,7 (9,7)	05 27,8 (21,7)	-	-	18 100,0 (16,7)
SUB - TOTAL SE	08 14,5 (61,5)	02 3,6 (40,0)	15 27,3 (65,2)	17 30,9 (54,8)	11 20,0 (47,8)	01 1,8 (8,3)	01 1,8 (100,0)	55 100,0 (50,9)
PARÁ	-	01 100,0 (20,0)	-	-	-	-	-	01 100,0 (0,9)
MATO GROSSO	-	-	-	-	-	01 100,0 (8,3)	-	01 100,0 (0,9)
OUTROS	-	01 50,0 (20,0)	-	-	-	01 50,0 (8,3)	-	02 100,0 (1,9)
TOTAL	13 12,0 (100,0)	05 4,6 (100,0)	23 21,3 (100,0)	31 28,7 (100,0)	23 21,3 (100,0)	12 11,1 (100,0)	01 0,9 (100,0)	108 100,0 (100,0)

N.R. 03

Fonte: P.C./77

Tabela n. 4

Proprietários rurais, origem:
Forma de pagamento e produção

Pagamento	Produção		
	Subsistência	Subsist. + Comerc.	T O T A L
Dinheiro	03 23,1	02 15,4	05 19,2
Produto	-----	02 15,4	02 7,7
Trabalho Familiar	10 76,9	09 69,2	19 73,1
T O T A L	13 50,0	13 50,0	26 100,0

Fonte: P. c/ 77

Tabela nº 5

Proprietários rurais, origem:
Mecanização e produção

Máquinas	Produção		
	Subsist- tência	Subsist. + Comerc	TOTAL
Manuais	07 53,8	06 46,1	13 50,0
Manuais e tração animal	03 23,1	07 53,8	10 38,5
Manuais e animais transp.	02 15,4	---	02 7,7
Mecânicas e manuais	01 7,7	---	01 3,8
TOTAL	13 50,0	13 50,0	26 100,0

Fonte: P. c/ 77

Tabela n. 6

Proprietários rurais, origem:
Origem do Capital

	N.A.	%
Próprio	13	50,0
Intermediária	03	11,5
Não investia	10	38,5
T O T A L	26	100,0

Fonte: P. C./77

Tabela n. 7

Proprietários rurais, origem:
Comercialização

	N.A.	%
Excedente	13	50,0
Parte	12	46,4
Não comercializada	01	3,8
T O T A L	26	100,0

Fonte: P. C./77

Tabela n. 8

Proprietários rurais, origem:
Trabalho em outro local

	N.A.	%
Sim	08	30,8
Não	18	69,3
TOTAL	26	100,0

Fonte: P. C./77

Tabela 09

Proprietários rurais, origem

O que aconteceu com a propriedade e motivos
pelos quais a deixaram

M O T I V O S	O que aconteceu com a propriedade				TOTAL
	Parentes continuam	Vendeu	Perdeu	Abandonou	
Parentes quiseram ficar	12 75,0	-----	-----	-----	12 48,0
Não dava para sobreviver	-----	03 42,9	-----	-----	03 12,0
Morte/doença	02 12,5	01 14,3	-----	-----	03 12,0
Dívidas	-----	-----	01 100,0	-----	01 4,0
Para mudar de lugar	02 12,5	-----	-----	-----	02 8,0
Outros	-----	03 42,9	-----	01 100,0	04 16,0
T O T A L	16 64,0	07 28,0	01 4,0	01 4,0	25 100,0

N. R. 01
Fonte P. C./77

Tabela nº 10

Trabalhadores rurais não-proprietários - origem:
Relação de trabalho e forma de recebimento

Forma de recebe.	Relação de Trabalho						TOTAL
	Meeiro Parceiro	Arrendatário	Empreiteiro	Agregado	Empreg. temp.	Empreg. fixo	
Dinheiro	08 57,1	04 28,5	04 57,1	02 14,3	01 14,3	02 28,5	07 33,3
Não recebia	08 57,1	04 28,5	04 57,1	02 14,3	01 14,3	02 28,5	14 66,6
TOTAL	08 38,1	04 19,0	04 19,0	02 9,5	01 4,5	02 9,5	21 100,0

N. R. 01

Fonte: P. C./77

Tabela nº 11

Trabalhadores rurais não proprietários, origem:
Relação de trabalho e trabalho familiar

Relação de trabalho	Trabalho familiar		
	Pto. da família	Toda a família	TOTAL
Meeiro Parceiro	04 50,0	04 33,3	08 40,0
Arrendatário	02 25,0	02 16,7	04 20,0
Empreiteiro	01 12,5	03 25,0	04 20,0
Agregado	01 8,3	01 8,3	02 10,0
Empreg. temp.	01 12,5	01 8,3	02 10,0
Empreg. fixo	02 16,7	02 16,7	04 20,0
TOTAL	08 40,0	12 60,0	20 100,0

N. R. 02

Fonte: P. C./ 77

TABELA Nº 12

Trabalhadores rurais não-proprietários, origem,
Local de moradia

	Local de moradia	
	N.A.	%
Na propriedade	20	91,1
Na cidade	01	4,5
Em terra própria	01	4,5
Total	22	100,0

N.R.

01

Fonte: P.C./77

TABELA Nº 13

Trabalhadores rurais não-proprietários - origem -
utilização da terra para cultivos de subsistência

	Utilização da terra	
	N.A.	%
Sim	12	57,1
Não	09	42,8
Total	21	100,0

N.R.

02

Fonte: P.C./77

TABELA Nº 14

Trabalhadores rurais não-proprietários - Origem -
Propriedade das terras para cultivos de subsistência

	Propriedade das terras	
	N.A.	%
Próprias	01	9,1
Patrão	08	72,7
Outros	02	18,2
Total	11	100,0

N.R.

01

Fonte: P.C./77

TABELA Nº 15

Trabalhadores rurais não-proprietários - Origem
Comercialização.

	Comercialização	
	N.A.	%
Parte	09	42,8
Excedente do consumo	07	33,3
Nada	06	28,6
Total	21	100,0

N.R. 01

Fonte: P.C./77

TABELA Nº 16

Trabalhadores rurais não-proprietários - Origem
Tipo de lavoura.

	N.A.	%
Subsistência	11	47,8
Subsistência + comercial.	09	39,1
Comercial.	03	13,0
Total	23	100,0

Fonte: P.C./77

TABELA Nº 17

Trabalho urbano - Origem
Profissão e vínculo empregatício

Profissão	Vínculo Empregatício			
	auton. s/r.	assal. c/r.	assal. s/r.	total
Atividades qualif. ligd. à ind.	01 50,0	02 50,0	-	03 30,0
Atividades qualif. ligd. aos serv.	01 50,0		02 50,0	03 30,0
Atividades qualif. ligds. à const./rep.		01 25,0		01 10,0
Ajudtes ligds. aos servs.			01 25,0	01 10,0
Domésticas		01 25,0		01 10,0
Serv. pedr.			01 25,0	01 10,0
Total	02 20,0	04 40,0	04 40,0	10 100,0

N.R. 01

Fonte: P.C./77

TABELA Nº 18

Trabalho urbano - origem
Tempo na atividade.

Tempo	3 meses	3 anos	4 a 5 anos	6 a 7 anos	+ que 7 anos	Total
N.A.	01	03	01	02	01	08
%	12,5	37,5	12,5	25,0	12,5	100,0

N.R. 03

Fonte: P.C./77

TABELA Nº 19

DA ETAPA ANTERIOR PARA A ETAPA SELECIONADA

ETAPA ANTERIOR	E T A P A S E L E C I O N A D A												
	PERNAMBUCO	DIST. FED.	PARANÁ	RIO DE JANEIRO	MINAS GERAIS	GOIÁS	BAHIA	SÃO PAULO Capital	SÃO PAULO Interior	ALAGOAS	PARAÍBA	MATO GROSSO	TOTAL
RIO GRANDE DO NORTE	01 100,0 (50,0)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01 100,0 (1,6)
PERNAMBUCO	-	01 33,3 (50,0)	01 33,3 (8,3)	-	-	-	-	-	-	01 33,3 (25,0)	-	-	03 100,0 (4,9)
PARANÁ	-	-	02 50,0 (16,7)	-	-	-	01 25,0 (16,7)	-	01 25,0 (4,8)	-	-	-	04 100,0 (6,6)
MINAS GERAIS	-	-	-	02 33,3 (100,0)	03 50,0 (75,0)	-	-	-	01 16,6 (4,8)	-	-	-	06 100,0 (9,8)
GOIÁS	-	-	-	-	-	01 100,0 (100,0)	-	-	-	-	-	-	01 100,0 (1,6)
BAHIA	-	-	01 14,3 (8,3)	-	-	-	05 71,4 (83,3)	-	-	01 14,3 (25,0)	-	-	07 100,0 (11,5)
RIO DE JANEIRO	-	-	-	-	01 100,0 (25,0)	-	-	-	-	-	-	-	01 100,0 (1,6)
SÃO PAULO - Interior	-	-	08 28,6 (66,7)	-	-	-	-	04 14,3 (80,0)	16 57,1 (76,2)	-	-	-	28 100,0 (45,9)
SÃO PAULO - Capital	-	01 16,7 (50,0)	-	-	-	-	-	-	03 50,0 (14,3)	01 16,7 (25,0)	-	01 16,7 (100,0)	06 100,0 (9,8)
ALAGOAS	01 33,3 (50,0)	-	-	-	-	-	-	01 33,3 (20,0)	-	01 33,3 (25,0)	-	-	03 100,0 (4,9)
PARÁ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01 100,0 (100,0)	-	01 100,0 (1,6)
TOTAL	02 3,3 (100,0)	02 3,3 (100,0)	12 19,7 (100,0)	02 3,3 (100,0)	04 6,6 (100,0)	01 1,6 (100,0)	06 9,8 (100,0)	05 8,2 (100,0)	21 34,4 (100,0)	04 6,6 (100,0)	01 1,6 (100,0)	01 1,6 (100,0)	61 100,0 (100,0)

TABELA Nº 20
Proprietários rurais - Percurso
Produção e Mecanização

Máquinas	PRODUÇÃO		
	Subsistência	Subsist. + com.	Total
Manuais	-	03 42,9	03 37,5
Manuais e traç. anim.	01 100,0	03 42,9	04 50,0
Mecân. e manuais	-	01 14,2	01 12,5
Total	01 12,5	07 87,5	08 100,0

Fonte: P.C./77

TABELA Nº 21
Proprietários rurais - Percurso
O que aconteceu com a propriedade e o motivo da saída

Motivos	Parentes continuam	Vendeu	Perdeu	Total
Falta de documentação	-	-	01 100,0	01 12,5
Não dava para viver	-	02 50,0	-	02 25,0
Para mudar de cidade	01 33,3	01 25,0	-	02 25,0
Outros	02 66,6	01 25,0	-	03 37,5
Total	03 37,5	04 50,0	01 12,5	08 100,0

Fonte: P.C./77

TABELA Nº 22
Proprietários rurais - Percurso
Data e local de saída

	1941 1950	1951 1960	1961 1970	1971 1977	Total
SP	01 50,0	-	01 33,3	-	02 25,0
PR	-	-	01 33,3	02 100,0	03 37,5
BA	-	01 100,0	01 33,3	-	02 25,0
AL	01 50,0	-	-	-	01 12,5
Total	02 25,0	01 12,5	03 37,5	02 25,0	08 100,0

Fonte: P.C./77

TABELA Nº 23
Trabalhadores rurais não-proprietários - percurso
Relação de trabalho e trabalho familiar

Relação de Trabalho	Trabalho Familiar			
	Parte da fam.	Toda a famíl.	Só	Total
Meeiro Parceiro	05 38,5	08 61,5	01 33,3	14 48,3
Arrendatário	02 15,4	01 07,7	-	03 10,3
Empreiteiro	01 07,7	-	-	01 3,4
E. temp. div. propr.	01 07,7	01 07,7	-	02 6,9
Empr. fixo	03 23,1	03 23,1	02 66,6	08 27,6
Colono	01 07,7	-	-	01 3,4
Total	13 44,8	13 44,8	03 10,3	29 100,0

N.R. 03

Fonte: P.C./77

TABELA Nº 24
Trabalhadores rurais não-proprietários - Percurso
Relação de trabalho e forma de recebimento.

Forma de Recebimento	RELAÇÃO DE TRABALHO						Total
	Meeiro/ Parceiro	Arrendatário	Empreiteiro	E. temp. div. prop.	Empr. fixo	Colono	
Dinheiro	-	-	01 100,0	02 75,0	06 75,0	-	09 30,0
Produto	-	-	-	-	02 25,0	01 100,0	03 100,0
Dinheiro e Produto	-	-	-	01 25,0	-	-	01 03,3
Não recebia	14 100,0	03 100,0	-	-	-	-	17 56,7
Total	14 46,7	03 10,0	01 3,3	03 10,0	08 26,7	01 3,3	30 100,0

N.R. 02

Fonte: P.C./77

TABELA Nº 25

Trabalhadores rurais não-proprietários - Percurso
Tipo de produção.

	N.A.	%
Subsistência	03	10,0
Comercial	15	50,0
Subsistência + Comercial	10	33,3
Extrativa	02	6,7
Total	30	100,0

Fonte: P.C./77

TABELA Nº 26

Trabalho urbano - Percurso
Trabalho fixo ou temporário

	N.A.	%
Trabalho fixo	16	84,2
Trabalho temporário	03	15,8
Total	19	100,0

N.R. 03

Fonte: P.C./77

TABELA Nº 27

Trabalho urbano - Percurso
Profissão e vínculo empregatício

	Autônomo s/r.	Assalar. c/r.	Assalar. s/r.	Total
Atividades qualificadas ligadas a indústria	01 50,0	03 33,3	01 11,1	05 25,0
Atividades qualificadas ligadas aos serviços	01 50,0	-	01 11,1	02 10,0
Atividades ligadas à construção e reparação	-	-	01 11,1	01 5,0
Encarregados e superviso- res ligados a produção	-	01 11,1	-	01 5,0
Atividades semi-qualific. ligadas a indústria	-	01 11,1	01 11,1	02 10,0
Atividades semi-qualific. ligadas aos serviços	-	02 22,2	01 11,1	03 15,0
Serventes de pedreiro e ajudantes em geral	-	02 22,1	01 11,1	03 15,0
Domésticas	-	-	03 33,3	03 15,0
Total	02 10,0	09 45,0	09 45,0	20 100,0

N.R. 02

Fonte: P.C./77

TABELA Nº 28

Trabalho urbano - Percurso
Tempo na atividade

Tempo	- 1 ano	1 a 2 anos	3 a 5 anos	7 a 9 anos	Total	N.R.
N.A.	02	07	05	04	18	04
%	11,1	38,9	27,8	22,4	100,0	

Fonte: P.C./77

TABELA Nº 30

Trabalho urbano - Percurso

Data e local de saída

TABELA Nº 29
Trabalho urbano - Percurso
Vínculo empregatício e tempo na atividade

Tempo	V Í N C U L O			
	Autônomo s/r.	Assalar. c/r.	Assalar. s/r.	Total
4 - 5 meses	01 50,0	-	01 2,5	02 10,0
1 a 2 anos	-	04 44,4	03 37,5	07 35,0
3 a 5 anos	-	02 22,2	03 37,5	05 25,0
7 a 9 anos	01 50,0	03 33,3	-	04 20,0
Total	02 10,0	09 50,0	07 38,8	18 100,0

N.R. 2

Fonte: P.C./77

	1931 1940	1941 1950	1951 1960	1961 1970	1971 1977
SP	-	03 37,5	02 25,0	02 25,0	01 12,5
MG				03 75,0	01 25,0
RJ			01 25,0	02 75,0	
PE	01 50,0			01 50,0	
BA				02 100,0	
DF			01 100,0		
MT					01 100,0
TOTAL	01 4,8	03 14,3	04 19,0	10 47,6	03 14,3

N.R. 01

Fonte: P.C./77.

TABELA Nº 31

DA ETAPA SELECIONADA PARA A PRÓXIMA PARADA

ETAPA SELE- CIONA DA	P R Ó X I M A P A R A D A								
	Rto de Janeiro	Paraná	S.Paulo Interior	Alagoas	Exte- rior	Minas Gerais	Sub Total	S.Paulo Capital (Incorporado)	Total
Pernem- buco	01 50,0 (33,3)						01 50,0 (4,8)	01 50,0 (2,5)	02 100,0 (3,3)
Goiás		01 100,0 (33,3)					01 100,0 (4,8)		01 100,0 (1,6)
Minas Gerais	01 20,0 (33,3)						01 20,0 (4,8)	04 80,0 (10,0)	05 100,0 (8,2)
S.Paulo Capital			03 75,0 (25,0)		01 25,0 (100,0)		04 100,0 (19,0)		04 100,0 (6,5)
Rio de Janeiro	01 100,0 (33,3)						01 100,0 (4,8)		01 100,0 (1,6)
Alagoas			01 33,3 (8,3)				01 33,3 (4,8)	02 66,7 (5,0)	03 100,0 (4,9)
Paraná			01 8,3 (8,3)				01 8,3 (4,8)	11 91,7 (27,5)	12 100,0 (19,7)
Parafba				01 100,0 (100,0)			01 100,0 (4,8)		01 100,0 (1,6)
Bahia						01 16,7 (100,0)	01 16,7 (4,8)	05 83,3 (12,5)	06 100,0 (9,8)
S.Paulo Interior		02 8,7 (66,7)	07 30,4 (58,3)				09 39,1 (75,0)	14 60,9 (35,0)	23 100,0 (37,7)
Sub- Total	03 14,3 (100,0)	03 14,3 (100,0)	12 57,1 (100,0)	01 4,8 (100,0)	01 4,8 (100,0)	01 4,8 (100,0)	21 103,0 (100,0)		
Distri- to fede- ral								02 100,0 (5,0)	02 100,0 (3,3)
Mato Grosso								01 100,0 (2,5)	01 100,0 (1,6)
TOTAL	03 5,0 (100,0)	03 5,0 (100,0)	12 19,7 (100,0)	01 1,7 (100,0)	01 1,7 (100,0)	01 1,7 (100,0)	21 34,4 (100,0)	40 65,6 (100,0)	61 100,0 (100,0)

Fonte: P.C./77

TABELA Nº 32

Atividade exercida na última etapa migratória

	Propriet.	Não proprie- tário	Trab. urbano	Trab. rural/urb.	Total	N. Tra- balhou/ NR
São Paulo	03 11,5 (37,5)	11 42,3 (47,8)	09 34,6 (39,1)	03 11,5 (25,0)	26 100,0 (44,8)	01
Paraná	02 18,2 (25,0)	00 72,7 (34,0)	-	01 9,1 (25,0)	11 100,0 (19,0)	01
Bahia	02 40,0 (25,0)	02 40,0 (8,7)	01 20,0 (4,3)	-	05 100,0 (8,6)	-
Pernambuco	-	-	02 100,0 (8,7)	-	02 100,0 (3,4)	-
Distrito Federal	-	-	01 100,0 (4,3)	-	01 100,0 (1,7)	01
Rio de Janeiro	-	-	03 100,0 (13,0)	-	03 100,0 (5,2)	-
Minas Gerais	-	-	04 100,0 (17,4)	-	04 100,0 (6,7)	-
Piauí	01 100,0 (12,5)	-	-	-	01 100,0 (1,7)	-
Alagoas	-	02 66,7 (8,7)	01 33,3 (4,3)	-	03 100,0 (5,2)	-
Mato Grosso	-	-	01 100,0 (4,3)	-	01 100,0 (1,7)	-
Exterior	-	-	01 100,0 (4,3)	-	01 100,0 (1,7)	-
Total	08 13,8 (100,0)	23 39,7 (100,0)	23 39,7 (100,0)	04 6,9 (100,0)	58 100,0 (100,0)	-

N.R. : 01

Fonte: P.C./77

TABELA Nº 33

SITUAÇÃO DE TRABALHO, SEXO E IDADE COM QUE MIGROU - ORIGEM

Situação de Trabalho	SEXO	I D A D E							Total	N.R.
		0 a 5 anos	6 a 10 anos	11 a 15 anos	16 a 20 anos	21 a 25 anos	26 a 30 anos	+ 30 anos		
Proprietários rurais	Masc.	-	01 4,8	02 9,5	04 19,0	07 33,3	03 14,3	04 19,0	21 84,0	01
	Fem.	-	-	-	01 25,0	02 50,0	-	01 25,0	04 16,0	
	Total	-	01 4,0	02 8,0	05 20,0	09 36,0	03 12,0	05 20,0	25 100,0	01
Não-Proprietários rurais	Masc.	-	02 13,3	02 13,3	05 33,3	03 20,0	-	03 20,0	15 62,2	01
	Fem.	01 14,3	-	-	03 42,8	01 14,3	01 14,3	01 14,3	07 31,8	
	Total	01 4,5	02 9,1	02 9,1	08 36,3	04 18,2	01 4,5	04 18,2	22 100,0	01
Trabalhador Urbano	Masc.	-	-	02 25,0	02 25,0	01 12,5	02 25,0	01 12,5	08 72,7	
	Fem.	-	-	01 33,3	01 33,3	-	-	01 33,3	03 27,3	
	Total	-	-	03 27,3	03 27,3	01 9,1	02 18,2	02 18,2	11 100,0	
Não Trabalhou	Masc.	12 37,5	15 46,9	03 9,4	02 6,2	-	-	-	32 64,0	
	Fem.	07 38,9	04 22,2	02 11,1	03 16,7	01 5,5	-	01 5,5	18 36,0	01
	Total	19 38,0	19 38,0	05 10,0	05 10,0	01 2,0	-	01 2,0	50 100,0	01
Total	Masc.	12 15,8	18 23,7	09 11,9	13 17,1	11 14,5	05 6,5	08 10,5	76 70,4	
	Fem.	08 25,0	04 12,5	03 9,4	08 25,0	04 12,5	01 3,1	04 12,5	32 29,6	
	Total	20 18,5	22 20,3	12 11,1	21 19,4	15 13,9	06 5,5	12 11,1	108 100,0	03

Fonte: P.C./77

Sexo e idade da população total

SEXO	I D A D E									Total
	- 1 a 6	7 a 10	11 a 14	15 a 18	19 a 30	31 a 40	41 a 50	51 a 59	+ 60	
Masculino	51 18,7 (64,0)	30 11,0 (50,8)	28 10,3 (50,9)	16 5,9 (34,8)	65 23,8 (46,1)	33 12,1 (51,6)	25 9,2 (56,8)	19 6,6 (48,7)	06 2,2 (42,9)	273 100,0 (50,5)
Feminino	28 10,5 (35,4)	29 10,9 (49,2)	27 10,1 (49,1)	30 11,2 (65,2)	76 28,5 (53,9)	31 11,6 (48,4)	19 7,1 (43,2)	20 7,5 (51,3)	8 3,0 (57,1)	268 100,0 (49,5)
TOTAL	79 14,6 (100,0)	59 10,9 (100,0)	55 10,2 (100,0)	46 8,5 (100,0)	141 26,1 (100,0)	64 11,8 (100,0)	44 8,1 (100,0)	39 7,2 (100,0)	14 2,6 (100,0)	541 100,0 (100,0)

TABELA 35 - IDADE E ESCOLARIDADE

IDADE	ESCOLARIDADE			TOTAL	N.R.
	Analfabeto	Estuda	Não Estuda		
7 a 10	0 5 10,4 (8,6)	3 9 81,2 (35,8)	0 4 8,3 (1,5)	4 8 100,0 (11,3)	1 0
11 a 14	0 1 1,8 (1,7)	4 2 77,7 (38,9)	1 1 20,4 (4,2)	5 4 100,0 (12,7)	---
15 a 18	0 3 6,8 (5,2)	1 3 29,5 (11,9)	2 8 63,6 (10,9)	4 4 100,0 (10,3)	---
19 a 30	0 4 2,9 (6,9)	1 1 7,9 (10,1)	12 4 89,2 (48,1)	13 9 100,0 (32,7)	---
+ 30	4 3 32,1 (77,6)	0 4 2,8 (3,7)	9 1 63,0 (33,3)	14 0 100,0 (33,0)	0 2
TOTAL	5 8 13,6	10 9 25,6	25 8 60,7	42 5 100,0	1 2

Fonte - Pesquisa de Campo - 77

TABELA 36 - IDADE E ESCOLARIDADE - POPULAÇÃO TOTAL

IDADE	Não estuda mais					Estuda			13 a 4a	5a 8a	acima 8a	TOTAL	NR
	Analfabeto	Alfabetizado	PI	PC	Ginásial	Colegial	Superior	PRÉ-CRÉCHE					
1 a 6 ANOS	----	----	----	----	----	----	----	0 3 75,0 (100,0)	0 1 25,0 (1,5)	----	----	0 4 100,0 (0,9)	8 9
7 a 10	0 5 10,4 (8,6)	----	0 4 8,3 (5,4)	----	----	----	----	----	3 9 81,2 (58,2)	----	----	4 8 100,0 (11,2)	1 0
11 a 14	0 1 1,8 (1,7)	0 2 3,7 (10,0)	0 5 9,2 (6,8)	0 2 3,7 (1,8)	0 2 3,7 (4,4)	----	----	----	2 3 42,6 (34,3)	1 9 35,1 (61,3)	----	5 4 100,0 (12,6)	0 0
15 a 18	0 3 6,8 (5,2)	0 1 2,3 (5,0)	0 6 13,6 (8,1)	1 0 22,7 (9,2)	0 8 18,2 (17,8)	0 3 6,8 (37,5)	----	----	0 2 4,5 (3,0)	0 9 20,4 (29,0)	0 2 (16,7)	4 4 100,0 (10,3)	0 0
19 a 30	0 4 2,9 (6,9)	0 6 4,3 (30,0)	2 8 18,7 (35,1)	6 0 43,2 (55,0)	2 8 20,1 (62,2)	0 4 2,9 (30,0)	----	----	0 2 1,4 (3,0)	0 3 2,1 (9,7)	0 6 4,3 (50,0)	13 9 100,0 (93,3)	0 0
31 a 40	1 0 16,1 (1,9)	0 4 6,4 (20,0)	1 4 22,6 (18,9)	2 6 41,9 (23,9)	0 5 8,1 (11,1)	0 1 1,6 (12,5)	----	----	----	0 0 ----	0 2 3,2 (16,7)	6 2 100,0 (14,5)	0 1
41 a 50	1 4 34,1 (3,6)	0 4 9,7 (20,0)	1 3 31,7 (17,6)	0 7 17,0 (6,4)	0 2 4,9 (4,4)	----	----	----	----	----	0 1 2,4 (8,3)	4 1 100,0 (9,5)	0 0
51 a 60	1 0 5,6 (1,9)	----	0 4 22,2 (5,4)	0 4 22,2 (21,1)	----	----	----	----	----	----	----	1 8 100,0 (4,2)	0 1
+ 60	1 1 57,9 (19,0)	0 3 15,8 (15,8)	0 2 10,5 (2,7)	----	----	0 2 10,5 (100,0)	----	----	----	----	0 1 5,3 (8,3)	1 9 100,0 (4,4)	0 0
TOTAL	5 8 13,5	2 0 4,7	7 4 17,2	10 9 25,4	4,5 10,5	0 8 1,9	0 2 0,5	0 3 0,7	6 7 15,6	3 1 7,2	1 2 2,8	42 9 100,0	10 1

FONTE: PESQUISA DE CAMPO - 77

TABELA Nº 37

Renda familiar e número de pessoas na família

Salário	Número de Pessoas											Total
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	+ 10 a 14	
Menos de 1 sal. mínimo (s.m.)	01 33,3 (50,0)	01 33,3 (9,0)						01 33,3 (20,0)				03 100,0 (2,7)
+ 1 a 2 S.M.	01 5,3 (50,0)	04 21,0 (37,3)	05 26,3 (25,0)	03 15,8 (14,3)	03 15,8 (13,0)	01 5,3 (8,3)	01 5,3 (33,3)	01 5,3 (20,0)				19 100,0 (8,2)
+ 2 a 3 S.M.		01 5,0 (9,0)	07 35,0 (35,0)	06 30,0 (28,6)	03 15,0 (13,0)	02 10,0 (16,6)	01 5,0 (33,3)					20 100,0 (18,4)
+ 3 a 5 S.M.		02 5,5 (18,1)	05 13,8 (25,0)	09 25,0 (42,8)	10 27,7 (43,4)	03 8,3 (25,0)	01 2,8 (33,3)		02 5,5 (50,0)	03 8,3 (60,0)	01 2,8 (100,0)	36 100,0 (33,0)
+ 5 a 7 S.M.		01 7,1 (9,0)	02 14,3 (10,0)	03 21,4 (14,3)	03 21,4 (13,0)	03 21,4 (25,0)		01 7,1 (20,0)			01 7,1 (100,0)	14 100,0 (12,8)
+ 7 a 10 S.M.			01 10,0 (5,0)		03 30,0 (13,0)	02 20,0 (16,6)		01 10,0 (20,0)	01 10,0 (25,0)	02 20,0 (40,0)		10 100,0 (9,2)
+ 10 a 13 S.M.		02 50,0 (18,1)				01 25,0 (8,3)		01 25,0 (20,0)				04 100,0 (3,7)
+ 13 a 15 S.M.					01 50,0 (4,3)				01 50,0 (25,0)			02 100,0 (1,8)
Total	02 1,8 (100,0)	11 10,1 (100,0)	20 18,3 (100,0)	21 19,3 (100,0)	23 21,1 (100,0)	12 11,0 (100,0)	03 2,7 (100,0)	05 4,6 (100,0)	04 3,7 (100,0)	05 4,6 (100,0)	02 1,8 (100,0)	109 100,0 (100,0)

OBS: Média de pessoas por família - 4,8

Fonte: P.C./77

TABELA Nº 38 - IDADE E SITUAÇÃO DE TRABALHO

IDADE	SITUAÇÃO DE TRABALHO										TOTAL
	Trabalha	Prendas Domést.	Desemp. c/ativ.	Desemp. proc. emprego	Desemp. não proc. emprego	Aposent. c/ativ.	Aposent. Seguro	Nunca trab. > q. 14	Nunca trab. ent. 11/14	Já trab. não trab. +	
de 11 a 14	0 7 13,2	----	0 1 1,9	----	----	----	----	----	4 2 79,2	0 3 5,7	3 3 14,1
de 15 a 18	2 9 64,4	0 3 66,6	----	0 4 88,8	0 2 4,4	----	----	1 7 13,3	----	0 1 2,2	4 3 11,9
de 19 a 30	10,4 75,4	2 4 17,4	0 1 0,7	0 2 1,5	0 3 3,6	----	----	0 1 1,5	----	0 1 1,5	13 8 36,6
de 31 a 40	4 5 72,6	1 4 22,5	0 1 1,6	----	----	0 2 3,2	----	----	----	----	6 2 16,4
de 41 a 50	2 8 63,6	1 2 27,3	0 1 2,3	----	----	----	0 3 6,8	----	----	----	4 4 11,7
+ 51	1 5 42,9	1 1 31,4	----	0 1 2,9	----	0 1 2,9	0 7 20,0	----	----	----	3 3 9,3
TOTAL	22 8 60,5	6 4 17,0	0 4 1,1	0 7 1,8	0 7 1,8	0 3 0,8	1 0 2,6	1 8 4,7	4 2 10,9	0 5 1,3	37 7 100,0

N.R. 26

Fonte: P.C./77

TABELA Nº 39- Sexo e Situação de Trabalho

SEXO	Situação de trabalho						TOTAL
	Trabalha	Desemp. c/Atividade	Desemp. pregação	Prendas Domésticas	Nunca Trabalhou > q. 14	Já trabalhou n/ trabalhou	
MASC.	13 4 88,2	0 4 2,6	0 5 3,3	----	0 6 3,9	0 3 2,0	15 2 100,0 45,6
FEMIN.	9 4 51,9	----	0 9 5,0	6 4 35,4	1 2 6,6	0 2 1,1	18 1 100,0 54,4
TOTAL	22 8 68,5	0 4 1,2	1 4 4,2	6 4 19,2	1 8 5,4	0 5 1,5	33 3 100,0

Fonte: P.C./ 77

TABELA Nº 40
 IDADE E OCUPAÇÃO ATUAL
 POPULAÇÃO TOTAL E MIGRANTE SELECIONADO
 POPULAÇÃO TOTAL

Idade	Sem especiali- zação	Semi-es- pecializ.	Especiali- zadas	+ Especializ.	Total
11 a 14	06 75,0 (5,6)	01 12,5 (2,9)	01 12,5 (1,2)	-	08 100,0 (3,4)
15 a 18	18 62,1 (16,8)	05 17,2 (14,7)	06 20,7 (7,0)	-	29 100,0 (12,2)
19 a 30	38 35,8 (35,5)	20 18,9 (58,8)	41 38,7 (47,7)	07 6,7 (63,6)	106 100,0 (44,5)
31 a 40	19 38,8 (17,7)	04 8,2 (11,8)	23 46,9 (26,7)	03 6,1 (27,3)	49 100,0 (20,6)
41 a 50	15 51,7 (14,0)	02 6,9 (5,8)	11 37,9 (12,8)	01 3,4 (9,1)	29 100,0 (12,2)
+ 50 anos	11 64,7 (10,3)	02 11,8 (5,8)	04 23,5 (4,6)	-	17 100,0 (7,1)
Total	107 44,9 100,0	34 14,3 100,0	86 36,1 100,0	11 4,6 100,0	238 100,0 100,0
MIGRANTE SELECIONADO					
19 a 30	07 24,1 (18,9)	04 13,8 (44,4)	16 55,2 (34,8)	02 6,9 (40,0)	29 100,0 (29,9)
31 a 40	11 34,3 (29,7)	01 3,1 (11,1)	18 56,2 (39,1)	02 6,2 (40,0)	32 100,0 (33,0)
41 a 50	11 50,0 (29,7)	02 9,1 (22,2)	08 36,4 (17,4)	01 4,5 (20,0)	22 100,0 (22,7)
51 a 59	05 71,4 (13,5)	-	02 28,6 (4,3)	-	07 100,0 (7,2)
+ 60 anos	03 42,8 (8,1)	02 28,6 (22,2)	02 28,6 (4,3)	-	07 100,0 (7,2)
Total	37 38,1 100,0	09 9,3 100,0	46 47,4 100,0	05 5,2 100,0	97 100,0 100,0

Nºs/nenhuma observação : 15
 Fonte: P.C./77

TABELA 41 - Sexo e Ocupação Atual

SEXO	Sem especialização	Semi-especializadas	Especializadas	+ Especializadas	TOTAL
Masculino	53 38,7 (51,4)	17 12,0 (50,0)	63 44,4 (74,1)	07 4,9 (63,6)	14,2 100,0 (59,9)
Feminino	52 54,7 (48,6)	17 17,9 (50,0)	22 23,1 (25,9)	04 4,2 (36,4)	95 100,0 (40,1)
TOTAL	107 45,1	34 14,3	85 35,9	11 4,6	237 100,0

TABELA 42 - RAMO DE ATIVIDADE

	RAMOS DE ATIVIDADE	FREQ.	%
INDÚSTRIAS	MECÂNICA E METAL. Química e farmacêut. VIDROS E PORCELANA	64	27,9
	FIÇÃO E TECELAGEM VESTUÁRIO, ALIMENT.	30	13,1
	CONSTRUÇÃO E MOBILIÁRIO	18	7,9
	O U T R A S	05	2,2
	Sub - TOTAL	117	51,1
	Comércio, Transporte e Armazenagem	38	16,6
TERCIÁRIO	Ocupações domést. remunerados	18	7,9
	Serviços pessoais	18	7,9
	Serviços públicos e cias. mistas	21	9,2
	Empresas prestação de serviços	02	0,9
	Sub - TOTAL	97	42,3
	Oficinas de reparação	02	0,9
	Serviços de reparação e/ou construção	08	3,5
	Pequena manufatura	04	1,8
	Atividades mal definidas	01	0,4
	Sub - TOTAL	15	6,6
TOTAL		229	100,0

TABELA 43- Ocupação Atual e Salário mensal (pop. total)

	menos 1 sal. m.	1 a 2 sal. m.	2 a 3 sal. m.	3 a 4 sal. m.	+ 5 sal. m.	TOTAL
1 Ajudantes	03 8,6 (10,0)	28 80,0 (26,9)	03 8,6 (12,0)	01 2,8 (2,3)	****	35 100,0 (16,1)
2 Faxineiros, limpadores de jardim e similares	07 33,3 (23,3)	12 57,1 (11,5)	01 4,8 (4,0)	****	01 4,8 (6,7)	21 100,0 (9,6)
3 Domésticas	11 64,7 (36,7)	06 35,3 (5,8)	****	****	****	17 100,0 (7,8)
4 Outros trabalhos sem especialização	03 14,3 (10,0)	08 38,1 (7,7)	03 14,3 (12,0)	05 28,5 (13,6)	01 4,8 (6,7)	21 100,0 (9,6)
5 Costureiras	01 10,0 (3,3)	07 70,0 (6,7)	****	01 10,0 (2,3)	01 10,0 (6,7)	10 100,0 (4,6)
6 Outros trabalhos c/ pequeno treinamento ou especialização	03 9,1 (10,0)	16 48,5 (15,4)	04 12,1 (16,0)	09 27,3 (20,4)	01 3,0 (6,7)	33 100,0 (15,1)
7 Trabalhadores com treinamento ou especialização	02 3,5 (6,7)	22 38,6 (21,1)	10 17,5 (40,0)	17 29,8 (38,6)	06 10,5 (40,0)	57 100,0 (26,1)
8 Trabalhadores especializados ou treinados na construção civil	****	03 27,3 (2,9)	03 27,3 (12,0)	02 18,2 (4,6)	03 27,3 (20,0)	11 100,0 (5,0)
9 Trabalhadores mais especializa- dos (chefes, superv.) e comerciantes	****	02 15,4 (1,9)	01 7,7 (4,0)	08 61,5 (18,2)	02 15,4 (13,3)	13 100,0 (6,0)
TOTAL	30 13,8	104 47,7	25 11,4	44 20,2	15 6,9	218 100,0

Fonte: Pesquisa de Campo/ 1977 -

OCUPAÇÃO ATUAL E VÍNCULO EMPREGATÍCIO

Vínculo Atividades	POPULAÇÃO TOTAL					MIGRANTE SELECIONADO				
	assal. c/reg.	assal. s/reg.	autônomo	não rece- bia (#)	Total	assal. c/reg.	assal. s/reg.	c/reg. autônomo	s/reg. autônomo	Total
Ajudantes	32 86,5 (19,7)	03 8,1 (11,5)	02 5,4 (4,4)	-	37 100,0 (15,7)	08 88,9 (11,9)	-	-	01 11,1 (6,3)	09 100,0 (9,4)
Faxineiros, limpa- dores de jardim e similares	12 54,5 (7,4)	02 9,1 (7,7)	08 36,4 (17,8)	-	22 100,0 (9,4)	07 58,3 (10,4)	-	-	05 41,7 (31,3)	12 100,0 (12,5)
Domésticas	07 41,2 (4,3)	08 47,0 (3,1)	02 11,8 (4,4)	-	17 100,0 (7,2)	01 50,0 (1,5)	01 50,0 (12,5)	-	-	02 100,0 (2,1)
Outros trabalhos sem especializa- ção	17 58,6 (10,5)	01 3,4 (3,8)	11 37,9 (24,4)	-	29 100,0 (12,3)	10 71,4 (14,9)	-	01 7,1 (20,0)	03 21,4 (18,8)	14 100,0 (14,6)
Costureiras	05 45,5 (3,1)	03 27,3 (11,5)	03 27,3 (6,7)	-	11 100,0 (4,6)	-	01 33,3 (12,5)	-	02 66,7 (12,5)	03 100,0 (3,1)
Outros trabs. c/ peq.nível de treh. ou especialização	28 82,4 (17,3)	02 5,9 (7,7)	04 11,8 (8,9)	-	34 100,0 (14,5)	06 66,7 (9,0)	02 22,2 (25,0)	-	01 11,1 (6,3)	09 100,0 (9,4)
Trabalhadores c/ treinamento ou especial	45 77,6 (27,8)	07 12,1 (26,9)	06 10,3 (13,3)	-	58 100,0 (24,7)	27 81,8 (40,3)	04 12,1 (50,0)	-	02 6,1 (12,5)	33 100,0 (34,4)
Trabalhadores es- pecializ. ou trei- nad.na constr.civ.	05 41,7 (3,1)	-	07 58,3 (15,5)	-	12 100,0 (5,1)	03 37,5 (4,5)	-	03 37,5 (60,0)	02 25,0 (12,5)	08 100,0 (8,3)
Trab. mais espec. (chefes, superviz.) e comerciantes	11 73,3 (6,8)	-	02 13,3 (4,4)	02 13,3 (100,0)	15 100,0 (6,4)	05 83,3 (7,5)	-	01 16,7 (20,0)	-	06 100,0 (6,2)
TOTAL	162 (68,9) (100,0)	26 11,1 (100,0)	45 19,1 (100,0)	02 0,8 (100,0)	235 100,0 (100,0)	67 69,8 (100,0)	08 8,3 (100,0)	05 5,2 (100,0)	16 16,7 (100,0)	96 100,0 (100,0)

TABELA 45 - IDADE E TRABALHO
REGULAR E TEMPORÁRIO

IDADE	Trabalho Regular	Trabalho Tempor.	TOTAL
11 a	0 3	0 5	0 8
14	37,3 (1,5)	62,5 (17,9)	100,0 (3,4)
15 a	2 8	0 1	2 9
18	98,6 (13,6)	3,4 (3,6)	100,0 (12,4)
19 a	9 6	0 8	10 4
30	92,3 (46,6)	7,7 (28,6)	100,0 (44,4)
31 a	4 2	0 6	4 8
40	87,5 (20,4)	12,5 (21,4)	100,0 (20,5)
41 a	2 6	0 3	2 9
50	89,7 (12,8)	10,3 (10,7)	100,0 (12,4)
+ 51 anos	1 1 88,8 (5,3)	0 5 31,2 (17,9)	1 6 100,0 (6,8)
TOTAL	20 6 88,0	2 8 12,0	23 4 100,0

Fonte: Pesquisa de Campo/ 1977

TABELA 46 - IDADE DO TRABALHADOR
E VÍNCULO EMPREGATÍCIO

IDADE	Assal. c/ reg.	Assal. s/ reg.	Autônomo c/ reg.	Autônomo s/ reg.	Ajuda aos pais	TOTAL
11 a	----	0 1	----	0 6	0 1	0 8
14		12,5 (3,8)		75,0 (16,2)	12,5 (50,0)	100,0 (3,4)
15 a	2 1	0 7	----	0 1	----	2 9
18	72,4 (12,9)	24,1 (26,9)		3,4 (2,7)		100,0 (12,3)
19 a	8 2	0 9	0 2	1 3	----	10 6
30	77,4 (50,3)	8,5 (34,6)	1,9 (25,0)	12,3 (35,1)		100,0 (44,9)
31 a	3 5	0 2	0 2	0 8	0 1	4 8
40	72,9 (21,5)	4,1 (7,7)	4,1 (25,0)	18,7 (21,6)	2,1 (50,0)	100,0 (20,3)
41 a	1 8	0 4	0 3	0 4	----	2 9
50	62,1 (11,0)	15,8 (15,4)	10,3 (37,5)	13,8 (15,8)		100,0 (12,3)
51 a	0 4	0 1	----	0 3	----	0 8
59	60,0 (2,5)	12,5 (3,8)		37,5 (8,1)		100,0 (3,4)
+ 60 anos	0 3 37,5 (1,8)	0 2 25,0 (7,7)	0 1 12,5 (12,5)	0 2 25,0 (5,4)	----	0 8 100,0 (3,4)
TOTAL	16 3 69,1	2 6 11,0	0 8 3,4	3 7 15,7	0 2 0,8	23 6 100,0

Fonte: Pesquisa de Campo/ 1977

TABELA 47 - Ocupação atual e horas de trabalho semanal

Ocupação	População Total						TOTAL
	10 a 21 horas	30 a 38 horas	48 horas	50 a 60 horas	61 a 82 horas	VARIA	
Sem Especialização	0 4 4,2 (66,6)	0 2 2,1 (22,2)	5 4 57,4 (38,3)	1 6 17,0 (57,1)	0 3 3,2 (25,0)	1 5 15,9 (65,2)	9 4 100,0 (42,9)
Especializadas Semi-	----	0 4 12,5 44,4	2 6 81,3 (18,4)	0 1 3,1 (3,6)	----	0 1 3,1 (4,3)	3 2 100,0 (14,8)
Especializadas	0 2 2,4 (33,3)	0 3 3,6 (33,3)	5 2 63,4 (36,9)	1 0 12,2 (35,7)	0 8 9,7 (66,7)	0 7 8,5 (30,4)	8 2 100,0 (37,4)
+ Especializadas	----	----	0 9 81,8 (6,4)	0 1 9,1 (3,8)	0 1 9,1 (8,3)	----	1 1 100,0 (5,0)
TOTAL	0 6 2,7	0 9 4,1	14 1 64,4	2 8 12,8	1 2 5,3	2 3 10,5	21 9 100,0

Fonte: Pesquisa de Campo/ 1977

TAB. 48 - TEMPO DE DESEMPREGO

TEMPO	FREQ.	%
- 41 dias	02	14,2
1 mês	03	21,5
2 meses	02	14,2
3 meses	02	14,2
5 a 8 meses	02	14,2
+ 2 anos	03	21,5
TOTAL	14	100,0
N.R.	03	

Fonte: pesq. campo/ 1977

TAB. 49 MOTIVO DO DESEMPREGO

MOTIVO	FREQ.	%
Despedido	01	23,5
Doença	03	17,6
Pediu a Conta	04	23,5
Alistamento Militar	03	17,6
Outros	03	17,6
TOTAL	17	100,0

TABELA 50 Material de Construção

Casa Atual	Casa Anterior				
	Alvenaria	Madeira	Favela	Outros	TOTAL
Alvenaria	7,2 83,7 (81,8)	1,0 11,6 (66,6)	0,3 3,5 (100,0)	0,1 1,1 (100,0)	8,6 100,0 (78,0)
Madeira	1,5 68,1 (17,0)	0,5 22,7 (33,3)			2,2 100,0 (20,2)
Alv. e Madeira	0,1 100,0 (1,1)	****	****	****	0,1 0,9 (100,0)
TOTAL	8,8 80,7	1,5 13,8	0,3 2,7	0,1 0,9	10,9 100,0

Fonte: P.C./77 (S/ informação: 02)

TABELA Nº 51

ONDE MORAVA ANTES E MOTIVOS DA ESCOLHA DO LOCAL

Motivos onde morava antes	comprou casa/terreno no local	não podia pagar aluguel, aluguel mais barato.	melhores cond. de empr. e de vida	proximidade do trabalho	teve de sair, não dava p/morar c/parentes	proxim. parentes, indicação conhecidos	gostou, acostumou	Casa/terreno melhor	Casem, desq., separaç. não foi escolhida	Outros	Total
No bairro	03 15,0 (7,7)	06 30,0 (75,0)	-	-	04 20,0 (36,4)	02 10,0 (25,0)	01 5,0 (16,7)	-	03 15,0 (42,8)	01 5,0 (20,0)	20 100,0 (20,6)
Bairro vizinho	07 63,6 (17,9)	-	-	-	01 9,1 (9,1)	02 18,2 (25,0)	-	-	-	01 9,1 (20,0)	11 100,0 (11,3)
Outro bairro mais central	12 50,0 (30,8)	-	-	-	02 8,3 (18,2)	02 8,3 (25,0)	04 16,6 (66,6)	03 12,5 (100,0)	01 4,2 (14,3)	-	24 100,0 (24,7)
Outro bairro mais periférico	14 63,6 (35,9)	02 9,1 (25,0)	01 4,5 (16,7)	02 9,1 (50,0)	01 4,5 (9,1)	-	-	-	02 9,1 (28,6)	-	22 100,0 (22,6)
Outro município de Grande São Paulo	01 25,0 (2,6)	-	01 25,0 (16,7)	01 25,0 (25,0)	01 25,0 (9,1)	-	-	-	-	-	04 100,0 (4,1)
Outro Estado	02 22,2 (5,2)	-	04 44,4 (66,6)	-	-	01 11,1 (12,5)	-	-	01 11,1 (14,3)	01 11,1 (20,0)	09 100,0 (9,3)
Outro Município de São Paulo	-	-	-	01 14,3 (25,0)	02 28,5 (18,2)	01 14,3 (12,5)	01 14,3 (16,7)	-	-	02 28,5 (40,0)	07 100,0 (7,2)
Favela - USP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	59 40,2 (100,0)	08 8,2 (100,0)	06 6,2 (100,0)	04 4,1 (100,0)	11 11,3 (100,0)	08 8,2 (100,0)	06 6,2 (100,0)	03 3,1 (100,0)	07 7,2 (100,0)	05 5,2 (100,0)	97 100,0 (100,0)

Fonte: P.C./77

Tabela 52. Material de Construção e Ocupação de Imóvel

MATERIAL	Ocupação		TOTAL
	Familiar	Coletiva Cortiço	
Alvenaria	38 42,7 (84,4)	51 57,3 (77,3)	89 100,0 (80,2)
Madeira	06 28,6 (13,3)	15 71,4 (22,7)	21 100,0 (18,9)
Alvenaria e Madeira	01 100,0 (2,2)	=====	01 100,0 (0,9)
TOTAL	45 40,5	66 59,5	111 100,0

Fonte: P. de Campo/ 1977

Tabela 53. Ocupação de terreno e uso comum do banheiro

	1 família	2 famílias	3 famílias	+ 4 famílias	TOTAL
Familiar	36 85,7 (50,0)	04 9,5 (19,0)	01 2,4 (10,0)	01 2,4 (20,0)	42 100,0 (38,9)
Coletiva-Cortiço	36 54,5 (50,0)	17 25,8 (81,0)	09 13,6 (90,0)	04 6,1 (80,0)	66 100,0 (61,1)
TOTAL	72 66,6	21 19,4	10 9,3	05 4,6	108 100,0

Fonte: P. C. /77 (S/ informação: 03)

TABELA Nº 54

DOMICÍLIO POR LOTE	NÚMERO DE DOMICÍLIOS POR LOTE																TOTAL UNIV.	TOTAL PESQ.	TOTAL UNIV.	TOTAL PESQ.
	ÁREA A				ÁREA B				ÁREA C				ÁREA D							
	UNIVERSO		PESQUISA		UNIVERSO		PESQUISA		UNIVERSO		PESQUISA		UNIVERSO		PESQUISA					
	N.A.	%	N.A.	%	N.A.	%	N.A.	%	N.A.	%	N.A.	%	N.A.	%	N.A.	%				
1	421	62,0	20	53,0	219	42,0	11	39,0	191	45,8	9	40,9	246	41,5	11	33,3	1079	51	48,9	45,5
2	122	19,0	9	23,0	150	29,0	10	35,0	148	35,5	8	36,0	232	39,1	5	45,5	652	32	29,5	28,6
3	66	9,7	7	18,0	90	18,0	5	17,0	51	12,2	3	13,6	45	7,6	3	9,1	252	18	11,4	16,1
4	28	4,0	1	3,0	40	7,5	2	6,0	12	2,9	-	---	48	8,1	4	12,1	128	7	5,8	6,2
5	30	4,4	1	3,0	10	1,9	1	3,0	15	3,6	2	9,0	15	2,5	-	---	70	4	3,2	3,6
6	6	0,8	-	---	12	2,2	-	---	-	---	-	---	-	---	-	---	18	-	0,8	-
7	-	---	-	---	-	---	-	---	-	---	-	---	7	1,1	-	---	7	-	0,3	-
TOTAL	675		38		531		29		417		22		593		33		2206	112	100,0	100,0

Fonte P.C./ 77

TABELA 55 - Material de Construção e Forma de Aquisição

	Compra Fronta	Compra Semi-Fronta	Construiu Matirão	Contratos Espreiteiro	Contratos Pedreiro	Construiu Cozinha	Ganhou	TOTAL
Alvenaria	0 9 18,0 (90,0)	0 7 14,0 (87,5)	1 0 20,0 (76,9)	0 2 4,0 (100,0)	0 8 16,0 (100,0)	1 2 24,0 (80,0)	0 2 4,0 (100,0)	5 0 100,0 (86,2)
Madeira	0 1 14,3 (13,0)	0 1 14,3 (12,5)	0 2 28,5 (15,4)	==== ==== ====	==== ==== ====	0 3 42,9 (20,0)	==== ==== ====	0 7 100,0 (12,1)
Alvenaria e Madeira	==== ==== ====	==== ==== ====	0 1 100,0 (7,7)	==== ==== ====	==== ==== ====	==== ==== ====	==== ==== ====	0 1 100,0 (1,7)
TOTAL	1 0 (17,2)	0 8 (13,8)	1 3 (22,4)	0 2 (3,4)	0 8 (13,8)	1 5 (25,9)	0 2 (3,4)	5 8 (100,0)

Fonte P.C./ 77

TABELA 56 - Material de Construção e Acabamento

	Totalmente Construída	Inacabada	Aplicação Reforma	TOTAL
Alvenaria	5 6 62,9 (100,0)	2 9 32,6 (56,9)	0 4 4,5 (100,0)	8 9 100,0 (80,2)
Madeira	==== ==== ====	2 1 100,0 (41,1)	==== ==== ====	2 1 100,0 (18,9)
Alvenaria e Madeira	==== ==== ====	0 1 100,0 (2,0)	==== ==== ====	0 1 100,0 (0,9)
TOTAL	5 6 50,5	5 1 45,9	0 4 3,6	11 1 100,0

Fonte P.C./ 77

TABELA 57 - Material de Construção e Divisões Internas

	1 Cômodo	1 quarto e cozinha	2 quartos e cozinha	3 quartos e cozinha	1 quarto, sala e cozinha	2 quartos, sala e cozinha	3 quartos, sala e cozinha	TOTAL
Alvenaria	0 7 8,1 (63,6)	3 6 41,9 (76,6)	0 4 4,6 (57,1)	==== ==== ====	1 9 22,1 (90,5)	1 5 17,4 (93,8)	0 5 5,8 (100,0)	8 6 100,0 (79,6)
Madeira	0 4 19,0 (36,4)	1 1 52,3 (23,4)	0 3 14,2 (42,9)	==== ==== ====	0 2 9,5 (9,5)	0 1 4,0 (6,2)	==== ==== ====	2 1 100,0 (19,4)
Alvenaria e Madeira	==== ==== ====	==== ==== ====	==== ==== ====	0 1 100,0 (100,0)	==== ==== ====	==== ==== ====	==== ==== ====	0 1 100,0 (0,9)
TOTAL	1 1 10,2	4 7 43,5	0 7 6,5	0 1 0,9	2 1 19,4	1 6 14,8	0 5 4,6	10 8 100,0

Fonte: P.C./ 77 - (S/ informação: 03)

TABELA nº 58 - Material de Construção e área construída

	6 a 20 m.2	21 a 40 m.2	41 a 60 m.2	61 a 70 m.2	71 a 125 m.2	+ 200 m.2	TOTAL
Alvenaria	23 26,7 (65,7)	30 34,8 (75,0)	16 18,6 (94,1)	0,5 5,8 (100,0)	0,8 9,3 (100,0)	0,4 4,6 (100,0)	86 100,0 (78,9)
Madeira	12 34,3 (34,3)	10 45,4 (25,0)	****	****	****	****	22 100,0 (20,2)
Alvenaria e Madeira	****	****	01 100,0 (5,2)	****	****	****	01 100,0 (0,9)
TOTAL	35 32,1	40 36,7	17 15,6	0,5 4,6	0,8 7,3	0,4 3,6	10,9 100,0

Fonte: P.C./77 (S/ nenhuma informação: - 0 2)

TABELA nº 59 - Material de construção e Localização do banheiro

	Dentro	Fora	Não tem	TOTAL
Alvenaria	42 52,5 (100,0)	37 46,2 (63,8)	01 1,3 (100,0)	80 100,0 (79,2)
Madeira	****	20 100,0 (34,5)	****	20 100,0 (19,8)
Alvenaria e Madeira	****	01 100,0 (1,7)	****	01 100,0 (1,0)
TOTAL	42 41,6	58 57,4	01 1,0	101 100,0

Fonte P.C./77 (s/ nenhuma informação: - 1 0)

TABELA nº 60 - Material de Construção e Forma de Abastecimento de Água

	Rede	Rede emprest.	Poço c/ bomba	Poço s/ bomba	Rede e Poço	Torneira emprest.	TOTAL
Alvenaria	61 70,1	02 2,3	03 3,4	07 8,0	13 14,9	01 1,1	87 100,0
Madeira	14 66,6	03 14,3	****	****	04 19,0	****	21 100,0
Alvenaria e Madeira	****	****	****	****	01 100,0	****	01 100,0
TOTAL	75 68,8	05 4,6	03 2,7	07 6,4	18 16,5	01 0,9	109 100,0

Fonte: P.C./77 (s/ informação: 0 2)

TABELA nº 61 - Material de Construção e Forma de Abastecimento de Luz

	Rede	Rede emprest.	TOTAL
Alvenaria	81 94,2 (82,7)	05 5,8 (50,0)	86 100,0 (79,6)
Madeira	16 76,1 (16,3)	05 23,8 (50,0)	21 100,0 (19,4)
Alvenaria e Madeira	01 100,0 (1,0)	****	01 100,0 (0,9)
TOTAL	98 90,7	10 9,3	108 100,0

Fonte: P.C./77 (s/ nenhuma informação: 0 3)

TABELA nº 62 - Material de Construção e Utilização de Esgoto

	Rede	Fossa	Não tem	Canaliz. direta	TOTAL
Alvenaria	13 17,8 (69,2)	64 78,1 (77,1)	03 3,5 (75,0)	02 2,4 (100,0)	84 100,0 (79,2)
Madeira	02 9,5 (11,8)	18 85,7 (21,7)	01 4,8 (25,0)	****	21 100,0 (19,8)
Alvenaria e Madeira	****	01 100,0 (1,2)	****	****	01 100,0 (0,9)
TOTAL	17 16,0	83 78,3	04 3,8	02 1,8	106 100,0

S/ nenhuma obs. 0 5
Fonte: Pesquisa de Campo/ 1977

TABELA 63 - Data da Construção da Habitação N.A.

1977 a 1974	12	26,6
1970 a 1966	20	44,4
1965 a 1961	10	22,2
Década de 50	02	4,4
Antes de 50	01	2,2
TOTAL	45	100,0

Fonte: P.C./ 77 (Nº : s/ informação - 66)

TABELA 64 - Data da Compra e forma de Aquisição

	Casa		Terreno		TOTAL
	a vista	a prazo	a vista	a prazo	
1977 1 m. a 1 ano	****	01 100,0 (2,3)	****	****	01 100,0 (1,9)
	1975-1972 2 a 5 anos	01 12,5 (20,0)	07 87,5 (58,3)	****	****
1969 2 1962 8 a 15 anos	04 8 a	03 57,1 (80,0)	****	****	07 100,0 15,0
	1959 a 1950 18 a	01 100,0 (8,3)	****	****	01 100,0 1,9
1977-1970 1 a 7 anos	****	****	06 100,0 (22,2)	****	08 100,0 14,8
	1969 a 1960 8 a 17 anos	****	01 3,7 (100,0)	26 96,3 (72,2)	27 100,0 59,0
1959-1950 18 a 27 anos	****	****	02 100,0 (5,6)	****	02 100,0 3,7
	TOTAL	05 9,3	12 22,2	01 1,9	36 66,7

Nºs./ nenhuma observação: 57
Fonte: pesquisa de campo/ 1977

A digitalização deste documento foi possível graças ao investimento do Programa de Pós-graduação em Geografia Humana (PPGH-FFLCH-USP) e realizada com recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Essa ação integra as atividades de comemoração dos 50 anos do PPGH no ano de 2021. Para mais informações sobre o PPGH e sua história, visite a página do programa: <http://ppgh.ffeilch.usp.br/>.

